Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 28 de novembro de 2018
Ata N.º 12

No dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e quarenta e um minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2019;

PONTO TRÊS – Derrama – Taxa a aplicar em 2019;

PONTO QUATRO – Participação variável no IRS para 2019;

PONTO CINCO – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2019;

PONTO SEIS – Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022;

PONTO SETE – Mapa de Pessoal para o ano de 2019;

PONTO OITO – Contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa, relativamente aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros;

PONTO NOVE – Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.
Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;

- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Luisa Maria da Costa Fragoso Paulino.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado a **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sr. Colin Michael Mateus Marques do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por motivos de doença, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que não se encontrava presente, iniciando participação nos trabalhos mais tarde e assinando nessa ocasião a ata de posse.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU,** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossado no cargo.

Informou, ainda, a **Sra. Presidente da Mesa** que os/as Srs./Sras. Membros em falta se encontram atrasados e iniciarão a sua participação mais tarde.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

<u>Período de Intervenção dos Munícipes</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, temos um período de antes da ordem do dia relativamente longo, porque tenho entregues na Mesa seis assuntos para serem presentes aqui à Assembleia e antes disso cabe-nos, como habitualmente, dar a palavra às Sras. e aos Srs. Munícipes que queiram, eventualmente, usar da palavra aqui na sessão.

Nas Assembleias o período público acontece no início da reunião, e se houver questões eu peço que as coloquem pedindo que se identifiquem, se forem questões normalmente é o caso dirigidas à Câmara Municipal o Sr. Presidente depois aquando da sua intervenção tratará de as abordar, se forem outros assuntos a Assembleia regista ou pronuncia-se.

O senhor quer falar, é isso?

Eu pedia-lhe o favor só de chegar ao microfone, porque nós temos que registar, dizia-nos o seu nome por favor."

O **Sr. José Ginja:**

"Muito boa noite a todos.

Em primeiro lugar, a minha grande satisfação por conhecer pessoalmente o nosso ilustre Presidente da Câmara Municipal de Palmela. Depois desta satisfação que é eterna, seja quem for o Presidente, moro, e sou munícipe aqui com muita honra da Câmara de Palmela há trinta anos, na rua Salgueiro Maia, onde tenho os amigos que nos demos todos bem, gostamos mais de uns que de outros é lógico, são vinte famílias que moram na rua Salgueiro Maia, e que o escolheram."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Peço desculpa por interromper, só não registei o nome."

O **Sr. José Ginja:**

"José Sequeira Ginja, "ginjinha com elas", assim dá mais jeito. (gravação não audível), que me perdoem não é com sentido pejorativo que digo isso é que eu gosto muito do meu nome e gosto muito de mim."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, rua Salgueiro Maia."

O **Sr. José Ginja:**

"A Câmara Municipal de Palmela, em nosso entender, está a bloquear uma linha de água, uma das várias linhas de água, com uma manilha que atravessa a rua Salgueiro Maia em frente ao lote oito, que está completamente bloqueada e nós, através da minha pessoa, porque disseram: *"Oh! José Ginja, tu tens mais feitio para ir lá tratar destas coisas, desta vez és tu que levas com ela em cima, vai trabalhar."*, pronto e cá estou eu a trabalhar com muito gosto, trabalhar no sentido de ajudar até a Câmara Municipal de Palmela a resolver o problema. Tal como já fizemos tentando que empresas que fazem a limpeza de mudanças, lá fossem, que nós pagávamos do nosso bolso não tinha problema nenhum depois apresentávamos a conta, com o devido respeito, à Câmara e as empresas disseram: *"Olhe, realmente os senhores é que nós não podemos limpar isto, podemos limpar poços, limpar a manilha essas coisas todas, está aqui, vê-se perfeitamente a entrada da manilha, não se vê saída porque está tapada pelas ervas verdes que crescem pela humidade, provavelmente que a manilha até lá ainda mantém lá dentro*.". O que é que acontece é que tínhamos que ter a autorização da Câmara Municipal de Palmela para mexer na manilha da Câmara Municipal de Palmela e tínhamos que ter, também, a autorização do dono do terreno para entrarmos dentro do terreno, porque senão entram na nossa casa sem nos pedir licença, sem a nossa autorização, portanto, é

ilegal. Ora bem isso tudo já eu explico há duzentos e treze dias no primeiro e-mail que enviei a esta ilustre Câmara, a minha Câmara de Palmela, a dizer realmente o que é que se passava em que falei com o dono do terreno onde desagua, quando tiver água para desaguar, a manilha da Câmara e chegámos à conclusão de que devíamos mandar esse e-mail com a morada dele, o contato dele, os telefones, é o Sr. Licínio Santo, talvez de santo não tenha nada mas não interessa ele chama-se Santo assim como eu me chamo Ginja assim como o nosso ilustre Presidente é Amaro.

Dentro desta linha de pensamento, eu peço à Câmara de Palmela para me verem como um munícipe completo, e para isso eu preciso dizer que estou jubilado de comandante da aeronave militares e civis. Dei a minha contribuição em Angola, fui alvejado e enquanto os outros eram abatidos na formação da aviação, tenho uma formação Salesiana e tenho também uma formação de Rotário e pertenço ao Clube Internacional dos (gravação não audível) Rotários onde eu tive a honra de conhecer o nosso querido companheiro que nos faz tantas visitas Carlos Caçoete, em representação da Câmara logicamente. Depois disso, da Força Aérea, eu trabalhei na TAP - Transportes Aéreos Portugueses, por conta da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, trabalhei na Jetlines subsidiária da (gravação não audível) como comandante de avião, portanto, somei até ser jubilado dezoito mil e setecentas horas de voo, voei em mais de trinta tipos de aviões diferentes, enfim isto é para ficarem a conhecer o munícipe que quer ser útil ao seu município sendo útil a mim mesmo, porque eu gosto muito de mim, como digo. Portanto dentro desta linha de pensamento, humanamente falando para todos, porque para mim todos somos iguais humanamente, admiro quem aceitou este trabalho que não é brincadeira, não é brincadeira nenhuma, normalmente as presidências da república passam por Presidentes da Câmara antes de serem Presidente da República, é o mesmo que ser Presidente do de um país chamado Palmela, em ponto pequenino.

Eu compreendo perfeitamente o que é a Câmara e quero colaborar, conheço já imensas pessoas, sei lá Ricardo Rocha, as nossas queridas assistentes Claudia, sei lá, todos, tenho aqui no meu computador que trago no bolso, tudo isso.

Ora bem, conclusão moral da história a lei é dura, mas é a lei e, portanto, eu quero falar a minha verdade que está cá dentro, não é uma outra verdade para iludir seja o que for, porque eu não sei o que é iludir eu sou rotário quero dar de mim antes de pensar em mim. Não estou à espera de ser retribuído ou não, agora estar duzentos e treze dias sem um olá desta Câmara que eu gosto tanto e que tantos bons exemplos demos ao nosso país durante este últimos anos, fomos das primeiras Câmaras mais bem vistas em Portugal, e posso compará-la com Macedo Cavaleiros, com Portimão, com aquelas que eu conheço e para não falar nos cento e cinquenta e oito países do mundo que eu conheço, no mundo há cento e sessenta e oito, eu já passei por cento e cinquenta e oito, essa experiência conta, para quê? Para eu me aproximar da humildade, que quero tentar ser humilde, mas não consigo."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:48 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Consegue, com certeza, desculpe interrompe-lo. Eu vi que, entretanto, esteve a falar com o Sr. Presidente da Câmara quer dizer que situou o Sr. Presidente em relação à questão mais concreta? Quer entregar alguma coisa à Assembleia?"

O **Sr. José Ginja:**

"Pronto eu quero deixar, se faz favor com o devido respeito, o processo é NIPG número cinquenta e dois cento e quarenta e cinco/dois mil e dezoito, esse é o processo onde estão os vídeos que eu mandei e que foram recebidos e lidos, conforme o Wetransfer confirmou porque como os emails eram superiores a cinquenta megas não podia ir por email foi Wetransfer são oitocentos e tal megas que estão, espero que a Presidência tenha visto, mas que tenha visto horizontalmente os e-mails e não os tenha lido diagonalmente que é isso que me parece que atrasou todos estes duzentos e tal dias, ainda bem que nada disto sai daqui, que é nosso, mas que é um erro, com o devido respeito. A palavra erro, no meu entender de munícipe da

Câmara Municipal de Palmela, está a errar quando dificulta o entendimento das coisas. Depois de receberem um email a dizer que o dono do terreno e eu que estávamos à espera que a Câmara marcasse a data e a hora para ir lá dentro ver, no terreno porque não pode lá entrar sem autorização dele, é a lei, é dura, mas é lei. Está certo, eu sigo-a com muita honra, se isso já vinha no primeiro email, com o devido respeito se me permite terminar eu termino já, como dizemos os locutores da televisão "*é só um minuto, que eu vou já terminar, mas depois béu, béu, béu* ", então é o seguinte custa um bocadinho ver os nossos terrenos cheios de melgas, disto, daquilo e daqueloutro, com uma manilha tapada, com o dono do terreno que não tem lá nada, rapa tudo para não haver fogos porque a Câmara o chamou a atenção e fez muito bem, a GNR, porque eu sou conhecido na GNR, nos bombeiros, os bombeiros tiveram lá nestas duas chuvadas a tratar da lama que lá ficou que eu tinha que entrar de galochas em casa para abrir o portão a distância empurrava na areia toda que estava ali tudo, porquê? Porque a maioria da Câmara está a bloquear a linha de água e não pode, não deve, retiro a palavra pode, não deve, deve-me respeitar a mim como eu respeito a Câmara, eu pago os meus impostos, (gravação não audível) a água vem toda."

O **Sr. Joaquim Caçoete da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:49 horas.

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:53 horas.

O **Sr. Nuno Delgadinho da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:53 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu agradecia-lhe que terminasse, a regra aqui na Assembleia é, de facto, os munícipes colocam as suas questões, nós agora acho que finalmente percebemos todos a questão que o senhor estava a colocar pelo que pedia-lhe que nos deixasse agora prosseguir os trabalhos, o Sr. Presidente da Câmara de certeza que terá alguma coisa para dizer. "

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:55 horas.

O **Sr. José Ginja:**

"Eu estou habituado realmente a palestras, como deve calcular, eu sou rotário e tenho a minha educação…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Nós, neste período de antes da ordem do dia, para além de poder intervir…"

O **Sr. José Ginja:**

"…mas o mais importante é o que os meus avós me ensinaram, e os meus pais e as minhas irmãs e a formação que nos deram de tudo o que eles passaram para nós. É triste, sinceramente, é triste que se saiba isto que se vai saber através da RTP, onde está a Dina Aguiar, Portugal inteiro vai ver se não vir já, não sei se já passou ou não passou, mas registou o "Setubalense" em Setúbal com o "Jornal da Região", portanto, toda a gente vai ler isto, diz assim: "C*éus*, *então mas a Câmara de Palmela, como é que está? O que é isto? …"*

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mas desculpe interrompê-lo para fazer uma pergunta, e o senhor já se tinha dirigido à Câmara durante estes duzentos e treze dias, como diz?"

O **Sr. José Ginja:**

"Depois disso se eu telefonava? Porque se eu mando um e-mail, eu espero que me respondam nem que me diga, recebi, e um bom dia, prazer em conhecê-lo, qualquer coisa, não me disseram nada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Ginja, eu agradeço, a Assembleia agradece a sua questão."

O **Sr. José Ginja:**

"Eu é que agradeço a paciência que teve de me ouvir. Muitos parabéns e um bom trabalho para todos e façam favor de resolver este problema o mais depressa possível, porque vem aí o inverno e as árvores voltam outra vez a bloquear a rua, porque já foi bloqueada com árvores que caíram."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada então sim, o Sr. Presidente vai dar atenção ao assunto.

Mais alguma questão Sras. e Srs. Munícipes?

Pedia que se identificasse e que a colocasse."

O **Sr. José Carlos Simas:**

"Boa noite, o meu nome é João Carlos Simas, sou diretor do atletismo do Quintajense Futebol Clube e é essa condição que me traz aqui.

Boa noite Sra. Presidente da Mesa da Assembleia, estendo os meus votos de boa noite aos restantes presentes.

É o seguinte, a primeira coisa que eu gostava de anunciar foi já uma coisa que também já anunciei, ou divulguei, numa Assembleia de Freguesia, que vou passar a citar: *"O Quintajense Futebol Clube não se responsabiliza por qualquer dano físicos, materiais ou morais causados e ocorridos em toda a sua extensão da sua propriedade privada, a pessoas, bens móveis ou imóveis que se encontrem na referida propriedade. Mais se informa que se considera invasão de propriedade todas as pessoas e bens que se encontrem dentro da mesma, sem prévio pedido ao proprietário Quintajense Futebol Clube."*

É isso que nos traz cá, que é a situação da obra com a qual a gente sempre foi conivente, devido ao interesse público que daí provêm, mas que nos tem causado danos e que não temos tido resposta da parte de ninguém. É constante a invasão de carros a estacionarem dentro do nosso sítio de treino, é constante os estragos causados aos nossos equipamentos, pese embora da minha parte há dois anos que sou diretor deste clube ter trazido oito atletas para quarenta atletas, portanto, cumprindo a Lei de Bases da Atividade Física e Desportiva, dando sempre todos os pareceres e entregando sempre tudo porque tenho três atletas neste clube e, portanto, não vejo resposta nem vejo ação.

Esta é a declaração para que conste na ata que a gente não se responsabiliza por danos.

A outra segunda questão será, aquilo que parece que está no segredo dos deuses, quando é que termina as obras na Escola Matos Fortuna?

Nós cedemos duas partes grandes, em termos de metros quadrados, para elaborarem as obras, portanto, há essa conivência do Quintajense Futebol Clube, pela parte do seu Presidente Francisco Xavier e da parte de

todos os departamentos que englobam este clube, no entanto uma coisa é a gente ceder alguma coisa, outra coisa é as pessoas usarem como se não estivesse lá ninguém. Imagine a Sra. Presidente da Assembleia, o seu vizinho do lado fazer obras e estar constantemente a entrar na sua casa para aceder às obras dele, isto em termos de privacidade é assim sentimo-nos um bocado ao abandono.

Já foi colocado várias vezes, aliás, foi colocada à Câmara quando as obras terminaram, foi respondido pela parte da Câmara que já não cumpriu, que seria em agosto de dois mil e dezoito, eu tenho um e-mail a validar essa data, entretanto depois dessa data não cumprida mais não nos foi adiantado que seria eu acho que acabariam quando acabaria também as obras de Santa Engrácia, devem de acabar na mesma altura, perdoem-me a ironia.

São estas as duas questões que eu gostaria de colocar.

Um terceiro alerta, isto não será uma pergunta, será um alerta, o acesso à Escola Matos Fortuna feito atrás da escola já está em terrenos cedidos ao Quintajense que, neste momento, não os utiliza. Foi lá colocada uma rotunda, pelo menos pelo meu conhecimento não foi pedido a ninguém, foi lá colocada à rebeldia uma rotunda e o meu alerta é para essa situação. Supostamente pelo meu conhecimento foi cedido ao Quintajense o terreno desde do que está vedado hoje em dia, supostamente será a norte, até à vala real. Neste momento a gente não tira partido disso, no entanto, pelo meu conhecimento será à posteriori constrangedor porque o espaço irá ficar entre o edifício urbano, nas traseiras do edifício, e à continuação da escola não vai dar espaço suficiente para que ninguém ali passe. Isto é já um alerta, no entanto da minha parte e também com a conivência de todo o Quintajense, nesta altura, esse espaço poderá ser utilizado, está a ser utilizado cerca de talvez nem um terço, poderão continuar a extensão para a facilitação ao acesso das traseiras da escola a gente que não está a fazer uso dele, estará sempre à disponibilidade dos acessos à Escola Matos Fortuna. A relação à pergunta anterior do espaço que está a ser utilizado à rebeldia, é também uma questão de segurança. Nós, neste momento, temos cerca de vinte benjamins A e B, ou seja crianças dos sete aos dez anos, que constantemente por volta das sete/sete e pouco da noite são confrontados com trânsito dos pais que vão. Estas crianças que, por lei, passaram à prática desportiva é uma prática da atividade física ativa estão constantemente em perigo com o acesso dos pais. O terreno era vedado por pilaretes que foram roubados e, entretanto, não foram repostos. A Junta não me consegue responder e ninguém me consegue responder a esse assunto.

Acabo aqui a minha intervenção, um resto de uma boa noite."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:02 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito obrigada. Sras. e Srs. Munícipes, mais alguma questão, por favor, que queiram colocar?

Recordo que o período de intervenção destinado aos cidadãos é este.

Não havendo, eu vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se quer usar neste período um tempo dedicado a estas questões? Sr. Presidente?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Agradecia, Sra. Presidente, a oportunidade de poder esclarecer os Srs. Munícipes.

Permitia-me cumprimentar Vossa Excelência, a digníssima Mesa, as Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Vereação presente, as Sras. e Srs. Munícipes, comunicação social, boa noite a todas e a todos.

Sobre a questão colocada sobre o Sr. José Ginja, com efeito o tempo que refere corresponde à verdade, já passou muito tempo desde a sua primeira missiva enviada ao município acerca do assunto. Eu tenho aqui também alguma cronologia dos factos e o que não é verdade é que nunca tenha havido resposta, porque houve interação eu tenho, inclusivamente, aqui uma resposta dos nossos serviços, datada do dia vinte e oito

de setembro, acusando, naturalmente, a receção da sua segunda ou terceira missiva sobre o assunto e dando nota de que estava em análise pelos serviços competentes. O município tem aqui a considerar sua culpa o facto de o assunto ter andado entre a Divisão de Conservação e Logística, por causa do atravessamento da estrada, e a Divisão de Águas e Resíduos Urbanos, que tem a questão das linhas de água, e talvez por causa dessa outra análise noutro serviço não se tenha encontrado a solução mais célere. Em todo o caso convém esclarecer, e isto está inclusivamente referido nos mails que enviou à Câmara, que o senhor fala no entupimento de umas manilhas municipais que atravessam a estrada e que não se pode mexer nas manilhas, é um facto mas também nunca ninguém nos pediu autorização, não temos nota de alguém os ter pedido autorização para o efeito, se o tivessem, se calhar, as empresas que os senhores dizem poder contactar, ou contratar, já podiam ter operado não nos importávamos que lá interviessem em nossa substituição.

A questão, segundo me é dado a esclarecer, e, por isso mesmo, solicitei a um técnico que voltasse ao local, um técnico com o qual o senhor já conversou porque ele esteve no local para fotografar e aferir a solução técnica desta intervenção, o senhor refere, por um lado, que a manilha está bloqueada na saída dentro do lote número cinco, depois noutro mail diz que: "*…sugeria que se faça o desentupimento pela parte da caixa de entrada que tem acesso dentro do lote oito referido…"*, repare quando estas coisas também são assim um bocadinho confusas a análise, sobretudo de quem está à distância, é um bocadinho mais difícil mas tenho a pedir-lhe desculpa pela demora da resposta, mas garanto-lhe que nós teremos amanhã alguém no terreno, aliás, já estava decidido, como lhe disse na conversa que tivemos anteriormente, que o Engº Ricardo Rocha, que teve lá com o senhor, voltará ao terreno e que indicará solução.

Agora há aqui questões de outra natureza, o município se for o desentupimento das suas manilhas sabe como intervir, se for o entupimento dentro destes lotes compete aos proprietários fazê-lo, os proprietários não o fazendo, e são notificados para o efeito seja pela Câmara seja pela Agência Portuguesa do Ambiente, o município predispõe-se muitas das vezes a agir em substituição desses proprietários. O senhor como muito bem disse, até já fez diligências junto dos proprietários para que pudéssemos entrar no terreno dele, nós aproveitaremos isso mas faremos o desentupimento sobretudo na zona de visita e de entrada e saída das manilhas, porque o resto da linha de água tem que ser aberta pelos particulares. Só conseguirei dar-lhe informações mais precisas a partir de amanhã e a nossa Diretora de Departamento está, certamente, a aferir o que se passa e terá até ao final da semana uma decisão sobre o tipo de intervenção, se o fazemos, como fazemos, e responderemos por escrito também ao senhor munícipe, como, aliás, é nosso dever e seu direito.

Relativamente às questões aqui suscitadas pelo Sr. Simas, eu queria começar por referir que sou conhecedor da situação de uso indevido do espaço que legitimamente está cedido ao Quintajense, e digo que está cedido por que houve, de facto, cedência por parte do Quintajense de uma permuta de terreno em que o município deu terreno noutro local, e depois queria aqui sublinhar um aspeto porque, também, pode haver aqui algum problema de comunicação se calhar entre o senhor e o Presidente do Quintajense. Nós temos, de facto, um acordo com o Quintajense para a utilização daquele espaço para facilitar o acesso ao estaleiro e às obras acontece, também, que aquilo está a ser utilizado não apenas pelas pessoas do estaleiro e das obras há outro tipo de invasão, eu próprio estive lá no local, inclusivamente entram no espaço pela zona frente à entrada dos balneários, nem tem nada a ver com a nossa obra.

O Sr. Vereador Luís Calha, da área do Desporto e o Sr. Vereador Adilo Costa, da Conservação e Logística, na terça-feira comprometeram-se a ir amanhã ao local com o nosso Encarregado Operacional para definir as zonas, deixe-me só dizer uma coisa e terminar o meu raciocínio eu tenho muita informação e preciso de a ordenar, e colocar limitadores, obstáculos, à circulação de quem indevidamente utiliza o espaço e que os senhores podem, e bem, solicitar até a intervenção das autoridades policiais. Sendo que a zona que está cedido ao Município para utilização precária até ao términus das obras, essa está bem definida e sabemos em que termos está a ser definida, e isso foi tudo combinado com Sr. Presidente do Quintajense. A ida ao local tem em vista colocar limitadores de trânsito, poderão passar até por *"new-jerseys"* em betão, à semelhança daqueles que estão a construir aquela rotunda provisória, assim como estudar a possibilidade de compactação do saibro através de meios mecânicos, nomeadamente um cilindro, para que a zona dos lançamentos e a zona da pista de corrida seja utilizável nas melhores condições possíveis.

Sabemos, entretanto, de outras coisas que também discutimos na terça-feira passada, que é uma proposta legítima do Quintajense Futebol Clube, para que o município apoie, e estamos a estudar isso e determinados a fazê-lo, depois a reconstrução de um espaço até com melhores condições do que aquelas que existiam antes da cedência. Estamos a analisar o orçamento para voltar a meter a areia na zona de lançamentos no ar e acompanhar-vos-emos, como sempre acompanhámos noutras candidaturas do Quintajense, a eventuais candidaturas até para fazer uma pista de velocidade, estamos a trabalhar nesse assunto.

Eu pensei até que estas questões já tivessem sido respondidas aos senhores, não sei se foi ao Presidente do Quintajense, para quem nós habitualmente escrevemos e com quem marcamos as reuniões, quero garantir-lhe que, de facto, são estas as medidas que já estavam previstas desde a semana passada e que, em reunião de coordenação do nosso executivo, veja bem a premência do assunto temos tanta coisa para discutir politicamente na coordenação e discutimos questões correntes desta natureza, sexta-feira de manhã estaremos no local para analisar estas situações.

Depois estranho, também, a referência às obras em agosto porque essa questão só foi dita aquando do lançamento da primeira pedra da obra porque era o prazo contratual, porque o senhor esteve numa reunião, em que esteve o Sr. Vereador e, que, por acaso, foi bem aproveitada politicamente por outras forças para criar um bocadinho de confusão, em que foi claramente referido que com a recalendarização da obra o ano letivo ia abrir, como abriu, felizmente, uma semana depois com toda a normalidade, inclusivamente no refeitório, eu vou à escola com frequência, havia muita gente a esfregar as mãos para que isso não acontecesse e, portanto, foram criadas as condições para que a escola entrasse em funcionamento ainda com as instalações de substituição e aquilo que foi anunciado é que o prazo contratual era até final de novembro. Entretanto com a realização de trabalhos a mais, que são do domínio público, que foram aprovados pela Câmara, com questões do projeto que não correspondiam àquilo que lá estava nós temos previsto até final do ano ter a entrega das salas e poder já deslocar turmas e até a entrada para a entrada principal, sendo que, com toda a calma para que tudo fique bem feitinho, estimamos inaugurar a escola no mês de março.

O **Sr. José Carlos Simas:**

(gravação não audível por não se ter dirigido ao microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

Certo, mas disse que nós dissemos que era agosto, eu estou só a dizer precisamente por saber disso é que lhe estou a dizer que lá o Sr. Vereador deu estas datas.

O **Sr. José Carlos Simas:**

(gravação não audível por não se ter dirigido ao microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

É normal que o senhor tenha esse mail mas já tem lá outro. Tem esse mail quando contratualizámos com o Quintajense a necessidade de ter acesso por aquela zona, obviamente demos o prazo que estava no contrato mas, possivelmente, convém aferir se na direção do Quintajense não tem um mail precisamente a pedir a compreensão do Clube porque as obras se vão prolongar, não isto é pouco importante…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, não sei se quer concluir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

" …e até referir que nos disponibilizamos financeiramente para depois corrigir uma série de questões.

O que lhe quero dizer, isto é só para que a verdade não seja ferida, que há da parte da Câmara toda a lisura no tratamento do assunto com o Quintajense e que estaremos no terreno para procurar ter as melhores condições até podermos, depois, fazer a grande remodelação do espaço que, de facto, merece, já foi um grande centro de lançamentos, aliás o único do distrito até antes de haver pistas de atletismo no distrito, e nós pretendemos que assim continue e, também, fico muito feliz, e sei por outras razões e o meu amigo também sabe quais são, que o atletismo esteja de boa saúde no nosso concelho e a ter mais clubes e mais praticantes.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. Rui Lourenço do PS** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:08 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada Sr. Presidente, agradecemos as intervenções dos Srs. Munícipes que aqui trouxeram os seus problemas."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então prosseguir e, ainda neste período antes da ordem do dia, aproveito para informar os Srs. Membros da Assembleia que temos seis temas diferentes para aqui refletir.

Recordo que estamos perante uma ordem de trabalhos que tem temas complexos, os temas são todos atuais não há nenhum que possa sugerir que fique para uma próxima Assembleia, mas pedia-vos que fossemos muito, muito, muito, sintéticos nesta abordagem e que consigamos fazê-lo em meia hora.

Ora bem, tenho uma proposta de recomendação do Bloco de Esquerda, estou a referir-me pela ordem aqui entregue, e vou pedir ao Bloco que a apresente rapidamente, como sabe, as Recomendações não são discutidas, mas se quiser tem a palavra para apresentar aqui a vossa proposta."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:10 horas.

<u>Recomendação BE "Pela Gratuitidade do Transporte Público Rodoviário para Estudantes e Idosos"</u>

Tomou a palavra o **Sr. Carlos Oliveira** para apresentar a Recomendação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Recomendação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Carlos Oliveira:**

"Sra. Presidente, tecendo alguns comentários para permitir uma melhor compreensão…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pedia-lhe que fosse rápido, porque penso que o conteúdo está todo aqui.

O **Sr. Carlos Oliveira:**

"Vou ser o mais rápido possível.

Nós compreendemos que a Câmara Municipal faz já um esforço na questão dos alunos do ensino básico, cremos que este esforço pode ser alargado a alunos do ensino pré-escolar e também do ensino secundário na sua totalidade.

Também achamos que os idosos que moram mais longe, nomeadamente na zona rural, e que pretendem ter acesso por exemplo às piscinas municipais, por questões de doenças do foro reumatológico e que precisam de sessões de hidroterapia, não têm acesso precisamente porque as carreiras não têm uma rede abrangente em todo o território e por isso achamos que a gratuitidade poderia atenuar este problema e senão mesmo até resolvê-lo.

Do mais entendo que é uma oportunidade que pode ser ganha, hoje aqui, nesta sessão da Assembleia se concordarmos que esta é uma medida positiva.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Trata-se de uma Recomendação e será enviado à Câmara Municipal, não tem título, mas pela natureza do texto e por aquilo que diz no final, eu entendi que é uma Recomendação. As Recomendações não são votadas, obviamente o Sr. Presidente da Câmara se quiser durante a sua intervenção poderá comentá-la mas, no imediato, ela vai para a Câmara não é discutida.

Temos a seguir uma Saudação, também do Bloco, mas o mesmo tema é tratado pelo Partido Socialista, sob a forma de Moção. Eu acho que nós tínhamos condições para fazer aqui um texto único, mas não sei se vai dar mais trabalho.

Então dava agora a palavra, o Partido Socialista para apresentação da sua Moção e se o Bloco de Esquerda achasse que se revia no texto e se quisesse prescindir da Saudação muito bem, senão nós depois damos a palavra ao Bloco para apresentar a Saudação.

Do Partido Socialista quem intervém?

Cara Membro, Patrícia Caixinha."

Moção PS "Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres"

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Caixinha** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, obrigada Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta Moção, alguma questão?

Tem a palavra Bancada da CDU, Cristina Moura.

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Esta temática é pacífica, somos a favor desta Moção, não há nada a salientar, no entanto consideramos que nas deliberações assinaladas, relativamente ao ponto dois, esta questão que se refere nomeadamente do município adotar medidas de prevenção, sobreposição e educação claro que sim, mas estas medidas já estão planadas a nível nacional mas no âmbito geral sim, está tudo bem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O Bloco de Esquerda quer ainda assim apresentar a sua Saudação? Não consegue fazer uma…"

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito boa noite a todos os presentes, cumprimento todos através da Sra. Presidente.

Nós não achamos por mal juntarmos, pelo contrário, o tema é o mesmo, no entanto a conclusão é um bocadinho diferente e pedíamos à Sra. Presidente se pudéssemos ler tendo em conta que o contexto é um bocadinho diferente, no entanto poderá ser depois acoplada também à vossa Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Certo."

Saudação BE "Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – 25 de Novembro"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem Sras. e Srs. Membros da Assembleia, portanto, tratando-se da Saudação que o Bloco de Esquerda, ainda assim, decide manter, acha que não consegue integrar na Moção e portanto quer votar, é?

Tem a palavra a CDU."

O **Sr. Domingues Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, através da Sra. Presidente cumprimento todos os presentes.

Eu creio que este documento apresentado, e lido e reforçado agora, não é o nosso palavreado, como é evidente, nós temos outro palavreado. Não temos nada contra, vamos votar favoravelmente, mas se nós tivéssemos que pegar nisto a sério não chegava aqui vinte ou trinta folhas para dizer mulheres que foram assassinadas não da UMAR mas em termos globais. Aqui refere as mulheres assassinadas da UMAR, portanto, mas houve mais mulheres neste país que passaram por isto, umas sem partidos, outras de outros partidos, mas que também devia estar referido mas nós não levantamos problemas, mas ficar fixada a nossa posição, mas vamos votar favoravelmente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então podemos votar?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora dou a palavra ao PSD/CDS para apresentação de uma Saudação sobre o 25 de Novembro."

Saudação PPD/PSD.CDS-PP "43 Anos do 25 de Novembro de 1975"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este tema por favor? Quem quer usar da palavra?

Dou a palavra à Bancada da CDU, Joaquim Pires."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"Boa noite a todos, boa noite à Mesa.

Não é com surpresa que vimos este ano a Saudação aos quarenta e três anos do "25 de Novembro 1975", tal como tomamos posição relativamente a esta matéria o ano passado, rejeitando, a Bancada da CDU vai tomar a mesma posição, é de votar contra. Não é contra a liberdade, não é contra a igualdade, não é contra uma sociedade mais justa, não é contra os direitos dos trabalhadores, é contra a demagogia e a tentativa de limpar aquilo que, efetivamente, no nosso ponto de vista, e de muitos portugueses e muitos trabalhadores, significou o "25 de Novembro". Foi um golpe que fez um retrocesso no processo que estava em curso paraa

melhoria das condições de vida e de trabalho e uma transformação da sociedade portuguesa para uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais humana.

Este texto é mais uma limpeza daquilo que, efetivamente, se passou apesar de focar aqui alguns aspetos que nós também apreciamos, como já disse e referi, a liberdade, a fraternidade e o respeito e a democracia. Pelo que disse a nossa bancada irá votar contra esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, antes de mais os meus pedidos de desculpa pelo meu atraso.

Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Mesa, caríssimos companheiros de Assembleia Municipal, público em geral, técnicos do Município, colaboradores, Jornalistas, boa noite a todos.

Nós concordamos, integralmente, com o último parágrafo da Saudação que aqui estamos a votar que diz:

"Aprove a saudação dedicada a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974, dando solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que pereceram em defesa da liberdade."

Não conseguimos, de maneira nenhuma subscrever o segundo e o terceiro parágrafo e o segundo e terceiro parágrafo, diz:

"O "25 de novembro" marca indelevelmente o fim da transição revolucionária, sendo que o povo português soube …. O povo português conseguiu, com firmeza e determinação, evitar a consolidação …".

Há aqui alguns aspetos que não colam claramente com o Partido Socialista e, portanto, não temos possibilidade de votar favoravelmente esta proposta.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, mais uma vez, Sra. Presidente.

Sobre esta Saudação que o PSD/CDS aqui nos traz hoje, eu tenho a dizer que eles quando falam do povo, quer dizer eu não era nascido nessa altura nem poderia testemunhar tal facto, mas aquilo que li nos manuais escolares e vejo nas imagens que chegam, que são transmitidas ainda hoje para recordar esses tempos, é que eu não vi povo nas ruas como no "25 de Abril", a saudar este evento.

Não sei qual é o povo que a Sra. Maria Rosa Pinto fala, porque o povo não acolheu este evento do dia "25 de Novembro" tal como foi referido aqui pela bancada do PSD/CDS.

Como tal, eu vou transmitir que o Bloco de Esquerda irá votar contra esta saudação.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o PSD/CDS Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não será propriamente em defesa da honra, mas o povo não pertence a ninguém, não nos pertence a nós, não pertence propriamente ao Bloco de Esquerda, porquanto qualquer de nós que esteve na história do "25 de Novembro", e eu já tinha nascido, não sei qual será o livro de história que o colega do Bloco de Esquerda terá lido, temos interpretações históricas diferentes mas queremos aqui assinalar bem este momento.

Na altura, quando o PS aqui diz que não concorda com o segundo e o terceiro parágrafo efetivamente se consultarem as palavras escritas então do Dr. Mário Soares, veremos que há um PS agora bastante diferente do de então, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o MIM por favor."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos.

O Movimento Independente revê-se aqui em alguns aspetos, todos aqueles princípios fundamentais que foram invólucro do "25 de Abril" e do "25 de Novembro", contudo há aqui aspetos, nomeadamente, que o Bloco de Esquerda aqui referiu, o povo não acolheu efetivamente esta data, nem de perto, nem de longe, como foi o "25 de Abril".

Nesse ponto em como existe este contrabalanço, o Movimento vai votar na abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então vamos votar."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma rejeitada, por maioria, com três votos a favor do PPD/PSD.CDS-PP, dezassete votos contra (quinze da CDU e dois do BE) e 11 abstenções (nove do PS e dois do MIM.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"De seguida, temos uma outra proposta neste caso volta a ser do PSD/CDS e para manter a lógica habitual, eu passo a palavra agora à CDU que apresenta uma Moção, sobre transportes públicos."

Moção CDU "Mais e melhor transporte público na Área Metropolitana de Lisboa"

Tomou a palavra o **Sr. Joaquim Pires** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia então, sobre esta moção, está aberta a discussão.

Alguma intervenção?

Tem a palavra o Partido Socialista já Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Duas ou três notas sobre a Moção. Votaremos favoravelmente mas há, efetivamente, aqui um escamoteamento de alguma verdade, ou seja a fatia fundamental de toda esta política é uma fatia governamental, não é uma fatia da Câmara de Palmela em conjunto com as outras Câmaras todas.

O candidato à Câmara Municipal de Palmela, Raul Cristóvão, foi, por acaso, o porta-voz na apresentação desta iniciativa na campanha eleitoral da AML- Área Metropolitana de Lisboa, do Partido Socialista, em setembro do ano passado, não consigo dizer o dia de cabeça porque também não quis ir ver à agenda. Ele falou em nome dos autarcas e há aqui claramente uma perspetiva única que temos que perceber e que é.

Sr. Presidente, posso continuar?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pode, pode."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, é o Sr. Presidente da Câmara.

Há aqui claramente uma vontade que se não fosse o Governo e as Autarquias da Área Metropolitana não se teria ido por este caminho muito importante para o ambiente e, sobretudo, para o rendimento das pessoas.

Quando falamos de passes que hoje se pagam de cerca de trinta euros e que passam a quarenta, são umas reduções de setenta euros, esses setenta euros vezes uma família de duas pessoas, já não vai mais, são cento e quarenta, ora essa redução de cento e quarenta euros é mensal.

Daqui a bocadinho, vamos aprovar aqui uma moção do IMI que tem uma redução para uma casa de cem mil euros, de dez euros anual e os senhores vão fazer isso com uma pompa e circunstância tremenda. Ora aqui está efetivamente a devolução do dinheiro às famílias, é por aqui que se vai por muito que se diga e que escrevam isto e aquilo, não é verdade que o IMI faça o que quer que seja, aqui está uma política que devolve o rendimento à família.

A linguagem pode não ser a nossa, mas é muito a nossa, claramente, e não temos problema absolutamente nenhum em votar favoravelmente e até a bater palmas no final.

Muito obrigada, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, também.

Vamos votar, nós vamos precisar de concluir este ponto rapidamente Srs. Membros da Assembleia.

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso sentido de voto será o da abstenção porque, efetivamente, não concordamos aqui com alguns parágrafos, não com a ideia do transporte mas que terá sido só o PCP a apresentar propostas quanto à questão dos transportes, o que não corresponde à realidade. Inclusivamente aqui no Município, nós, se calhar, fomos dos primeiros a falar no assunto ainda quando estava no executivo da Freguesia de Quinta do Anjo e lamento muito que a CDU, à data, não se tenha oposto quando nós levantámos a questão da Urbanização Palmela Village que se dizia chegar em vinte minutos a Lisboa, na altura publicidade enganosa, que alertámos para o facto porque não havia transportes para isso.

Em todo o caso não é isso que nos leva a abster-nos, será o facto de na última Assembleia Municipal, não sei se o Sr. Presidente está a ouvir?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Continue, Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na última Assembleia Municipal pedimos, na ata não sei se consta, informações sobre o que é que se estava a passar, o que é que a Câmara estava a negociar relativamente à Área Metropolitana de Lisboa. Até ao momento não nos foi dado nenhum esclarecimento, foi-nos informado quando nos deram o orçamento o valor que seria englobado para o caso dos passes.

Ora com base no direito à informação, e bem sabendo que a nível nacional pode a geringonça funcionar, consideramos que essa falta de informação não nos poderá levar a votar favoravelmente isto, ainda para mais que o orçamento ainda não foi aprovado, com certeza os senhores têm como garantido essa aprovação, mas gostaríamos de ter mais informações sobre este assunto e desde já requeremos que venha um representante da Área Metropolitana de Lisboa esclarecer a Assembleia Municipal de Palmela as negociações que estão a ser conduzidas. Isto é legítimo, porque a Câmara Municipal tem representante na Área Metropolitana, e é um direito que nos assiste e que iremos pôr por escrito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Conclua, conclua, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Está concluído, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros, dou a palavra ao MIM, Sra. Membro da Assembleia Maria Luísa, por favor."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Sra. Presidente é muito rápido, devido à extensão que está aí hoje em causa.

O Movimento é muito novo aqui na Assembleia, nós não temos ainda piropos para mandar de Bancadas a Bancadas estamos mesmo só cingidos àquilo que está aqui e atendendo que é uma matéria sensível, e é deveras importantes a redução, efetivamente, dos custos dos passes para as famílias, e Deus queira que para o ano ainda haja mais, nós vamos votar favoravelmente nesta proposta.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, vamos então votar.

O Bloco também quer fazer uma declaração, mas hoje estão muito lentos todos, estão muito lentos a ler, temos que acelerar.

Bloco de Esquerda, Carlos Oliveira diga."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Vou ser o mais breve possível Sra. Presidente e agradeço a oportunidade.

Dizer, desde logo, que vamos votar favoravelmente esta Moção e é um tema que nos é bastante caro, também pela nossa proposta já aqui apresentada hoje. Permita-me ainda aduzir a esta Moção este argumento, que eu estou agora aqui a dar, que além de ser um concelho com a maior área geográfica dentro da Área Metropolitano de Lisboa também é um concelho limítrofe e, por isso, tem características diferentes de todos os outros concelhos que englobam esta Área Metropolitana. Por isso, achamos que é premente este assunto dos Transportes Públicos Rodoviários e deve ser prosseguido.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, vamos então votar."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 21:59 horas.

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, e agora sim, a última proposta apresentada pelo PSD/CDS sobre a Rede de Cuidadores."

Proposta PPD/PSD.CDS-PP "Rede de Cuidadores no Concelho de Palmela"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar a Proposta, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Proposta foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, nós temos aqui um problema de forma, não é, que é a Assembleia deliberar neste sentido que a Câmara promova, eu acho que, neste caso, não compete à Assembleia deliberar isto é a matéria, é uma proposta as coisas têm que ser ditas como são.

A Assembleia, neste caso, não pode deliberar uma coisa destas, não pode deliberar que a Câmara Municipal faça, que a Câmara Municipal promova. A Assembleia tem competências próprias, pode recomendar à Câmara aquilo que são matérias da sua competência, se quiser reformular muito bem, se não quiser reformular a gente vota já.

Como é que quer fazer?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu possa reformular.

Quero dizer que isto foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Lisboa, nos mesmos termos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Oiça! Estavam distraídos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em todo o caso, nos mesmos termos com algumas alterações de escrita.

Aqui, propõem à Assembleia…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Recomenda, recomenda."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"…Municipal de Palmela que recomenda ao executivo…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, não é isso.

É a Assembleia recomenda à Câmara, é uma figura diferente, estamos fartos de falar nisto. Neste sentido, os eleitos na Assembleia Municipal…"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Propõem à Assembleia que recomende ao executivo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Recomende à Câmara. Eu acho que recomendam.

Os eleitos pelo PSD/CDS propõem à Assembleia Municipal que recomende à Câmara, é isso?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Exatamente."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 22:06 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu acho que devem recomendar à Câmara, neste caso, bem mas estão a propor à Assembleia.

Querem votar assim? Alguma discussão? Alguma clarificação sobre esta rede, sobre esta proposta?

É uma recomendação, Srs. Membros da Assembleia, tem a palavra pela bancada da CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa e na respetiva Mesa, cumprimento todos os presentes sem exceção.

Só duas pequenas notas tratando-se, efetivamente, de uma Recomendação eu acho que a mesma devia ser alargada àquilo que é mais importante, é o Estatuto do Cuidador Informal, que tem direitos e deveres e que devem ser reconhecidos e esse papel não cabendo a uma Assembleia, nem à Câmara Municipal, cabe, efetivamente, às competências do Ministério da Segurança Social e da Saúde.

Naturalmente que a rede social tem um papel e neste concelho, felizmente, ainda há pouco tempo aqui presente no Fórum Social se reconheceu o papel da Rede Social no Concelho de Palmela e que tem sido disso um exemplo, agora não podemos é tentar passar responsabilidades, ou induzir responsabilidades, a um Executivo Municipal, ou mesmo a uma Assembleia Municipal, de matérias que devem em primeiro lugar estarem devidamente tratadas e devidamente respeitadas e consagradas na lei do Estatuto do Cuidador Informal, porque, efetivamente, cuidadores informais sempre temos tido.

A nossa Rede Social, a Rede de Apoio Social, há uma parte formal e uma parte informal, e a parte informal que não é visível, que não é reconhecida, que não tem qualquer isenção nos seus impostos, não é uma Assembleia Municipal nem o Executivo Municipal que poderá ajudar a resolver esse assunto com o qual, provavelmente, estaremos todos de acordo que é necessário. Agora era necessário sim, e neste caso, o partido que represento tem na Assembleia da República tomado também esse papel de apresentar proposta e eu julgo que se caminhará nesse sentido do legislar, sobre o Estatuto do Cuidador Informal dando-lhe verdadeiras garantias. A rede social nunca se inibirá de cumprir o seu papel de parceiro local quer na formação, quer na ajuda, quer na ligação entre as associações e entidades que em rede promovem o apoio social na freguesia.

Parece-nos até extemporânea, e mal dirigida, a proposta agora apresentada sob a forma de Recomendação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção?

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Carlos Sousa por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Temos aqui que definir, nós andamos sempre nesta guerra do artigo décimo primeiro, nas alíneas c) e d), andamos sempre nesta guerra, e fizemos nós uma comissão para trabalhar, eu estive lá, a senhora também,

estivemos lá uma série deles e chegamos aqui e não conseguimos. Uma proposta não recomenda, propõe, ou tiramos o título ou colocamos a proposta, se é uma proposta propõe, não é que delibere, e aí estou integralmente de acordo consigo, mas é que propõe, não é que recomende. Se estamos no âmbito da recomendação, independentemente daquilo que foi dito ali, há uma Rede Social em Palmela onde estes aspetos deveriam, se já não foram eu não conheço de todo o trabalho da Rede Social e não consigo avaliar a esse ponto, mas esta questão já deveria ter sido avaliada em termos do Conselho Local de Ação Social. Há uma rede de apoio domiciliário no concelho de Palmela, feita pelas IPSS nas diferentes freguesias, não há um Estatuto de Cuidadores Formais ou Informais mas é uma questão que tem sido trabalhada ultimamente.

Oh! Adilo, não temos, pronto, não temos, e a proposta vale por isso, nós não temos e, portanto, se não temos não nos somos nós aqui que vamos criar, objetivamente, mas podemos tentar aqui fazer algo nesse momento.

Sugiro que se retirasse a questão da proposta e que se falasse numa recomendação e era uma recomendação que ficava.

Eu às vezes, tenho alguma dificuldade em não acharmos laivos demagógicos nestas propostas mas, por outro lado, também acho que é legítimo que as façamos aqui, sendo um fórum em que podemos, e devemos, legitimamente apresentar as questões que nos preocupam, não tem que ser só nas reuniões de Câmara que façamos isso, podemos fazê-lo aqui, devemos fazê-lo aqui, eu dou zero à parte da demagogia e dou cem à parte da ideia.

Nós estamos disponíveis para votar favoravelmente se isto for uma recomendação, e se for uma recomendação, se calhar, Sra. Presidente nem votamos é só uma recomendação.

É só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, é sobre esta questão da forma? Diga."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"O Bloco de Esquerda também concorda a cem por cento, o tema em si, mas como proposta é uma proposta, em si, pouco explícita, para proposta de uma coisa que tem de ter mecanismo e pernas para andar é uma proposta que nós não conseguimos ver aqui a estrutura, o corpo da proposta. Por isso, como recomendação faz sentido, ou seja recomendar a criação, o pensamento, o objetivo de criar algo, mas como proposta nós também não achamos que esteja bem fundamentada.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sra. Membro da Assembleia Maria Luísa, MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Na senda da explicação do Membro José Carlos e também da Tânia do Bloco de Esquerda, este misto, o MIM revê-se nesta situação.

A Rede Social existe no concelho de Palmela, tanto pelas IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social, existem bastantes, felizmente.

Quanto ao título que foi apresentado nós não concordamos que seja uma proposta, poderá ser uma recomendação, proposta não, porque está vaga, não tem elementos para ser exequível, é mais uma recomendação que propriamente uma proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto, quer terminar então?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu pensei que a questão entre proposta e recomendação já tivesse sido resolvida logo quando alterarmos a letra e o teor, para mim é um assunto que foi resolvido "*ab início*". Em todo o caso sempre diremos que a Assembleia Municipal pode propor e isso, vem na lei."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pode propor, não pode é deliberar."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Agora a Assembleia Municipal pode concordar toda como uma proposta, mas como mudámos isto para recomendação o caso em concreto nem vai existir.

Em todo o caso, isto da Rede do Cuidador estamos de consciência tranquila porque na Assembleia da República também fomos dos primeiros a apresentar. Não concordo com o António Mestre quando diz que isto vem fora de prazo, não vem porque uma coisa é a legislação sobre o Cuidador, outra coisa é a organização no município da Rede de Cuidadores."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, fica a Recomendação, acho que estamos todos de acordo que deve ser tema obviamente que nos deve preocupar e que preocupa o município, nós sabemos.

Terminamos por aqui, no período antes da ordem do dia ainda tínhamos espaço que eu vou pedir aos Srs. Membros da Assembleia que prescindam tendo em conta o tempo que já passou, se puderem prescindir de outras questões neste período de antes da ordem do dia, avançamos para o primeiro ponto. Estamos de acordo? Podemos?

Ainda antes do primeiro ponto, temos duas atas para votar, as atas número dez e onze. Pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia, se há alguma questão sobre estas atas ou se as podemos votar?

Se na generalidade estivermos de acordo e se houver algum pormenor, que o façam chegar então aos serviços da Assembleia."

A Ata número dez, de treze de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A Ata número onze, de vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito, foi aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Assim sendo, passávamos ao primeiro ponto da ordem do dia que é a informação do Sr. Presidente da Câmara e eu perguntava se está, o Sr. Presidente da Câmara, também disponível para fazer uma coisa muito rápida?"

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sem dúvida, Sra. Presidente, não vou naturalmente ler todas as páginas da introdução, iria apenas destacar dois ou três aspetos que procuram resumir o relatório muito profundo que se situa nas oitenta e seis páginas.

Recordar que neste período a que diz respeito o relatório, são meses por um lado de viragem entre o período festivo, regresso ao trabalho e à rotina, desde logo marcado pela realização de eventos muito ligados à nossa identidade e com grande capacidade de atração turística e ligado depois, também, com a retoma das aulas, o regresso às aulas e um conjunto de outras iniciativas que impulsionaram o debate e a participação cidadã.

Dar aqui destaque a ações no âmbito do envelhecimento saudável e ativo, a segunda edição do "Mercado da Cidadania", destacar também, aqui, as questões atinentes à formação de pessoal, foi um período também muito intenso trinta e três ações, mil trezentas e quarenta e uma horas, depois a segunda fase do "Eu Participo!", dia onze de dezembro, estaremos nesta sala a apresentação dos resultados.

O início do ano letivo com a inauguração de duas escolas requalificadas e ampliadas, a EB António Matos Fortuna ainda com obras a decorrer que não afetaram a realização das aulas, Cabanas que tem novo concurso a decorrer, mas o arranque, também, dos preparativos, embora tenha sido só adjudicado recentemente, mas já estão no terreno duas importantes obras também muito ansiadas, a requalificação do logradouro da EB Brejos do Assa e ampliação também duma sala e a beneficiação do logradouro da EB de Cajados.

Gostaria, ainda, de chamar a atenção das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia para aquilo que são as políticas de natureza de apoio social, ação social no âmbito da educação, para além do valor a atribuir ação social quero aqui destacar a oferta dos cadernos de atividades a todos e a todas os alunos e alunas do 1º do ensino básico, a questão dos transportes escolares que, aliás, hoje já mereceram aqui recomendações talvez pouco informadas sobre aquilo que é feito, é que o município para além de ultrapassar a lei naquilo que a lei define em matéria de transportes escolares, transportando muito mais alunos, ainda tem um projeto que já está a decorrer há três anos que é precisamente o transporte das crianças das freguesias rurais que frequentam os jardins-de-infância, integrados nas atividades de apoio à família, e os que pertencem ao Agrupamento José Saramago estão a ser transportados gratuitamente, e, também, um outro projeto que é inédito porque, habitualmente, só há no 1º ciclo e nós temos a distribuição de fruta escolar também no pré-escolar.

Depois dar nota também para o 1º curso deste ano letivo do "Aprender a Nadar" e do arranque do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar "Eu conquisto, o meu sucesso", que conheceu um novo impulso com conceção, planificação de ações, há muitas ações de formação no terreno e muitas atividades de natureza artística e também a ser preparadas noutras áreas formação parental, desporto, etc., procurando criar condições para a motivação para os estudos e também para o sucesso educativo. Destaque também para o Regulamento Municipal de Apoio aos Projetos Socioeducativos das Escolas, um número recorde de candidaturas aprovadas, dezoito projetos, formação para trabalhadores da ação educativa na área da "Psicologia e Educação Infantil", três importantes programas como referi a receção à comunidade educativa,

mercado da cidadania, para terem uma pequena ideia meia centena de atividades e mais de dois mil participantes.

Promoção e reflexão em torno dos cinco pilares dos objetivos de desenvolvimento sustentável dois mil e dezassete/dois mil e trinta, também o "Outubro Maior", e queria aqui destacar duas edições que resultam de um trabalho muito interessante feito por um lado na cultura e, por outro lado, na ação social o 'Palavras na nossa terra" e o livro "Mezinhas, Rezas e Benzeduras" que teve honras televisão, também, fruto de um trabalho de recolha junto utentes das IPSS e a apresentação do guia informativo Cartão Municipal "Idade Maior" que aproveito para dizer, e para informar quem está menos bem informado, embora estejamos a preparar uma campanha informativa sobre esta matéria que quem tem o Cartão Idade Maior pode utilizar gratuitamente o Circuito Urbano do Pinhal Novo.

A inclusão continua a ser um tema central nesta sociedade moderna, equilibrada, o município aderiu também o projeto "Network for the Role Models", formação Erasmus, Mercado da Cidadania. O concelho foi palco, de facto, de um importante conjunto de momentos de reflexão e debate sobre a área social promovidos por entidades parceiras e com a nossa participação e colaboração, são disso o exemplo, por exemplo, realizou-se em Palmela o 25º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Organismos dos Deficientes, as primeiras Jornadas Sociais do Centro Social de Palmela, o seminário "Políticas públicas para a 4ª idade" da Fundação COI, o primeiro seminário internacional "Inclusão e Direitos Humanos - dos conceitos às práticas" da Inovar Autismo ou a sessão temática da Plataforma Supraconcelhia da Península de Setúbal "A nova geração das políticas de habitação - os instrumentos e o território".

A Reabilitação Urbana, estamos fortemente empenhados a nossa ORU - Operação de Reabilitação Urbana, está a decorrer, o FIMOC – Financiamento Municipal de Obras de Conservação, tem cinco processos em curso, penso que já aprovámos dois numa das últimas reuniões de Câmara, temos a questão da minoração do IMI está a identificação dos prédios dos proprietários a ser feita para poderem obter a minoração no Centro Histórico e também as majorações quando não cuidam dos imóveis, mas quero aqui destacar, sobretudo, a sessão de esclarecimento promovida acerca de um Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) que mobilizou setenta participantes entre proprietários, investidores, projetistas, técnicos, banca, imobiliário, construção.

Uma questão pertinente, fez-se muitas limpezas de terrenos, fez-se intervenções em linhas de água, ainda estão a ser feitas, ainda vão continuar a ser feitas. Mais importante do ponto de vista de investimento foi uma intervenção na linha de água que atravessa as Colinas da Arrábida, de consolidação do talude para melhor funcionamento, hidráulico.

Há vários trabalhos de ampliação e remodelação de redes de água neste período, entraram em funcionamento equipamentos, aspiradores elétricos, triciclos na limpeza urbana e procedeu-se a importantes ações de desmatação limpeza de recintos.

No ambiente este período fica marcado pela Semana Europeia da Mobilidade, do projeto Eco Famílias, ações fitossanitárias, erradicação da lagarta do pinheiro.

O trabalho importantíssimo, se calhar até o único como estudo de caso para o exemplo a seguir por também por outros municípios, com o envolvimento do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida do Instituto Superior de Agronomia para avaliação das palmeiras doentes no nosso concelho em particular em Pinhal Novo com sessões públicas com moradores, o Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela com intensa atividade, a caminhada, o projeto de reabilitação da capela do Cemitério e em pleno Ano Europeu do Património Cultural, merece destaque o início da intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas encostas do Castelo de Palmela, mas também um conjunto de ações em torno do nosso património, as exposições patentes no Espaço Cidadão, de Arqueologia, recuperação dos terraços da Praça de Armas, a celebração do Dia Nacional dos Castelos, formação para a comunidade quatro ações em curso, ainda há pouco vi sair um magote de gente daqui da Biblioteca depois é que me apercebi que eram pessoas que estavam aqui em ações de formação desta natureza, na área cultural e turística e promoção dos produtos locais o destaque vai para o nosso calendário extremamente dinâmico, a festa rainha do nosso concelho a Festa das Vindimas, a Feira Medieval voltou também a superar expectativas, ou a própria Festa de Todos os Santos que se afirma cada vez mais, também, em torno da tradição da qualidade da freguesia e dos seus valores endógenos, o programa "Palmela, Experiências com Sabor!" também com grande dinâmica neste

período que se estendeu depois até o Festival de Moscatel, o do Dia Mundial do Turismo também aqui bem celebrado em Palmela, o projeto Almenara prepara-se para entrar numa nova fase, não foi ano de espetáculos mas é ano de importantes investimentos com vista à produção do filme "Almenara Experience", de uma brochura e de painéis de exposição para a Torre de Menagem.

Mês da Música, Dia Mundial da Música, um trabalho de excelência das nossas Associações e Filarmónicas, Festival Internacional de Música "Palmela Terra de Cultura", Festival Bardoada & AJCOI e a apresentação pública da intenção de candidatura de Palmela à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, sob o lema de "Palmela é Música". Na Música, dança e etnografia também intensa atividade, setembro foi o mês do Encontro Concelhio de Folclore. Dinamismo de um evento associativo, época desportiva com vários programas de desenvolvimento desportivo em marcha, várias iniciativas, o Trilho das Vinhas, a Rampa das Vindimas, o "Viver Melhor, Viver com Autonomia", o "50+-Programa de Exercício".

Dar aqui destaque para a eficiência energética que é, de facto, um desígnio também do município e neste período lançámos procedimentos para a elaboração de projetos para a implementação de energias renováveis e sistemas de gestão eficiente em nove equipamentos municipais, a candidatura da iluminação pública já foi feita e estas nove serão feitas ainda até final do ano.

Na rede viária concluíram-se repavimentações e pavimentações, Bairro das Pegarias, a 2ª fase da rua Joaquim Gomes Romão, a rua da Beira Litoral em Brejos dos Carreteiros, teve início o troço do HUB10-Plataforma Humanizada de Conexão Territorial em Vila Amélia a 1ª fase, teve início, também não está aqui terá terminado esta semana a pavimentação de mais um troço na EM 533-1, por aí fora, e há uma série de outras coisas que não falarei porque só arrancaram uma semana, ou umas semanas, depois do período a que diz respeito este relatório.

Depois destacar, de facto, aqui o facto de termos aprovado em Conselho Metropolitano esta questão da criação da Empresa de Transportes Metropolitanos de Lisboa, que irá servir os dezoito municípios da AML, bem como o nosso esforço cifrado em um milhão duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e vinte euros anuais, mas quero dizer às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que não é apenas para termos um passe mais barato, é para termos uma Rede de Transportes mais eficiente, porque é esse o pressuposto da nossa comparticipação e também dizer que a verba que vem do Orçamento do Estado para esta matéria vem do fundo ambiental e que é manifestamente insuficiente, porque compete ao Estado Central, de facto, financiar o transporte público, o que aconteceu é que o anterior Governo criou um regime jurídico dos Transportes Públicos e esqueceu-se do financiamento na gaveta. Devo dizer que aquilo que nós e a generalidade dos autarcas sempre tem defendido é que pagamos tantos impostos, o imposto sobre os produtos petrolíferos, as portagens que tem que ser um desincentivo à entrada de viaturas nos grandes centros urbanos, etc., etc., e que era aí que também deveríamos ir buscar dinheiro para a descarbonização que fomos bem o fundo ambiental e que essa verba que vem do Orçamente Geral do Estado é manifestamente insuficiente mas só foi possível, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, porque houve autarcas que falam nisto não é neste mandato, também devo dizer sobretudo ao José Carlos recordar, porque já anda nisto há uns anos, quem é que aqui defendeu e fez aprovar moções muitas vezes por um passe social intermodal que abrangesse toda a Área Metropolitana de Lisboa. As propostas são públicas e toda a gente sabe quem é que as apresentou, mas mais do que cada um querer ficar com a medalha o que é importante é reconhecer que os municípios estão a entrar numa esfera de competências que dantes era exclusivamente da Administração Central, estão a fazer o seu caminho porque se querem mais transportes e melhores transportes e cidadãos a andar de transporte público também devem financiar, mas que o caminho do financiamento tem que passar, também, por outras receitas e são receitas que continuam a ficar escondidas nalgumas gavetas do Orçamento Geral do Estado.

Estamos pois numa fase de mudança de paradigma, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, porque há, de facto, um ciclo de um trabalho interno intenso de estudo, projetos, parcerias, candidaturas, que começa a revelar-se e a dar frutos e a poucas semanas do final do ano vamos perceber, até pelo orçamento e pelas Grandes Opções do Plano, que nos esperam desafios enormes para dois mil e dezanove para concretizar muitas obras e ações e muito trabalho.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se há alguma questão que queiram colocar ao Sr. Presidente da Câmara, nesta fase?

Tem a palavra, por favor o Partido Socialista, Sr. Membro António Godinho."

O **Sr. António Godinho do PS:**

"Obrigado Sra. Presidente, saúdo na sua pessoa todos os presentes.

Atualmente os turistas usam cada vez mais as aplicações de telemóvel nas suas viagens estando em desuso, ou estando a cair em desuso, a utilização do mapa e da ida ao Posto de Turismo.

A Câmara Municipal de Palmela tem uma aplicação para o sistema androide denominada "Palmela Conquista" que foi desenvolvida pela empresa portuguesa White Road Software. Na página setenta e cinco do documento que estamos agora aqui a analisar, é referido que foi dada continuidade ao processo de gestão, manutenção e produção de conteúdos da referida aplicação. Depois de fazer o *download* da ata e de a analisar, surgiram várias surpresas quanto à referida gestão, manutenção e produção de conteúdos.

Na área Património não existe uma linha sobre a história da secular Vila de Palmela, no enquadramento do concelho com, por exemplo, um mapa com as várias freguesias e a localização nesse mapa do património existente.

No final do texto sobre o Castelo de Palmela, o utilizador é convidado a marcar uma visita guiada, bastando para isso clicar numa hiperligação, mas ao clicar vamos parar a uma página web não disponível, marcação cancelada, utilizador insatisfeito.

Na área lazer, existem apenas três propostas: golf, visitas guiadas e *geocaching*, nem uma linha a informar das atividades de duas empresas instaladas no município e de grande relevância nesta área, o KIP - Kartódromo Internacional de Palmela e o Arrábida Aventuras. Não se percebe esta omissão, mas vamos então a uma partida de golfe ao abrir a hiperligação o ecrã do telemóvel fica branco e dali não sai. Tentemos o *geocaching*, o texto emperra a meio e não avança. Passemos às visitas guiadas, a única disponível é ao Museu de Musica Mecânica e não foi carregada uma imagem do museu embora esteja lá o espaço em branco. O sistema de localização, através de coordenadas de GPS, também já está um pouco desatualizado e fora de moda. Em resumo à área de lazer da *app* presta um mau serviço à aplicação no geral.

Nas áreas onde comer e onde ficar, as propostas de hotéis/turismo rural e restaurantes têm uma função de geolocalização. Relativamente aos hotéis, das vinte e quatro propostas quinze não tem e geolocalização ativa. Nos restaurantes, das quarenta sugestões trinta e nove não têm a geolocalização ativa. Nestes casos quando se carrega nesta função, aparece a curiosa frase "este conteúdo não possui localização definida". Esta situação é desencorajadora para o utilizador que começa a ter ideias perigosas de desinstalação da *app*.

A aplicação só está disponível na língua portuguesa, se o utilizador nas configurações do seu telemóvel mudar o idioma muitas *apps* acompanham esta mudança. Feita essa experiência, em que se escolheu o inglês, a aplicação do município manteve-se irredutível na bela língua de Camões, esta situação elimina milhões potenciais de utilizadores em todo o mundo.

Em suma, uma ferramenta universal que pode ser descarregada em qualquer local do planeta, e que na área do turismo é cada vez mais importante, está subaproveitada pelo município apresentando omissões importantes e falhas técnicas desmobilizadoras da sua utilização. Talvez, também por isso, e segundo números do *Play Store*, esta app tenha sido descarregada dez ou mais vezes, sendo que o mais nunca é muito mais, o que a coloca numa área de praticamente não existência sendo das poucas *apps* existentes na *Play Store* que não têm nem comentários nem notas atribuídas pelos utilizadores.

Finalmente seria importante saber o montante de investimento do município na criação desta aplicação, que quantia gasta na sua manutenção e atualização, e qual é a estratégia da Câmara Municipal para, no campo de divulgação e da melhoria técnica, ampliar os resultados francamente insuficientes que esta importante ferramenta de divulgação turística apresenta.

Obrigado, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia António Godinho.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia outras questões ao Sr. Presidente da Câmara?

Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Antes de mais congratularmo-nos com a resposta que recebemos hoje, referente a um requerimento que tínhamos efetuado na última Assembleia Municipal por causa de o arranque das palmeiras nos Portais da Arrábida. Eu já enviei um email, porque não veio em anexo o relatório da empresa.

Congratulamo-nos pelo facto de a Câmara Municipal ter efetuado aqui em Palmela, numa altura que chamamos à atenção, o jardim aqui em redor com a colocação de novas flores e plantas, congratulamo-nos com isso. Já nos Portais da Arrábida não nos podemos congratular com nada disso, já agora que está aqui o Sr. Presidente da Junta recebi reclamações de munícipes, continuamos a aguardar há três anos a pintura das vias da sinalética horizontal, as palmeiras foram efetivamente arrancadas, dizem que plantaram novas árvores, mas os canteiros estão simplesmente miseráveis.

Por outro lado relativamente à Escola Matos Fortuna, o Sr. Presidente já aqui deu os esclarecimentos, portanto, não vou colocar a pergunta. Vi a informação no jornal que foi falado em reunião de Câmara sobre a Escola de Cabanas, isto é azar da Freguesia de Quinta do Anjo só as nossas escolas é que continuaram ali com aqueles atrasos, e gostava de saber qual é o valor mensal que se paga ao Colégio Guimarães pela utilização do colégio e por quanto tempo está mais prevista a prorrogação desse contrato, se é que é prorrogado ou se foi feito por um ano por dois.

Relativamente à abertura do ano escolar e a receção à Comunidade Educativa, de salientar aqui que sempre fomos convidados para a abertura e desde este mandato deixámos de ser convidados, também gostava de saber o porquê disso.

Outra questão, relativamente ou Palmela Village fala aqui que houve execução de ramais domiciliários. O Sr. Presidente na última Assembleia disse que já tinha havido muitos requerimentos para a colocação dos contadores, gostávamos de saber como é que estava esse assunto.

Notamos nalgumas áreas a falta de limpeza e o crescimento de ervas, esperamos que o serviço vá melhorar porque vimos também, posteriormente, nas propostas que vão ser apresentadas até na área da calçada aconselhando as Juntas a que pelo menos recolham as pedras da calçada soltas nas urbanizações, até que as pavimentações sejam devidamente repostas.

Para já é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma questão?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado.

Sr. Presidente, como é sabido, o concelho de Palmela é atravessado por vários quilómetros de linha de comboio onde circulam diariamente várias composições, nomeadamente os suburbanos da CP e Fertagus, com intervalos de muito poucos minutos e que passam por alguns aglomerados urbanos que estão junto a essas linhas de comboio, ou em, redor de ambos os lados da linha vedações limite o canal de passagem das linhas e que são barreiras físicas de segurança para impedir a passagem de pessoas e animais que possam colocar em perigo, tanto os que atravessam como os próprios tripulantes e passageiros a bordo dos comboios.

O facto é que em alguns locais, as vedações são alvo de furto sem que a entidade responsável, a Infraestruturas de Portugal, reponha de imediato essas vedações ficando ali uma situação de risco eminente que tem de ser resolvida. No Pinhal Novo, por exemplo, na bifurcação que está logo após a estação e que divide as linhas do Sado e do Alentejo, a vedação não existe. Testemunhas no local afirmam já ter visto crianças e adultos a atravessar a pé naquele local de um lado para o outro e até a circular na linha. Pergunto Sr. Presidente, que diligências têm feito a Câmara junto da Infraestruturas de Portugal para que esta situação seja resolvida?

Depois entre Lau e Lagameças no cruzamento da EM 533, uma vez que falou há pouco das obras nesta via, é o cruzamento entre a M 533 e a M 542 que vêm de Algeruz, que faz ali um cruzamento, há ali um bocado dessa via da M 542, que está junto a um PT- Posto de Transformação da EDP, que não está pavimentado. Esta situação já se mantém há muitos anos e eu queria saber, Sr. Presidente, se tem prevista alguma solução para este troço de via que, como sabe, causa transtornos, transtornos e até também é um perigo, é um risco, para quem circula ali e que não conheço bem a zona.

E é tudo, disse Sra. Presidente. Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra pela bancada do PSD/CDS, Sr. Membro da Assembleia Roberto Cortegano".

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite, Sra. Presidente.

Muito boa noite, Sr. Presidente da Câmara, restante executivo, boa noite, aos restantes Membros da Assembleia, ao público aqui presente e à comunicação social.

Eu vou começar por uma questão que tem a ver com o Jardim Zeca Afonso, no Pinhal Novo, nos caminhos pedonais que dão acesso à Escola Zeca Afonso, que se mantém há muitos anos em terra batida. Nesta altura então do inverno todos aqueles que tem por lá passado têm que passar pelas poças de água, pela lama, sem ter outra alternativa, gostava de saber se tem previsto alguma intervenção naquele jardim?

Uma outra questão, também já antiga, e que se prende com o Mercado Municipal, com o mercado de que é feita aos sábados no estacionamento do Mercado Municipal de Pinhal Novo e com a cobertura do mesmo. Como sabem não existe qualquer tipo de cobertura, nem para o verão, nem para o inverno, e nesta altura há uns que metem o chapéu-de-chuva, outros vendedores colocam o chapéu de praia, depois voa e estamos ali naquelas condições há muitos anos.

Outra questão que tem também a ver com as passagens da linha do comboio no Pinhal Novo, mais concretamente, também, na bifurcação que existe a seguir à estação de Pinhal Novo, desta vez, não lhe vou falar do túnel da rua Álvares Cabral para a rua do Alentejo, essa já falei consigo várias vezes, mas depois existe também outra linha, para além dessa existe a outra linha do sul, aí então não existe nem pedonal,

nem aérea, nem de forma alguma uma passagem, a vedação é completamente aberta e furada pelas pessoas que lá precisam de passar. Não me disseram é mesmo verdade que lá passam crianças e eu vejo todos os dias crianças, idosos e toda a gente que necessita de passar, que não tem outra hipótese para sair dali e que se queira dirigir ao lado sul, por exemplo para a Escola Básica que fica ali junto à linha e não tem outra alternativa, infelizmente ainda a semana passada lá morreu uma pessoa atravessar a linha. Gostava de saber se pode interferir junto das Infraestruturas de Portugal, se há alguma alternativa de colocar ali uma passagem pelo menos aérea e que, de alguma forma, dê acesso àquelas pessoas que moram no meio das duas linhas, na outra temos a questão que o Sr. Presidente já conhece, naquela não há alternativa nenhuma e era isto para já."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais questões ainda?

Tem a palavra o MIM e depois o Partido Socialista."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Boa noite Sra. Presidente, deixe que cumprimente todos os presentes.

Queria deixar só aqui um reparo e uma chamada de atenção e tentar perceber junto do Sr. Presidente para quando a resolução. Rua de São Filipe, rua Ilha do Fogo e praceta de Cabo Verde, estamos a falar de um local que não tem saída junto ao Centro de Saúde em que, segundo consta, haveria um projeto no início daquelas obras para aquele local. O que acontece é que temos a calçada toda degradada em todo o lado, aquilo está horrível, basta passar por lá e dá para ver, tivemos a derrocada também por detrás daqueles prédios, em que junto onde está instalado agora aquele estaleiro, que irá servir para as obras que irão decorrer desde o centro de saúde para o cemitério, e gostaria de tentar perceber quais ou qual o plano para aquela zona.

Um reparo, quem vem da Estação de Palmela, da Fertagus, em direção a Aires, junto àquela nova creche/escola que ali está, foi aberto um buraco, houve ali uma intervenção, ou seja não existe qualquer sinalização. Penso que, enquanto não for colocado aquele tapete, ou alcatrão que lá falta, deveria estar ali alguma sinalização porque com as intempéries que se tem feito os carros vão passando e os buracos estão muito mais fundos, e é só de momento.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, também.

Tem a palavra agora Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, apresento os meus cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, aos respetivos Secretários da Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, aos caros Colegas da Assembleia, às técnicas e técnicos da Câmara hoje aqui em exercício, ao público presente e a assistir a esta sessão e à Comunicação Social.

São três questões muito rápidas, aliás nem são questões.

A primeira é uma dúvida que eu tenho já algum tempo para colocar ao Sr. Presidente da Câmara e que tem a ver com o Pavilhão do Poceirão que vais ser requalificado/construído. E a questão é, quando o Pavilhão no Poceirão for construído e entregue à Palmela Desporto, se assim for decidido, as insígnias inscritas nas

viaturas desta Empresa Municipal, para além de Palmela e Pinhal Novo, também lá vão ter escrito o Poceirão? É que Sr. Presidente, há muito tempo que ouço as pessoas que não conhecem o nosso concelho e veem estas viaturas a circular perguntarem: "*Mas esse concelho só tem duas freguesias*?" Se o Pavilhão passar para a Palmela Desporto, não vão para o Poceirão com a Palmela e Pinhal Novo escrito nas viaturas, porque as pessoas da Freguesia do Poceirão, de certeza que não vão gostar. Também gostaria de procurar ao Sr. Presidente, se já decidiu se coloca ou não o AVAC, a climatização no pavilhão?

Também sobre o documento das atividades, tal como noutros anteriores, em várias áreas como na Rede Viária e Comunicações, já para não falar nas Grandes Opções do Plano que este documento refere na página oitenta e quatro e que mais à frente iremos falar para dois mil e dezanove a dois mil e vinte e dois, há uma situação que acontece comigo e eu não sei se é normal. É que eu quando estou ler estes documentos canso a vista à procura de empreitadas em curso, adjudicadas ou previstas para a Freguesia do Poceirão. Poderá ser um problema meu de oftalmologia, mas olhe Sr. Presidente se não for e teremos tempo de verificar, há aqui discriminação nas cinco filhas freguesias, que o senhor adotou quando se tornou Presidente deste querido concelho.

Por último, queria também dar aqui uma palavrinha sobre as obras da Vala da Salgueirinha há muito tempo que não se fala nisto, ou seja, muita gente tem falado sobre isto e vou dar aqui apenas dois apontamentos. É verdade que o início das obras da Vala da Salgueirinha não tem corrido muito bem, foram as dificuldades para encontrar quem quisesse aceitar o valor de licitação que a Câmara lançou a concurso, agora faltava o parecer da REN, que ainda não tinha chegado até à data da última reunião de Câmara, mas também temos de ser justos com a Câmara porque quem se comprometeu oferecer à Câmara as lontras, os mamíferos mais carismáticos e fofos para os colocar na vala depois de esta ser qualificada, também não se apresentou.

Tenho dito, Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs., tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia, Maria Luísa e pedia que concluíssemos este ponto, vamos dar um bocadinho ainda a palavra ao Sr. Presidente para responder."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"Sr. Presidente aqui um pequeno pedido de esclarecimento.

No Vale da Vila existe uma rua que se chama rua das Palmeiras e tem acesso ali a várias moradias, curiosamente passei lá há relativamente pouco tempo, e o terreno é de asfalto com covas com quarenta centímetros e cheias de água, qual é a possibilidade, se há possibilidade e se estão a pensar pavimentar aquela zona porque está-se a tornar quase impossível a ter acesso às moradias, aquilo só de jipe.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara ia pedir-lhe que conseguisse ser telegráfico."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sobre a Escola de Cabanas informar a Sra. Membro da Assembleia, Rosa Pinto, que está a decorrer novo concurso e é conhecido não vale a pena mas, mesmo assim, suscito porque sei que costuma ler o jornal, a gente às vezes pode é não ler aquilo que interessa, é que está devidamente explicado aquilo que se tem passado em Portugal nos últimos dois anos relativamente ao preço das empreitadas que têm, aliás,

motivado profícua explanação por parte de vários especialistas desde o Jornal de Negócios, ao Jornal de Notícias e, de facto, o preço das empreitadas e a falta de mão-de-obra especializada tem criado problemas a um conjunto de investimentos em todo o país e talvez por isso, também, não só, mas também, porque às vezes é mais por causa das prioridades de investimento não serem as corretas, o país tem algum atraso não sendo os piores na execução de fundos comunitários. Mas olhe que nós não estamos mal, como há muita gente que gosta de rankings qualquer dia vem aí mais um ranking e vê que Palmela até vai no pelotão da frente na execução das obras, apesar de estes atrasos todos e de termos querido que isto tudo corresse bem.

Relativamente ao valor mensal de aluguer do Colégio de Guimarães, instalações, água, luz e gás tudo incluído, porque aquilo está dentro são instalações ligadas à outra parte, ronda os quatro mil euros. Dizer que, como já referi noutra ocasião, o município o litígio que tem com a empresa que abandonou, pressionada por nós, a obra prevê obviamente a indemnização pelos transtornos e atrasos causados, isso está a ser dirimido no nosso Gabinete Jurídico.

Esta questão do convite à receção à Comunidade Educativa, não sei se é exatamente como disse se costumavam, se não costumavam, o que posso dizer é que o que é hábito na casa é convidarmos todo o executivo municipal, todas as forças políticas, perdão o executivo municipal e a Sra. Presidente da Assembleia Municipal. Não sei se é hábito convidar todos os Membros da Assembleia para uma Receção à Comunidade Educativa, não tenho memória disso mas, se calhar, já houve noutros mandatos, mas confesso-lhe que nos meus nunca houve, não é hábito, convidamos é as Sras. e os Srs. Professores e auxiliares.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira as diligências junto das Infraestruturas de Portugal fazemo-la quando somos alertados para alguma rede que está em péssimas condições e já o fizemos ao longo de anos relativamente à necessidade de ter a linha devidamente vedada para a segurança de pessoas, animais e bens. Tenho reunião com as Infraestruturas de Portugal no dia dez, levo um extenso dossier de vários problemas, alguns que têm que ver, também, com esta questão dos atravessamentos. Mas, é bom que todos nós tenhamos consciência que as Infraestruturas de Portugal não vão fazer mais atravessamentos do que aqueles que já estão até debatidos com a Câmara, em particular já dei nota, sobretudo nas Freguesias de Marateca e Poceirão, que é a conclusão do plano de desnivelamentos e de encerramentos de passagens de nível criando as respetivas alternativas. Criar mais passagem sobre a linha é precisamente um bocadinho, para responder à V. Exa., ao invés daquilo que a União Europeia tem estado a preconizar há vinte anos e que tem estado a financiar os vários países para que no modo ferroviário acabem com atravessamentos e garantindo alternativas, naturalmente. Há zonas que são, de facto, zonas pedonais, há zonas que têm alternativa, obrigam a dar uma volta maior, e há outras que dificilmente terão alternativa e procuraremos sinalizar um ou outro caso que seja premente e que seja essencial, mas a nota que temos é da perspetiva de mais encerramento, entenda-se quanto mais se vedar maior será volta que as pessoas vão ter de fazer para depois atravessar no sítio seguro desnivelada, inferior, superior, aquilo que estiver definido.

Na confluência das duas estradas municipais que refere há um litígio antigo, relativamente a posse de terrenos de vários herdeiros, o município já teve em tempos valores para a expropriação e negociação, não surtiu efeito, é um assunto que está no nosso plano de trabalho para este mandato gostaríamos de fazer naquele local uma rotunda que implica também a deslocalização do PT, ou talvez não, porque o esboço inicial que tínhamos era com uma rotunda como há poucas na região, aquilo não era uma rotunda, era quase um aeroporto e mandámos rever para ver se é mais pequena e mais exequível mas temos, de facto, de ter os terrenos na nossa posse. Se conseguimos a declaração de utilidade pública, ou não, enfim, isso é outra fase e é mais complicado, nós estamos à espera de uma declaração de utilidade pública de um terreno para um furo de água de reserva há três anos e tenho que falar com o Sr. Secretário de Estado para ver se as coisas andam mais depressa. Estamos a trabalhar nesse processo, ciclicamente voltamos a tentar contactar desta feita já outros herdeiros, vamos ver se chegamos a bom porto. Entretanto, até lá, aquele pedaço de *tout venant* eu até considero que tem um efeito, quem vem com muita velocidade aquilo é bom estar ali um bocadinho esburacado que é para o pessoal não embater nos que vêm na outra estrada. O objetivo é criar ali um acesso, uma interseção giratória e para o efeito já estamos a estudar uma rotunda mais pequena, até para não precisar de tocar tantas parcelas porque se reduzirmos o número de pessoas com quem temos que negociar talvez seja mais fácil.

Jardim Zeca Afonso, já agora eu gosto sempre de fazer um bocadinho de história. O Jardim foi concebido daquela forma, o saibro compactado seja saibro branco, ou saibro amarelo, é uma solução que existe em centenas de jardins públicos em todo o país e em toda a Europa mas nós já estudámos e mandámos orçamentar uma solução em *pavê*, já o disse noutras ocasiões, tem havido outras urgências e outras prioridades, temos dado, por exemplo, prioridade no plano de calcetamentos às bermas e aos passeios onde ainda há muito para fazer um pouco em todas as freguesias e todos os anos gastamos quarenta a cinquenta mil euros em novos calcetamentos, não estou a falar em conservação, estou falar em novos calcetamentos e é daquelas empreitadas que se executa sempre a tempo e horas e que o dinheiro nunca sobra, vamos ver se um destes anos conseguimos ali uma verba mais generosa para fazer esse tipo de intervenção.

Mercado Municipal cobertura, eu quero aqui recordar-lhe que os mercados de levante são isso mesmo, um pouco por todo o lado, nós vamos a mercados mais antigos de produtores às Caldas da Rainha, ou noutros sítios que eu conheço, e continuam a ter lá o seu chapéu-de-sol nuns toldos muito precários, é, de facto, uma necessidade que o município avaliou e comprometeu-se e vai avançar com a colocação de toldos naquela zona e com a deslocalização, também, de alguns produtores retirando-os da zona de estacionamento e colocando-os em cima da zona de lajes junto às portas das traseiras, diria eu, do Mercado Municipal. E como já tive oportunidade de dizer, não sei se tinha conhecimento disto, nós fizemos uma candidatura para os circuitos curtos, mercados de produtores, ADREPES, que teve uma notificação de não-aceitação mal fundamentada, no nosso entender, e por isso recorremos da decisão, nós gostávamos de ter cofinanciamento para o efeito. De qualquer forma já assumimos que mesmo sem financiamento e estamos a desenvolver os projetos internamente, quer o Mercado de Quinta do Anjo que tem até obras mais pesadas porque requer outras obras de conservação interiores e exteriores, quer este do Pinhal Novo, hão-de avançar porque não é apenas uma questão de conforto para a chuva e para sol, é uma situação que vai permitir ganhar ali mais um arruamento com uma bolsa de estacionamento a sul e a norte. Estamos a trabalhar nesse processo, estamos apenas à espera de ver se temos ajuda porque acho que ainda é um financiamento à volta de quarenta por cento ou se vamos a jogo sozinhos, mas está no nosso plano de trabalho.

A questão das passagens é aquilo que lhe disse, estamos atentos, a passagem da Pedro Álvares Cabral saltou mais um ano, foi a comunicação que as infraestruturas de Portugal nos fizeram, as outras já está definido que é para vinte e um/vinte e três, entrará em exploração, as outras nos outros pontos do concelho já comuniquei isso às respetivas freguesias, ali esperamos que este ano comessem a fazer alguma coisa antes do Verão.

Sr. Mário Rui, rua de São Filipe, rua Ilha do Fogo, rua de Cabo Verde, o projeto para ali há, já deve ter ouvido falar até, se calhar, no âmbito do "Eu Participo!". Estamos a desenvolver o projeto, já temos estudo prévio, vamos encomendar o projeto ao exterior para o espaço de jogo e recreio do Outeiro e a intervenção não é apenas a construção do espaço de jogo e recreio, essas ruas que refere e esses passeios onde eles estão de facto descompactados é na zona de aterro e vamos tratar toda essa zona com uns blocos de betão e uns pavimentos próprios, temos discutido algumas ideias, mas não sou eu o arquiteto embora procure induzir soluções, há-de vir a solução e só nessa altura faremos depois o calcetamento em devidas condições, porque o calcetamento sem ter um lancil guia, ou sem ter uma zona onde encoste, continuará naquela zona de aterro a desmoronar-se mas vamos ver o projeto no início do próximo ano, que é nisso que estamos a trabalhar e é, aliás, um compromisso para com os munícipes no âmbito do "Eu Participo!". Derrocadas, para já dizer que nós fazemos a inspeção ao local mensalmente e sobretudo de todas as vezes que chove, vimos a drenagem na escadaria, vimos se há deslizamentos de terras, assistimos à descompactação de uma pedra e temos isso monitorizado, não acordamos só quando à alguma coisa que cai. Entretanto, o que temos em curso, já tivemos um projeto para ali de engenharia muito pesada, muito betão, que dificilmente seria aprovado pela Direção Geral do Património Cultural. Estamos neste momento com uma outra solução que nos foi sugerida, também, pelo LNEC mas que temos que encontrar um engenheiro que assuma…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, queria que abreviasse um bocadinho, já são onze horas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"… o termo de responsabilidade da solução e nessa medida temos em curso o desenvolvimento do caderno de encargos para o procedimento desse projeto por uma solução mais leve à base de redes, de betão projetado, de outro tipo de soluções que fazem com que aquela encosta fique sempre com um aspeto mais naturalizado. A Estação de Palmela junto ao Colégio Real, esse buraco se não está sinalizado devia estar vamos ver o que se passa.

Sr. José Manuel Silvério, o Pavilhão do Poceirão está em concurso público, desde ontem ou anteontem, têm naturalmente o AVAC e as viaturas de Palmela Desporto, as que existem e as que vierem a existir, seja para trabalharem em que ponto concelho for terão sempre escrito Palmela Desporto, como, aliás, é normal.

Senhora Membro da Assembleia Maria Luísa Paulino, rua das Palmeiras é uma rua asfaltada teve em tempos a passagem do emissário da SIMARSUL que fez lá um rasgão e depois os remendos dão sempre um aspeto à estrada menos bem compactado e creio que terá havido um prolongamento de ramal de esgotos para duas das zonas. Depois de ouvir esta sua chamada de atenção, tenho que conferir com os serviços se já foi reposto o betuminoso nessas zonas, porque houve lá intervenções para ligar mais duas pessoas a um coletor paralelo ao emissário, isso tenho nota e que terá ocorrido no verão, e pode acontecer como já aconteceu noutro sítio que, recentemente, fomos alertados que a reposição do betuminoso por parte da empresa ainda não havia sido reposto, mas vou mandar verificar, muito obrigado.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então vamos entrar no…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Desculpe Sra. Presidente, porque é muito importante e o Sr. Membro da Assembleia, do Partido Socialista, fez aqui uma extensa apreciação, testada e que eu não questiono, naturalmente, lamento, acerca da aplicação que referiu. A aplicação foi desenvolvida por uma empresa a título experimental, com um compromisso depois de ter o seu carregamento e desenvolvimentos. Estamos a trabalhar neste momento com outra empresa, embora o Sr. Vereador tenha reunido recentemente com a empresa que o desenvolveu, com compromisso de trabalhar a sério no assunto, mas estamos já a trabalhar com outra empresa tendo em vista fazer uma aplicação em condições. Paralelamente, temos em desenvolvimento também soluções de tecnologia de *beacons* que será implementada quando estiver também no terreno, o procedimento está em concurso no âmbito de uma candidatura que também ganhámos, que é o reforço do *Wi-fi* na zona do Centro Histórico e na Serra do Louro Ókubo mas, efetivamente, a aplicação não está em condições, mas entre retirá-la e atualizá-la estamos a procurar que uma outra empresa tenha a chave para entrar e para reformular toda aquela aplicação.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então Sr. Presidente, continuamos agora com o ponto número dois, Imposto Municipal sobre Imóveis."

PONTO DOIS – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É extensa, não vou lê-la na totalidade, mas ainda assim vale a pena voltar a relembrar que este imposto é uma receita importante no âmbito dos impostos diretos que são também fundamentais para financiar o funcionamento e toda a atividade do município.

Tem vindo a ter reduções não só com o conjunto de isenções definidas há dois anos, mas também com o facto de termos nos últimos anos aprovado, o ano passado, vamos propor este ano a aplicação do IMI designado IMI Familiar, mas a trajetória de redução deste imposto que é, aliás, um compromisso de todas as forças políticas, mas também da CDU e da atual maioria, tem sido duma redução e de um abaixamento progressivo tendo em conta o comportamento dos restantes impostos.

Estamos neste momento a beneficiar de uma conjuntura muito favorável, que dificilmente terá continuidade a partir de dois mil e dezanove/dois mil e vinte, que diz respeito ao IMT, e o IMT está, de facto, a compensar e a ultrapassar eventuais perdas do IMI embora, também, por via da legalização de um conjunto de edificado e, também, porque se acabou o período de isenção de tantos outros, o IMI no final do ano vai certamente corresponder às expectativas e até ultrapassar ligeiramente a previsão que fizemos no orçamento, aliás os dados na informação municipal apontam para já para isso. Para isto continua, também, a contribuir para este desvio positivo ainda assim uma recuperação de centenas de milhares de euros de IMI de anos anteriores desde dois mil e quatro, e hoje nós temos já acesso a esses dados com mais pormenor, que estamos finalmente a conseguir receber.

As perdas de receita têm sido compensadas com estes outros impostos, também na Derrama estimamos que estamos num ciclo ascendente, os números e de execução que foi realizada de Derrama nos últimos anos foi surpreendente pela negativa dada a recuperação até da economia dos últimos dois anos, mas penso que as repercussões vão fazer-se sentir este ano e, sobretudo, no próximo ano por causa da exportação e dos veículos da Autoeuropa e não só.

Por isso aquilo que voltamos a propor, sem mais considerandos reservando eventualmente para a discussão, é que possamos este ano aprovar para os prédios urbanos, para dois mil e dezanove, a taxa de zero trezentos e setenta e cinco.

Do mesmo modo, propomos a redução em trinta por cento para a área do Centro Histórico, na área limite de intervenção do Gabinete, a redução em vinte por cento também na área do Centro Histórico mas para os arrendados, portanto esta redução é cumulativa com a anterior, quem tiver o seu imóvel em boas condições e simultaneamente arrendado pode acumular aqui benefício de cinquenta por cento no IMI, também ao invés, em vez de reduções, propomos o tal agravamento de elevar para o triplo a taxa do IMI para os que estão devolutos e também ao abrigo do cento e cinquenta e nove de dois mil e seis considerados e/ou em estado de ruína, mas isto para todo o concelho não apenas para a área do Centro Histórico, majorar em trinta por cento os degradados que não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Propomos, também, a minoração do IMI para as áreas definidas em todas as freguesias, que constam no anexo um do programa municipal de medidas de incentivo para a reabilitação de prédios urbanos do concelho, para quem associar aos seus imóveis um contrato de arrendamento para fins habitacionais para habitação jovem, vinte por cento no caso de uma renda digamos social de duzentos e cinquenta euros e dez por cento caso a renda seja igual ou superior a duzentos e cinquenta e inferior a trezentos.

Propomos ainda uma minoração de trinta por cento também para estas áreas do Plano Municipal de incentivo à reabilitação de prédios urbanos no concelho, desde que hajam realizado obras de reabilitação e cujo uso se destine nestas áreas a comércio e preferencialmente venda de produtos locais e uma outra discriminação positiva com mais uma minoração de vinte por cento também para as mesmas áreas também para prédios que tenham sido reabilitados mas cujo uso se destine a serviços, também nestas áreas.

Depois propõe-se, de facto, esta atribuição do designado IMI Familiar, ou seja atendendo ao número de dependentes que haja uma dedução fixa consoante tenha um, dois, três ou mais dependentes de vinte euros, quarenta euros e setenta euros, respetivamente.

Como é sabido no que diz respeito aos rústicos a receita é, neste momento, das freguesias e também convém recordar que um por cento do IMI também é hoje transferido para as freguesias.

Genericamente é esta a explicação e apresentação da proposta, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta quem deseja intervir?

Tem a palavra Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação ao IMI estas questões quer do IMI Familiar quer da redução da taxa que os munícipes pagam, independentemente do Sr. Presidente dizer que todas as forças têm muito essa perspetiva, eu penso que se isso tivesse acontecido no mandato anterior teríamos tido IMI Familiar, e este IMI Familiar, claramente, é uma marca PS. Portanto, gostava de deixar esta nota em termos da discussão e do consenso que foi trazido para a diminuição da taxa, diminuição essa que eu há pouco disse em tom de brincadeira, quando comparamos com os transportes, mas é verdade uma casa avaliada em cem mil euros tem um desconto de dez euros, ano.

O Sr. Presidente apresenta aqui uma série de tabelas, as propostas eu tenho sempre este hábito de as comparar, não variam muito de um ano para o outro, mas este ano tem aqui uma nuance, que é uma nuance significativa mas um pouco falaciosa, tenho que o dizer assim.

Quando o senhor apresenta no quadro, que está na página um de seis da proposta, refere e põe lá dois asteriscosinhos a dizer: "*inclui cobrança de liquidações no próprio ano e de anos anteriores, em julho verificou-se uma cobrança extraordinário seiscentos e trinta e dois mil euros*", isto para justificar o aumento significativo do valor cobrado e transferido para o município de dois mil e dezoito, comparado com dois mil e dezassete que já tem aqui mais cerca de oitocentos mil euros. Mas o senhor esqueceu um pormenor, é que o senhor quer em dois mil e quinze, recorda-se com certeza, que em janeiro de dois mil e quinze já tinha cerca de quinhentos mil euros na receita de IMI, porquê? Porque também houve nesse ano uma transferência e em todos os anos há transferências. Nós quando colocamos em dois mil e dezoito o valor das transferências temos ética e politicamente que colocar os valores dos outros anos.

No quadro que apresenta, depois, na página dois de seis, eu percebo as questões ligadas ao total da liquidação se fosse o valor máximo de zero quarenta e cinco e o valor proposto de zero setenta e cinco, mas digamos que aqui falta, eu percebo que para o município e para nós não é relevante mas, se calhar, para os Srs. jornalistas, já não estão cá, seria importante perceber quanto é que era a variação se nós em vez de pagarmos o valor proposto de zero trezentos e setenta e cinco pagássemos zero ponto três como valor mínimo. Aí poder-se-ia, eventualmente, fazer algumas compatibilizações, não é isso que o PS propõe vamos colocar as coisas assim nestes termos, é só um exercício que penso que todos o temos que fazer.

Quando o senhor diz que se prevê em dois mil e dezoito, no parágrafo seguinte, vinte e sete por cento do total de receita, prevê-se uma diminuição, o senhor diz que se prevê uma diminuição do valor global da receita porque a receita global do orçamento tem incluído os seis milhões de euros que o senhor deixou de utilizar no ano de dois mil e dezassete e os passou para dois mil e dezoito, e só por isso é que a receita de IMI diminui comparativamente ao global.

Depois refere, e já o disse aqui na sua intervenção, que no que respeita ao IMT vai haver uma diminuição, em dois mil e dezoito esteve situado nos cinco vírgula quatro milhões de euros e vai baixar ligeiramente nos anos seguintes, é uma previsão objetiva, é uma previsão como outra, sim, mas escrever numa proposta, perdoe-me a franqueza, que vai baixar ligeiramente nos anos seguintes sem termos nada objetivo que possa consubstanciar efetivamente e mesuradamente aquilo que escrevemos é um bocadinho complicado. Sim, sim, é o que está, "*e baixar ligeiramente nos anos seguintes*", não há nenhum indício que isso aconteça, desculpe, se eu lhe perguntar quantos imóveis, por exemplo, aí já não estamos a falar do IMT, voltamos a

falar do IMI, quantos imóveis entram deixam de ter isenção neste ano de dois mil para dois mil e dezanove, o ano passado não me conseguiram responder, não sei se este ano conseguem responder a isso, mas as minhas perguntas são genericamente as mesmas porque as questões também são as mesmas e sei que as vossas não respostas que são genericamente também as mesmas, à frente, não vou tomar muito mais tempo.

Estamos à procura, diz o Sr. Presidente, de chegarmos a uma taxa ao zero trinta e cinco, que era em dois mil e quinze, a taxa média anual de IMI que os munícipes pagam nos diferentes municípios do país. Ora, neste momento a taxa já está em zero trinta e quatro, e nós andamos sempre atrás do prejuízo e acabamos por descer a taxa de IMI em Palmela menos do que ela desce nacionalmente e isto leva-nos ao quê? Leva-nos ao que o senhor diz: "*bem, mas quando chegarmos a dois mil e vinte e dois, nós teremos isto no zero trinta e cinco*", eu estarei cá para ver, espero, e o senhor também mas, nessa altura, a taxa média no país já não vai ser zero trinta e quatro, vai ser menos do que isso e continuaremos paulatinamente acima da média nacional.

Já falei dos valores das casas e dizer que a questão do IMI Familiar, só cinco dos treze municípios do distrito de Setúbal o aplicam, Palmela é um deles e isso é claramente favorável para quem habita no concelho. Nos vinte e dois distritos, Setúbal está à frente na média, com uma média cerca de zero ponto trinta e oito, Palmela fixa zero ponto trezentos e noventa e cinco, continua acima da média em dois mil e dezassete e dirá o Sr. Presidente: "*é que nós precisamos desta receita"*, eu sei que precisa da receita e precisamos todos e o Partido Socialista votou favoravelmente porque chegou a um consenso sobre este valor na perspetiva de que conseguimos, efetivamente, em dois mil e vinte e dois ter a taxa de zero trinta e cinco no município, mas não me pode claramente dizer que nós baixamos porque quem tem taxas inferiores são municípios do interior e são pequenos municípios, é o que habitualmente diz e basta ler a ata do ano passado. Eu fiz aqui uma pequena nota e zero trinta e dois tem Viana do Castelo, penso que é um município jeitoso, tem Portalegre que é do interior e tem Castelo Branco, que tem uma população acima do concelho, zero trinta e três Beja, Braga e Viseu, zero trinta e quatro Aveiro e Leiria, só pus os municípios maiores, portanto, temos aqui um caminho longo a fazer na busca de algo que sirva efetivamente os munícipes no seu bem-estar. Há pouco o caríssimo Joaquim falava dessa questão, do bem-estar que os munícipes têm e do viver com condições num concelho que tenha as suas funções básicas prestadas junto dos munícipes de uma forma cabal e que esses impostos sirvam exatamente para isso. O dinheiro é só uma analogia sem comentário, o dinheiro da receita dos impostos indiretos é o valor que custa o funcionamento da Câmara de Palmela, são cerca de vinte milhões de euros.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tem a palavra PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Bem, como disse o colega José Carlos, não me vou alongar muito na intervenção porque, efetivamente, mais ou menos dizemos quase todos a mesma coisa, a única diferença é que o IMI está a baixar gradualmente, ainda não tendo atingido a taxa que nós propusemos em sede de campanha eleitoral, estou-me a referir à coligação Palmela Mais.

Corrigir aqui o José Carlos, porque não esteve no anterior mandato, dizer que o pai da criança ou neste caso a mãe da criança do IMI Familiar foi o CDS, e foi o CDS que trouxe a esta Assembleia uma proposta sobre o IMI Familiar, só que foi no anterior mandato e o José Carlos não estava cá.

No ano seguinte, o PS também se juntou e apresentou a Vereadora do PS também essa proposta, a única diferença tem a ver com o valor e a forma de cálculo que era diferente. Em abono da verdade também direi ao Sr. Presidente, e a Sra. Presidente da Mesa que me desculpe, que no anterior mandato também recebi

convites seus para a apresentação do ano escolar, foi no seu anterior mandato Sr. Presidente, não foi neste mandato, também repor essa verdade.

Relativamente aqui ao IMI e aos prédios degradados, nós temo-nos debatido muito, e fizemos vários requerimentos sobre esses prédios degradados, só que estes aqui têm uma majoração em trinta por cento quando já existe o licenciamento e tudo o mais, não é? Naqueles prédios degradados que nós em requerimento apontámos muitos deles, gostávamos de saber o que é que tem sido feito sobre esse assunto. Mais nada, a nossa votação será de abstenção. Neste caso, penso que o meu colega de bancada tem aqui mais umas questões para levantar se a Mesa o permitir."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção de outra bancada?

Dou a palavra agora ao MIM."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM:**

"É rápido Sra. Presidente, esta matéria realmente é uma matéria de bastante importante e mesmo que seja pouco significativa a expressão de dez euros ou de quinze, seja aquilo que for, importa é que, efetivamente, se continue neste caminho e mais tarde se consiga valores melhores.

O caminho faz-se caminhando e é assim que deve ser, nós vamos aprovar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Esta proposta, eu quase que faço uma comparação com aquelas embalagens de bolachas muito, muito, giras, porque o IMI é uma coisa muito importante, nós compramos aquela embalagem de bolachas porque gostamos muito de bolachas, porque é muito importante para nós ter em casa, mas depois o sabor, sabe? O sabor, é sempre o mesmo não passa daquilo e é um bocadinho aqui como o IMI, é como a bolacha a embalagem é muito, muito, gira, e é muito, muito apreciada, mas pois o sabor fica muito aquém e é isto que nós achamos, é que esta redução de zero vírgula zero um por cento face à taxa é um bocadinho pouco ambicioso e o que lhe queríamos perguntar é porque não uma descida de um bocadinho mais sugestiva, apelativa, sabendo que, tal como se depreende nesta proposta que ainda se vive um período em que as famílias apesar de algum alívio em matéria fiscal no que diz respeito aos impostos diretos e indiretos sobre os rendimentos e o consumo em resultado das medidas em sede de Orçamento de Estado, sabendo-se que as famílias do nosso concelho na sua maioria contraíram empréstimos para aquisição da sua habitação e que em muitos casos os cidadãos e cidadãs sofreram, ou sofrem, ainda situações de emprego precário, mal pago e até mesmo o desemprego, entendemos desta maneira e por estes motivos, que devemos rejeitar esta proposta e a nossa posição de voto, é contra.

Disse, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora sim, tem a palavra novamente PSD/CDS."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Apenas para acrescentar aqui mais algumas linhas, concordamos em alguns pontos com a proposta apresentada pela maioria, por exemplo com os benefícios fiscais a prédios arrendados, com a introdução ao IMI Familiar, que existe desde dois mil e catorze, e é um salto qualitativo na maioria que não pensava assim no passado.

Divergimos na taxa apresentada de dois zero trezentos e setenta e cinco, achamos que podíamos ir um pouco mais longe com uma taxa de zero trinta e sete, o que teria um impacto de cerca de cento e setenta mil euros na receita estimada e ficaríamos assim mais perto do objetivo a que nos propomos de no final da legislatura o IMI de zero trinta e cinco por cento, mais perto da média nacional que tenderá sempre a descer e, portanto, lamentamos que não se reduza já este ano um pouco mais."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora a Bancada da CDU."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"A Bancada da CDU vai votar a favor o IMI, porque consideramos que estas medidas podem ser pequenas, como o Bloco referiu, mas o importante é que tem vindo a descer e está a melhorar a vida dos munícipes de Palmela, o nosso voto é nesse sentido."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, não sei se alguma questão que o Presidente quisesse acrescentar acerca desta discussão?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Duas breves notas, Sra. Presidente, relativamente ao IMI Familiar.

Para quem tem a memória curta é só dar a conhecer que a proposta que havia no passado com base numa outra fórmula de redução era uma proposta extremamente injusta e que devolvia mais a quem certamente menos necessitaria, a avaliar pelo património detido.

A nossa posição passou a ser diferente a partir do momento em que se chegou a esta fórmula, pensamos mais justa, e só não o fizemos no ano em que isto foi decidido na Assembleia da República, mas fizemos o ano passado e fizemos este ano, porque estávamos num processo de recuperação e de equilíbrio financeiro que justificou a que fossemos comedidos neste abaixamento de IMI com ponderação, prudência e progressiva. E o tempo deu-nos razão é por isso, talvez, até algumas das autarquias que aqui foram citadas a título de comparação, se é que esse rankings significam alguma coisa, ou explicam outros indicadores de desenvolvimento, ou se o valor do metro quadrado dos imóveis nesses concelhos é o mesmo que neste concelho, enfim, tantas variáveis que escapam a essas discussões do IMI. Alguns concelhos, por exemplo, são concelhos que estão endividados, Aveiro é um caso deles era bom ver como é que está Aveiro no anuário financeiro dos municípios, mas eu não quero aqui falar mal dos outros, nem sequer das autarquias do Partido Socialista no Distrito de Setúbal onde, se calhar, não foram tão longe quanto foi a Câmara Municipal de Palmela e a sua maioria nesta proposta. Não vale a pena irmos por aí, todos nós gostaríamos de pagar menos impostos mas no momento em que temos um dos maiores volumes de investimento da história do nosso município, onde vamos ter possivelmente para o ano, se não contarmos com receitas que eu por acaso tenho esperança que elas apareçam, de contrair empréstimos, porque temos capacidade para contrair empréstimos, para conseguir trazer para o território mais investimento, e mais comparticipação e mais candidaturas eu pergunto como é que podemos chegar ou estar aqui obcecados com o estar a baixo ou acima das médias nacionais.

O nosso compromisso pelas contas que temos, e quanto a estimativas, desculpe Sr. Membro, o senhor quis brincar aqui um bocadinho que o texto da proposta, eu gostava que você visse as propostas das vossas autarquias, não têm aqui nada escrito, quanto mais informação damos mais os senhores gostam de andar aqui à volta, se estamos aqui a dizer se baixamos muito ou se vai baixar e baixar ligeiramente nos anos seguintes o IMT, sim, isto que aqui temos e que está na nota de enquadramento orçamental da nossa proposta de Grandes Opções do Plano, que os senhores já disseram noutra discussão e que podem continuar a dizer que estamos muito pessimistas, a única entidade que está otimista no país é o Governo do Partido Socialista porque, de facto, têm-se enganado e estão agora a meter água chumbando algumas medidas justas na discussão do Orçamento e não assumindo compromissos que assumiram com quem lhes tem dado apoio parlamentar, é que quando vamos a que o crescimento do PIB com esta panóplia de especialistas e de entidades desde o Ministério das Finanças, do Banco de Portugal, o Conselho de Finanças Públicas, o FMI o IPC sob a inflação, o Ministério das Finanças, o Banco de Portugal, quer dizer tudo isto aponta para estas curvas, descendentes, embora ténues, e nós não estamos a ser pessimistas estamos apenas a acompanhar o raciocínio do conjunto de indicadores e de previsões feitas até dois mil e vinte e dois por estas entidades. Isto acerca das considerações que aqui estão de estimativas, do futuro, que o senhor acha muito ousado nós termos tido esta parcimónia de dizer isto eufemisticamente, quero dizer-lhe que nós lemos os documentos que acabam por concorrer para as notas de enquadramento de qualquer proposta de orçamento, e acho que isto é correto e saúdo daqui os nossos técnicos que fazem este trabalho. Vale a pena conhecer outros documentos de outros municípios para se dar valor ao trabalho que aqui é feito, se calhar temos que passar a escrever menos que é para o pessoal, se calhar, não se perder a falar de outras coisas.

O que eu gostaria de dizer, é que estamos todos fortemente empenhados de reduzir, naturalmente, a carga fiscal sobre os nossos munícipes mas, também, estamos empenhados em fazer muito trabalho de qualificação do território que necessita de investimento e os municípios não são todos iguais, Sr. Membro da Assembleia, o senhor falou-me de municípios que continuam a ter programas específicos para as águas e saneamento, que nós não temos um cêntimo de comparticipação, falou de municípios continuam a ter de fundos comunitários oitenta e cinco por cento e setenta e cinco por cento e que nós na AML não vamos além dos cinquenta por cento, portanto quando quiser fazer comparações para se perceber o custo do investimento aqui comparativamente com outros concelhos do país utilize também estes outros aspetos, estes outro indicadores. Os municípios não se comparam num ranking apenas pelos impostos que aplicam aos seus munícipes, agora nós temos é que fazer um caminho, um caminho ponderado, um caminho coerente e a prova é de que, nos últimos quatro anos, fizemo-lo paulatinamente com muito esforço e estamos agora em condições de dar passos maiores, mas esperemos que aquilo que se passa olhe entre a Rússia e a Ucrânia, ou aquilo que se passa no Médio Oriente, ou aquilo que se passa em guerras comerciais entre a China, Estados Unidos e a Europa não alterem isto de um ano para o outro, porque se continuarmos neste caminho, e muita gente tem trabalhado para que isto assim aconteça, eu creio que poderemos todos depois ser otimistas e poder ir mais além na redução dos impostos por via de uma economia estável e sustentável que permita ir buscar receitas a outros impostos baseados precisamente na dinamização económica e não exclusivamente no património e no imobiliário.

A taxa que é proposta para este ano parece-nos justa, parece-nos ir neste caminho, já percebi pelas palavras dos senhores que quando chegarmos a trinta e seis os senhores vão propor trinta e cinco e meio e quando chegarmos aos trinta e cinco os senhores vão dizer que o melhor era de trinta e quatro, isso é fácil fazer oposição assim eu acho é que aquilo que propusemos, que concertámos e que tem que ser lido com o conjunto de outras medidas e de reinvestimento que estamos a fazer em funções sociais, em investimentos etc., é que dá uma leitura correta de que isto não é apenas uma questão de pagar mais ou menos impostos, é sobretudo uma questão de aplicar bem os impostos dos nossos munícipes, e é isso que estamos a procurar fazer no território com o Plano e Orçamento e as obras que estamos a realizar.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse, Sr. Presidente?

Muito bem, então vamos votar esta proposta número dois."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (quinze da CDU, nove do PS e dois do MIM), dois votos contra do BE e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto três, Derrama."

O Sr. Jorge Freitas do PS ausentou-se da sala pelas 23:38 horas.

PONTO TRÊS – Derrama – Taxa a aplicar em 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

O que se propõe relativamente à Derrama, a proposta vou abreviar e o quadro explica mais ou menos qual tem sido a evolução deste imposto. A proposta que trazemos é que no caso das micro pequenas empresas dada a sua importância para o tecido económico-social, sobretudo para o local enquanto geradora de emprego, é que continuemos a isentar estas empresas e pelas nossas contas prevemos aqui um benefício, em dois mil e dezoito, de cerca de cento e três mil euros o que significa que vamos deixar de receber esta receita para dar aqui um incentivo a estes empreendedores destas micro pequenas empresas, e para as empresas com volume de negócios em dois mil e dezoito que ultrapasse os cento e cinquenta mil euros continua a ser aplicada a taxa de um vírgula cinco por cento e para as micro pequenas empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os cento e cinquenta mil que se mantenha a isenção. É isto Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta, então? Intervenções, posições?

Dou a palavra PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso voto será favorável, aliás já nos anteriores anos defendemos isto e concordamos com a proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então se não houver, sim, dou a palavra o PS então."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação à Derrama o Partido Socialista vai votar favoravelmente, mas quero aqui fazer algumas considerações.

O concelho de Palmela tem a maior concentração industrial da Península de Setúbal, já há muitos anos, e a pergunta que se tem de fazer é: onde estão os resultados que possam traduzir isso no maior desenvolvimento e bem-estar dos munícipes do nosso concelho?

Quando se ouve por esse país fora muita gente a dizer que Palmela deve ser um concelho muito rico, enchendo logo os olhos com a Autoeuropa, claro, achamos muita graça porque não é nada disso e devo dizer que nesta matéria compartilho de algumas leituras que o Sr. Presidente Álvaro Amaro faz. Por exemplo, não é admissível que seja o poder central a definir isenções às empresas que se vêm instalar no território dos concelhos, isenções que são do âmbito autárquico e que devem ser geridas por estes democraticamente eleitas. Devem de ser as autarquias, até como demonstração de capacidade de atração de investimento, a definir o que pretende isentar ou não no seu concelho. Também já é tempo de as autarquias receberem informação de cada contribuinte do seu território e não apenas receberem informação de um valor global dos contribuintes, pois só assim se poderá ser mais justo para cada empresa e termos um melhor benefício para o concelho.

Esta forma genérica encontrado pelas câmaras para taxar as micro e pequenas empresas é absolutamente cega na sua aplicação. Eu dou um exemplo, não leva em linha de conta os postos de trabalho de cada empresa, pois podemos ter uma empresa com cento e quarenta e nove mil euros de faturação, abaixo dos cento e cinquenta mil, e com um ou dois postos de trabalho e sessenta mil euros de lucro e esta empresa não paga imposto, não paga Derrama, e ter outra empresa com cento e cinquenta e um mil euros de faturação, portanto já paga Derrama, com seis ou mais postos de trabalho e que tenham só vinte mil euros de lucro, esta empresa fique injustiçada em relação à outra.

Para terminar é tempo agora que todos querem descentralizações, todos os partidos, para o poder autárquico ser merecedor de mais respeito e mais autonomia.

Tenho dito, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada mais alguma intervenção sobre esta proposta?

Vamos então votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos ao ponto quatro, Sr. Presidente."

PONTO QUATRO – Participação variável no IRS para 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou procurar sintetizar a proposta.

A participação direta do IRS, prevista desde a entrada em vigor da lei número dois de dois mil e sete, destinou-se a compensar, em parte, a redução do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para os municípios que passou com essa lei, em dois mil e sete, de trinta vírgula cinco para vinte cinco vírgula três por cento da

média aritmética da receita proveniente do IRS, IRC e IVA, deduzido o montante afeto ao índice sintético de desenvolvimento social, e atualmente, para quem não saiba, essa participação situa-se apenas nos dezanove e meio por cento.

O município estima, relativamente aos dados de dois mil e dezoito, ter direito a uma participação no IRS no valor de três mil cento e oitenta e um mil euros e sendo que para dois mil e dezanove aquilo que está indicado ao município, por via da proposta de Orçamento do Estado, é que será uma receita de três milhões trezentos e setenta e nove mil trezentos e quatro euros.

O que se propõe, ao abrigo da legislação aplicável, é que a Assembleia delibere que o município deve contar com esta participação variável no IRS de cinco por cento relativa aos rendimentos de dois mil e dezanove dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Palmela.

Por ora, disse Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Obrigada, Sra. Presidente.

É mais comentário em relação a este ponto.

As alterações das taxas em dois mil e dezoito e o aumento do número de escalões de IRS permitiu um alívio fiscal, beneficiando muitas famílias e cujos efeitos ainda se farão sentir em dois mil e dezanove. Uma vez que o exercício do IRS é feita em dois momentos, com as retenções do imposto todos os meses no salário de dois mil e dezoito, e com acerto de IRS desse ano, em dois mil e dezanove, no momento da entrega das declarações. As alterações que têm sido feitas nos últimos três anos têm permitido reforçar uma maior justiça fiscal para as famílias e esses efeitos continuarão a ser ainda sentidos, ainda que com menor impacto ao longo de dois mil e dezanove, quer ao nível das taxas de IRS e dos escalões de IRS.

É conhecida a posição do PS na promoção da redução do IRS sendo uma das suas medidas programáticas ao nível do concelho de Palmela, é também conhecida a sua posição para que essa redução permita realmente devolver às famílias parte do IRS atribuído à autarquia.

Aliás, consideramos importante aliviar as famílias dos encargos fiscais para que estes possam ter mais rendimentos disponíveis que permitam contribuir para um impulso importante da nossa economia. Não obstante achamos que os valores em causa ainda são pouco expressivos para as famílias quando comparamos e discutimos outras taxas, como é o caso do IMI, e quando queremos efetivamente beneficiar famílias. Pretendemos que esta taxa possa ser mexida ou alterada, aguardando uma conjuntura mais favorável e estável para que esta taxa possa ser verdadeiramente reduzida de forma expressiva e responsável, permitindo ajudar realmente as famílias mais necessitadas.

Estamos, ainda, convictos que o valor da receita da autarquia sobre esta participação será utilizada em medidas e políticas sociais que beneficiarão as famílias do município. Pelo exposto a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora PSD/CDS."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Começo por dizer que o nosso sentido de voto será contra, porque tal como pensamos no passado continuamos a pensar no presente que a devolução de uma parte do IRS aos contribuintes através da participação variável seria uma medida que para além de devolver algum dinheiro aos contribuintes daria uma prova inequívoca de que as pessoas estão em primeiro e cabe também o Poder Local a solidariedade com os seus munícipes. Dissemos isto no passado e ao contrário de outros continuamos a pensar assim no presente, acreditando que seria também uma medida que ajudaria a captar pessoas para o concelho.

Com uma participação de quatro vírgula cinco por cento, em vez dos cinco por cento, teríamos um empate na receita estimada de cerca de trezentos mil euros, menos de um por cento, zero vírgula setenta e cinco aproximadamente, tornando assim o concelho mais atrativo.

Num ano em que ainda não há desagravamento fiscal em sede de IRS lamentamos, portanto, que não se introduza a participação dos quatro vírgula cinco e meio."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. António Mestre da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:47 horas.

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** ausentou-se da sala pelas 23:48 horas.

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Em relação a esta proposta a nossa posição é de não concordância com a devolução de qualquer valor da participação variável do IRS, por parte da Câmara, porque não achamos que seja justo, tendo em conta que quem sairia beneficiado com alguma devolução seriam os contribuintes que auferissem rendimentos mais altos. Por isso achamos que este esta medida que, aliás, foi uma medida criada no Governo de Portugal à Frente (PàF) ou do PSD/CDS, é uma medida que não resulta em mais rendimentos para as famílias que realmente precisam e por isso não concordando com qualquer devolução da participação variável do IRS achamos e estamos de acordo com a proposta da Câmara Municipal e por isso votamos a favor.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Sr. Presidente da Câmara, quer intervir?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Gostava só de aduzir o seguinte comentário, por um lado voltar a recordar que o IRS é um imposto nacional e a nossa posição de princípio é que se ele é um imposto nacional decidido pela Assembleia da República deve ser igual em todo território.

Subscrevo, também, esta lógica que noutros anos tive oportunidade, até que com alguns dados de rendimentos de famílias de vários escalões, comprovar que uma medida desta natureza fosse qual fosse a percentagem estava a beneficiar sobretudo quem tem de facto mais altos rendimentos.

Depois, o que é importante também aqui recordar é que os municípios ainda hoje não estão a receber aquilo a que têm direito por via do Orçamento de Estado, há uma cláusula travão que não permitiu que ultrapassássemos os cinco por cento e dos dados a que nós conseguimos ter acesso, e são poucos como já aqui foi dito e criticado pelo facto de que a administração fiscal nem sempre com transparência fornecer esses dados, nós acreditamos que se recebêssemos aquilo que está na Lei das Finanças Locais, que os sucessivos governos continuam a não cumprir, nós teríamos ainda muito mais direito a IRS e, se calhar, também podíamos baixar outros impostos e podíamos também evitar pedir empréstimos para investimento.

Sublinhando este aspeto há aqui, também, que considerar duas outras notas. Primeiro é curioso que quem brindou os cidadãos com um brutal aumento de impostos, lá em cima aumentam e depois dizem vocês agora devolvam, acho isto incrível, mas fica para apreciação de cada um. Depois dizer que as medidas que foi possível aprovar em termos do reescalonamento do IRS, e tenho pena que, se calhar, neste Orçamento de Estado não se possa ir ainda mais longe, contribuíram para isentar um conjunto de famílias de pagamento de IRS, houve um alargamento, esta mexida nos escalões aliviou, de facto, a carga fiscal sobretudo sobre a classe média-baixa e que é esse o caminho que tem que ser em sede de Assembleia da República, tem que se desagravar este imposto e agravar, por exemplo, foi chumbado soube ainda há pouco a proposta, no caso de outros impostos do IMI suplementar para empresas que têm lucros de vinte milhões de euros, são, de facto, estas empresas que podem e devem pagar impostos, são, de facto, as grandes fortunas que em sede de IRS, e algumas durante muitos anos, tiveram isenções e benefícios fiscais para quem especulava na banca, são, de facto, esses setores que devem pagar mais impostos e o caminho é o reescalonamento não de sete, mas de dez escalões que seria o ideal no IRS para reduzir o peso deste imposto nas famílias portuguesas.

Esta verba faz-nos falta, vai ser muito bem aplicada em políticas de natureza social do nosso município, muitas delas têm sido discutidas com outras forças políticas no âmbito dos debates no executivo municipal e deverá ser esse o caminho, investir bem os impostos dos nossos concidadãos em políticas sociais promotoras da inclusão e da igualdade, de oportunidades no nosso concelho.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, um do MIM e dois do BE) e três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Temos que deliberar prolongar os trabalhos para além da meia-noite, é a minha sugestão, embora com o desafio de que sejamos tão contidos quanto possível, mas penso que não se justificaria, obviamente, interromper a Assembleia.

Estamos todos de acordo em prolongar os trabalhos? Sim? Votamos favoravelmente?

Está deliberado.

Então, proposta número, cinco Sr. Presidente."

PONTO CINCO – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito rapidamente, Sra. Presidente.

O município já tem no seu Regulamento e Tabela de Taxas, a taxa municipal de direitos de passagem que é aplicada, sobretudo, aos operadores de telecomunicações. Contudo isto carece de confirmação anual do valor da percentagem a aplicar, prevê-se que a taxa de zero vírgula vinte e cinco sobre o valor total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo para todos os clientes finais do município, aprovada em dois mil e dezassete, dê origem a uma arrecadação de uma receita de cerca de vinte e cinco mil euros de acordo com os valores arrecadados até setembro de dois mil e dezoito.

Gostaria de recordar que esta taxa não tem aplicação direta sobre os consumidores, não tem repercussão direta sobre os consumidores, já se encontra incorporado no preço dos referidos pacotes de telecomunicações e por isso propõe-se que a Assembleia Municipal delibere o lançamento desta taxa de zero vírgula vinte e cinco sobre o valor da faturação mensal emitida pelas empresas destas áreas das comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** ausentou-se da sala pelas 23:54 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

É clara para todos, podemos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, um do MIM e dois do BE).

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** retomou participação nos trabalhos pelas 23:57 horas.

O **Sr. Jorge Freitas do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 23:57 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então ao Orçamento e Grandes Opções do Plano."

A **Sra. Maria Luisa Paulino do MIM** retomou participação nos trabalhos pelas 23:58 horas.

PONTO SEIS – Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"A proposta de Orçamento para dois mil e dezanove dá sequência ao ciclo iniciado no final de dois mil e dezassete e do ponto de vista programático estas Grandes Opções do Plano, dezanove /vinte e dois, incluem todos os compromissos constantes no plano de trabalho sancionado pelos eleitores para o quadriénio dezoito/vinte e um, acrescidos de outros, entretanto, considerados prioritários na sua maioria em resultado de escolhas efetuadas pelos munícipes no âmbito do processo "Eu Participo!".

Em termos financeiros, o documento tem um extenso relatório de enquadramento da política orçamental refere expectativas de crescimentos baseados no incremento da atividade imobiliária, que esperamos que tenha um reflexo direto, como já está a ter, nas receitas do município, sobretudo o IMT, mas também das taxas de loteamentos e obras porque há, de facto, uma nova dinâmica neste setor. Mas na presente proposta de Orçamento temos que aplicar as regras do Pocal e acabam por ter um crescimento de cerca de trinta e quatro por cento e quarenta e seis por cento, respetivamente, comparativamente com a proposta inicial de dois mil e dezoito. O crescimento do IMT merece destaque, têm uma enorme expressão, é a receita própria do município com maior crescimento, tem tido alguma consistência de evolução desde dois mil e treze, onde bateu cá no fundo, depois, em dois mil e quinze, teve outra quebra, mas tem vindo, de facto, a crescer.

Mas como diz o relatório do enquadramento da política orçamental, estamos ainda longe dos níveis de crescimento económico e desafogo financeiro anteriores à crise. Não vou maçar-vos mas, no passado já aqui chamei à colação alguns destes números, é sempre bom, termos como referência anos entre dois mil e cinco e dois mil e oito quando se fazem comparações do que se recebia da Derrama, do que se recebia de loteamentos e taxas, para se perceber que foi precisamente o abaixamento dessas receitas que levou a que tivéssemos depois nos anos de crise entre dois mil e dez e dois mil e treze a ter de nos agarrar um pouco a receita do IMI para contrabalançar a perda das restantes receitas.

Há aqui desde dois mil e quinze, um crescimento consolidado até das próprias receitas próprias, passe o pleonasmo, do município que tiveram um expressão modesta deste no início e que tem acelerado no último ano, nesse sentido o Orçamento Ordinário para dois mil e dezanove, sem contabilizar empréstimos, comparticipações de fundos comunitários e transferências excecionais, mesmo com as tais regras do Pocal da média dos vinte e quatro meses, etc., acolhe um aumento materialmente relevante face ao valor inicial do orçamento do ano anterior, ou seja, há aqui um aumento de cinco vírgula nove por cento, mais dois virgula três milhões de euros, de acima do crescimento verificado em dois mil e dezoito que se situou em um vírgula zero quatro por cento, mais quatrocentos mil euros.

Este crescimento, de facto, permite acomodar uma política fiscal mais favorável às famílias, com a nova redução da taxa do IMI, com o IMI Familiar, oferta de novos benefícios sociais no âmbito de várias políticas do município e o reforço dos existentes mas, ainda, reflete-se também no aumento da nossa capacidade de endividamento que se revela indispensável para financiar um volume de investimento inscrito no plano plurianual de investimentos.

Com a informação disponível, e admitindo que esta conjuntura económica se manterá, é expectável um crescimento modesto mas continuado do PIB, e também na taxa de inflação, o incremento da atividade económica que vai abranger os setores mais relevantes para as finanças das autarquias, o IMT, as taxas de licenciamento e da venda de bens e serviços que também se estima um aumento.

Na despesa a parte substancial do crescimento das disponibilidades financeiras do município, acabará por ser absorvida por uma conjugação de diversos fatores. Por um lado, estamos a assistir a um crescimento da taxa de inflação, o crescimento acima da inflação dos preços de alguns bens e serviços e isso é notório nas empreitadas que já vai em mais de vinte e um a vinte e seis por cento dos custos. Deixou de haver aqui um ciclo, que houve no passado, de quebra anormal dos preços gerada pela recessão, depois temos, também, que considerar que grande parte destas disponibilidades também vão ser absorvidas pelas despesas de pessoal por uma razão que eu considero positiva. Por um lado assistimos ao desbloqueamento das progressões, haverá promoções, há reposição do valor das horas extraordinárias, e, depois, ainda temos

outra despesa que também vai absorver estas disponibilidades que é nova neste contexto que tem que ver com a transferência a efetuar para a grande Área Metropolitana de Lisboa em resultado da implementação de uma nova política de transportes, estou a falar-vos de um vírgula dois milhões de euros.

Ainda assim para o conjunto de investimentos que temos previstos entre dois mil e dezanove e dois mil e vinte e dois fruto de um conjunto de candidaturas bem sucedidas, torna-se necessário contratar um novo empréstimo bancário de médio e longo prazo para financiar obras. Estima-se que esse novo empréstimo se situe nos quatro milhões de euros, parte desse financiamento procuraremos contratá-lo à banca comercial e outra parte, sobretudo para aquelas obras que são obras candidatadas a programas de fundos comunitários, europeus e outros, iremos o Banco Europeu de Investimento que tem, de facto, taxas com que ninguém, nenhuma, banca comercial consegue concorrer.

Ainda há riscos e contingências, mas queremos que de forma responsável e transparente como a gestão tem sido feita vai permitir fazer este caminho ainda que, por dentro do relatório enquadramento da política orçamental, confirma-se uma pressão acrescida sob a despesa que vai absorver uma parte substancial da disponibilidade financeira.

Está também em curso um processo de decisão de transferência de novas competências para as autarquias, que deve ser entendido aqui, também, ainda não temos nenhuma competência aceite aliás estamos a assistir agora, esta semana, à saída de alguns diplomas, ainda não saíram aqueles que são mais complexos, embora já tenhamos deliberado esperar para ver e não aceitar, num futuro próximo teremos que falar sobre o assunto mas aquilo que vem aí naquelas questões mais pesadas, educação, saúde e outros, pode vir a ser uma ameaça porque as verbas vão ser certamente insuficientes, por aquilo que conhecemos até agora, esperemos que tenha evoluído as negociações, e isto tudo vai provocar uma maior pressão sobre o orçamento municipal e também uma maior exigência, até nalgumas áreas que dantes eram da Administração Central e que estando nas mãos das autarquias, as pessoas vão pressionar mais porque estamos mais perto e, de facto, isto vai incrementar a despesa.

As opções de gestão tomadas nos últimos anos de agir com prudência, contendo a despesa de natureza mais rígida, cortes na estrutura e nas despesas de funcionamento para continuar a libertar recursos para investimento e para a atividade, tem-se revelado correta, gerimos os saldos de gerência com alguma parcimónia, vamo-los utilizando para investimento sempre no ano seguinte e, em termos financeiros, cremos que este equilíbrio se vai manter com este Orçamento, sendo que ele é ambicioso no que diz respeito ao conjunto de investimentos que estão nas Grandes Opções do Plano.

O Orçamento mantém a estrutura adotada e as principais orientações da política financeira do município, cumpre as exigências da Lei das Finanças Locais, alguns aspetos até inova por opção do Executivo Municipal na sua estrutura e apresentação, mantém-se ainda a impossibilidade de apresentar a plurianualidade do Orçamento por ausência de regulamentação específica. O novo classificador que viria substituir o Pocal foi de novo adiado para dois mil e dezanove, prevê-se um período de transição para este sistema de normalização contabilístico para a Administração Pública e depois teremos outras novidades, eu não sei se vai ajudar, ou não, a perceber melhor os documentos, temos que ver para crer, temos dúvidas.

O Orçamento apresenta, agora, no início um valor global de cinquenta e dois milhões oitocentos e setenta e cinco mil euros, um aumento de sete vírgula três relativamente ao Orçamento inicial de dois mil e dezoito, mas um decréscimo de quatro vírgula três relativamente ao Orçamento em vigor, porque o que está em vigor em dois mil e dezoito incorporou, entretanto, o saldo de gerência de dois mil e dezassete, mas depois com a revisão que vamos trazer na próxima semana os números passarão a ser outros.

O conjunto dos impostos diretos continua a situar-se nos vinte vírgula sete milhões de euros, sempre dissemos independentemente da conjuntura que este patamar dos vinte milhões de impostos diretos é indispensável para uma autarquia com a nossa dimensão, com um território com as nossas características, reparem que se mantém, prevemos vir até ultrapassar algumas receitas que aqui estão previstas mas em sede de elaboração do Orçamento temos que contar com as tais médias que o Pocal nos impõe.

Nas transferências do Orçamento do Estado totalizam oito vírgula seis milhões de euros, representam dezasseis vírgula quatro do total das receitas orçamentadas, se não for a cláusula de travão recebíamos mais, nos impostos indiretos taxas multas e outras penalidades os dois vírgula um milhões de euros

representam quatro por cento do total das receitas, na venda de bens e serviços correntes estimamos um valor global de dez vírgula quatro milhões que representa dezanove vírgula seis por cento, e um acréscimo de seis e meio relativamente a dois mil e dezoito.

Isto significa que o município vai tendo, também, aqui um aumento da sua capacidade de promover receita própria por via da venda de bens e serviços, sobretudo os serviços de água, saneamento e resíduos e não só.

Convém, contudo, ainda assim dizer que as receitas ordinárias, aquelas que a lei permite com base nas regras do Pocal e das nossas estimativas, situam-se habitualmente, neste momento, nos quarenta e dois milhões, nós dantes dizíamos que era à volta dos quarenta, neste momento está nos quarenta e dois milhões, mas o Orçamento tem um valor de cinquenta e dois vírgula nove, porque tem a inclusão na receita de comparticipações das candidaturas ao "Portugal 2020" e este ciclo de execução iniciou-se, sobretudo, no segundo semestre de dois mil e dezassete, também com a contração do empréstimo em dois mil e dezassete que terá que estar realizado até agosto do próximo ano, e por isso dizer-vos que, com este cofinanciamento, com a utilização do empréstimo e também com receitas próprias, nós vamos ter despesas de investimento a situarem-se na ordem dos treze vírgula nove milhões de euros já no Orçamento inicial.

Temos nas Grandes Opções do Plano com financiamento assegurado, trinta vírgula nove milhões, cinquenta e oito vírgula quatro por cento dos quais treze vírgula nove correspondem a investimento, o restante tem que ver com atividade. Para pessoal vinte milhões de euros, despesas não imputadas às GOP, dois milhões de euros, as despesas com pessoal aumentam sete por cento relativamente ao Orçamento inicial de dois mil e dezoito, por razões que já referi, descongelamentos, progressões, mas também novas contratações, porque o município está muito depauperado em matéria de recursos humanos em todas as áreas, já não são apenas operacionais. As receitas correntes financiam a totalidade das despesas correntes e ainda conseguimos uma poupança de seis vírgula um milhões para redirecionar para investimento, para despesas de capital, o que é bom sinal. A regra do equilíbrio orçamental é igualmente cumprida, existindo um diferencial positivo de quatro milhões.

Temos aqui o quadro das Grandes Opções do Plano com as verbas distribuídas entre funções gerais, funções sociais, que vão desde a educação ao desporto, recreio e lazer, saneamento, abastecimento de água, por aí fora, funções económicas e do ponto de vista orçamental é sobretudo isto.

A introdução dá nota, até por capítulos e tópicos, das principais ações e investimentos que caracterizam o plano de trabalho para os próximos anos. Estamos numa fase de importantes investimentos com um grande pacote de obras no parque escolar, também na reabilitação urbana no centro histórico, em equipamentos que estão distribuídos por todas as freguesias, o polidesportivo/pavilhão do Poceirão, o Centro Comunitário da Águas de Moura mas, também, outros equipamentos como a beneficiação da capela do cemitério de Palmela, estamos a construir como sabeis a unidade de Saúde Familiar, as encostas do Castelo a regularização da Ribeira da Salgueirinha, que vai para Tribunal de Contas para ver quando é que começamos, e temos também aqui um novo compromisso, que embora ainda não tenhamos o documento do lado de cá e assinado, que é a construção do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Palmela em que o município vai fazer parte da solução.

Para além destas intervenções de maior vulto financeiro, há muito trabalho neste ciclo, de novo, de infraestruturação e requalificação urbana. Nós temos obras muito significativas na ampliação e qualificação das redes de água e saneamento, em particular no saneamento os investimentos que temos previstos para a Lagoinha e que vão arrancar já com verba definida por fases, uma fase no início do ano, mas também outras que temos para Cajados e que temos também para a Quinta Tomé Dias, Padre Nabeto, Miraventos, zonas que ficaram dependentes de ligação de infraestruturas e um emissário da SIMARSUL a construir em Setúbal, e que tem estado pendurado também por causa de Setúbal ainda não estar livre das Águas do Sado, nós temos projetos, aprovámo-los, temo-los debatido com as populações do local e vamos começar um outro ciclo importantíssimo de investimento nas infraestruturas. Mas há, também, um pouco por todo o território obras importantíssimas de requalificação de espaços exteriores, de espaços públicos, de jardins público, de espaços de jogo e recreio, também em todas as freguesias, e há um esforço muito grande com verbas, como nunca houve no passado, também para a conservação de espaços verdes e para limpeza

urbana, onde nunca se investiu tanto seja em *outsourcing*, seja, também, nas contratações que vamos fazer de pessoal mas, também, de maquinaria e equipamento.

No âmbito da mobilidade e das acessibilidades, para além dos investimentos que estamos a fazer, destacar esta adesão a este projeto da Área Metropolitana de Lisboa, mas também o "HUB10" cuja primeira fase está já em curso e a segunda fase tem projeto a ser contratualizado, o "CICLOP7" com a conclusão da segunda fase da ecopista de Pinhal Novo, com a ciclovia de Quinta do Anjo que já arrancou mas, também, com a segunda fase da de Aires com ligação a Setúbal e outro pequeno troço que faremos da ligação de Quinta do Anjo a Cabanas.

Mantém-se também um forte investimento de trabalho nas áreas da educação, na cultura, desporto, ação social ou turismo com o reinvestimento num conjunto de projetos que já são projetos de referência na nossa comunidade em todas estas áreas, mas queria aqui destacar a atribuição das bolsas de estudo, as vantagens do cartão municipal idade maior, de inovação temos aqui a criação do centro de marcha e corrida, uma nova fase para entrarmos, decididamente, nas incubadoras de empresas com um plano de ação para estimular *startups* ligadas ao turismo, um conjunto de investimentos de reabilitação urbana, o Edifício Pal, o edifício da interpretação das reservas geológicas no antigo espaço da GNR, enfim um conjunto de investimentos cujos concursos estão mesmo aí a rebentar.

Nas funções sociais, queria destacar que o investimento municipal afeta às funções sociais, que vão do parque escolar, apoios socioeducativos, saúde, segurança, ação social, habitação, serviços coletivos, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, ordenamento do território, Centro Histórico, representam sessenta e quatro vírgula noventa e oito por cento das Grandes Opções do Plano. Depois destacamos aqui um conjunto de obras em curso e outras ainda lançar, e a lançar temos sobretudo a ampliação do refeitório na Zeca Afonso no Pinhal Novo porque as outras, felizmente, já estão todas lançadas mas vamos continuar a beneficiar logradouros e espaços noutras escolas, de resto são tudo obras que já conheceis e cujos concursos conseguimos lançar ainda este ano. Nos apoios socioeducativos há aqui um acréscimo do investimento nas refeições escolares e um investimento, também, na qualidade dado que aumentámos o valor base, também, no concurso e que correu bem, nos transportes escolares, nas bolsas, nos auxílios económicos, aqui não bate certo porque aqui fala de quarenta e cinco euros, é quarenta, mas vamos ver para o ano como é que vai ser, temos aqui, também, um processo que estamos a estudar e que inovará sobretudo no início do próximo ano letivo, mas é ano de dois mil e dezanove, no fornecimento reforço alimentar às crianças do pré-escolar na rede pública, o "Aprender a Nadar", o "Fantasiarte", enfim, um conjunto de outros projetos, mas sobretudo voltar aqui ao plano inovador de combate ao insucesso escolar, "Eu Conquisto o meu Sucesso", que é um plano a três anos e que vai ter de inverter claramente as percentagens de insucesso no nosso concelho e que está ter um envolvimento da Comunidade Educativa em diversos ciclos de ensino.

Na saúde dado que as nossas competências são ínfimas, são sobretudo na promoção de estilos de vida saudáveis, no Plano Local de Saúde, etc., são, sobretudo, ao nível de parceria e consultivo é evidente que depois de concluirmos a Unidade de Saúde Familiar de Pinhal Novo Sul, o Orçamento vai voltar a baixar a não ser que venham aí outras competências que obriguem a termos mais verbas para esta área.

Na segurança e ação sociais quero aqui destacar, sobretudo, para além do aprofundamento do Programa Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, um projeto que estamos a preparar e que possivelmente será o primeiro a entrar nesta prioridade de investimento e estamos a preparar para apresentar a candidatura ainda este ano, que é o Projeto Intermunicipal "PRIA- Percurso em Rede para a Inclusão Ativa", que faz, de facto, um trabalho de proximidade junto a comunidades situadas em zonas de maior dispersão populacional e sobretudo proximidade aos idosos, levando a serviços integrados de atendimento, de apoio, inclusivamente de prevenção na saúde também neste domínio e outras questões que estão também integradas no ninho de respostas sociais que estamos a criar num projeto, também um projeto do ponto de vista de obra ainda atingirá quase oitocentos mil euros, que é o Monte do Francisquinho onde trabalharemos as questões da inclusão, da formação, do combate à violência, prevenção da violência doméstica, enfim, um projeto muito ambicioso que vai ter ali um conjunto de parceiros a trabalhar naquele espaço com jovens e com menos jovens.

Na habitação e serviços coletivos isto significa não é tanto habitação social, tem que ver sobretudo com as questões da reabilitação urbana e do Centro Histórico. O mesmo no urbanismo, na habitação e urbanismo, por exemplo, está incluído, porque as rubricas designam-se desta forma, o parque habitacional social do município que é constituído por trinta e cinco fogos, que temos estado a reabilitar para poder agora com o regulamento, possivelmente atribuir mais duas ou três casas porque há mudança de fogo de algumas famílias e temos depois até final do mandato prevista a aquisição de mais dois fogos.

Depois há as questões da reabilitação urbana não iria aqui ler toda a introdução, no abastecimento de água vai ter expressão financeira sobretudo no próximo ano mas os concursos já foram lançados e estão já para adjudicação a remodelação de nós da rede na zona norte de Pinhal Novo, que depois dessa operação dos nós vamos também trabalhar na reabilitação de redes nalguns arruamentos da zona norte e temos, também, noutros pontos do concelho, no Bairro dos Marinheiros, as zonas onde detetámos mais problemas na rede por questões de pressão, por questões de redes com problemas, etc., estão a ser objeto dum plano de intervenção e de combate às perdas.

Nos resíduos sólidos e limpeza urbana verifica-se, para terem uma ideia, um acréscimo de catorze vírgula cinco por cento no investimento nesta área, muito não só na aquisição de equipamento para recolha e para apoio ao trabalho mas, sobretudo, pelo recurso ao outsourcing. Quero dizer-vos que o município tem batido todos os recordes de recolha de monos, verdes e resíduos, ou pessoal está a consumir muito ou há aqui qualquer coisa estranha, porque há muita gente a produzir resíduos e, se calhar, também gente de fora do nosso concelho.

Na área da cultura, enfim, temos aqui um conjunto de projetos de referência mas temos, também aqui algumas novidades e temos outras que constituem bandeira, nós teremos amanhã aqui um importante evento, durante três dias, dedicado à história da Ordem de Santiago, mas no próximo ano temos de novo o sétimo encontro sob Ordens Militares e para terem uma ideia Palmela é, de facto, a capital do conhecimento e da reflexão académica sobre esta matéria, vêm especialistas de todo o mundo. Vamos, também, lançar amanhã um livro de atas do anterior encontro, onde estão produzidas as grandes investigações que há em todo o mundo, desde o México à Escandinávia, sobre ordens militares e isso tem acontecido em Palmela. É um investimento na cultura, é um investimento no conhecimento, na investigação e no futuro que fica.

Depois estamos fortemente empenhados nas questões de eficiência energética, temos um pacote de candidaturas muito ambicioso que nos vai possibilitar investir na ordem dos um vírgula três milhões de euros em eficiência energética.

Nos transportes e comunicações há que considerar, a par da questão do circuito de transportes e do passe social, as questões da mobilidade e das ciclovias que já referi. No turismo vem aí mais investimentos em Fernando Pó, no "Centro Rural Vinum" e há o conjunto de projetos em torno do "PRARRABIDA" a par da valorização dos sítios arqueológicos, projeto que já foi concluído, vem aí o "Janela da Arrábida" e vem um conjunto de outros eventos que atraem a Palmela milhares de visitantes.

Nos mercados municipais com enfoque nos mercados de produtores locais os tais projetos para dotá-los de melhores condições sejam os toldos, sejam as bancas, seja até porque faz parte desta candidatura a dinamização e a divulgação para a comercialização e novas formas de comercialização.

O grande objetivo na área do emprego e empreendedorismo é, de facto, abrirem a Incubadora de Empresas em Pinhal Novo que já funciona informalmente mas enquanto não tivermos lá obras, parte delas já estão em concurso, não podemos formalmente pôr a incubadora a funcionar com o regulamento que foi aqui aprovado. Mas atenção que teremos outros espaços para projetos ligados ao empreendedorismo e *startups* na área do turismo, o próprio Edifício Pal tem espaço destinados um pouco a estas atividades em torno da dinamização económica do concelho por via destas ações.

Na área da participação e cidadania para além dos projetos bandeira que temos e que têm crescente adesão como o "Eu Participo!" há aqui uma redinamização do "(A)gente do Bairro" que está prevista, as Semanas da Freguesia e um especial enfoque para o plano Municipal de Igualdade de Género, que queremos tê-lo concluído no próximo ano.

Penso que estamos numa fase, agora, de concretização de trabalho e de obras e de ações que tem que ver com o conjunto de candidaturas que começámos a trabalhar em dois mil e dezasseis, mas já estamos a

pensar também num novo ciclo, no ciclo vinte /trinta, e nesse âmbito já fizemos também um conjunto de propostas com visão estratégica não apenas para o concelho, mas que acabam por ter influência até na península de Setúbal e na região, mas disso falaremos um destes dias."

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 00:08 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, serei mais breve que o Sr. Presidente de Câmara.

Eu espero que os concursos que estão aí a rebentar, e estou a citá-lo, não rebentem mesmo, porque aquilo que temos e que vimos neste Orçamento é a reprogramação de muitas das obras que estavam já no Orçamento anterior. Isso quer dizer que teremos além dos cinquenta e três milhões de euros do Orçamento, com aquilo que se prevê e está dito de cerca de quatro milhões de euros de empréstimos bancários, se se concretizar aquilo que nos transmitiu no dia vinte e dois de outubro na reunião da Comissão de Finanças, com os tais mais de sete milhões de euros que serão transitados deste Orçamento para o Orçamento que vem, teremos um Orçamento aqui na ordem dos sessenta e três, sessenta e quatro milhões de euros.

Num Orçamento de sessenta e quatro milhões de euros, quando nós falamos em cento e trinta mil euros estamos a falar de muito pouco, e já hoje falámos aqui de cento e trinta mil euros para várias coisas. Aquilo que nos parece é que além da reprogramação que existe há aqui, também, e o Sr. Presidente de Câmara disse-o há pouco, algum receio nas transferências de competências porque o município está mais perto e será mais procurado e essa sua, digamos, inconstância em relação à forma como pode responder aos munícipes face a esta transferência de competências, que não teremos desde já, aliás já definimos isso aqui, preocupa-nos no sentido de não perceber até que ponto Palmela tem uma dinâmica suficientemente enquadradora de tudo aquilo que aí vem. É que as transferências de competências que vão ser feitas para os municípios, muitos deles já as têm neste momento, ou melhor, se não as tendo já as fazem.

Quer que lhe diga quantos são? Não lhe digo agora, digo-lhe depois…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Grande parte deles, hoje, já as devolveram."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não é verdade, muitos…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O senhor está enganado."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não o senhor é que está enganado, porque muitos não têm nada assinado mas já o fazem, que é isso que Palmela não faz e tem sempre receio, para não dizer outra coisa.

Bom, voltemos ao Orçamento."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Depois discutimos uma a uma, para o senhor ver."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sim, sem chatice nenhuma e trago-lhe os municípios que não tendo nada escrito já fazem hoje.

Vamos à banca, já se sabia, há aqui um aspeto que também me causa alguma perplexidade, tem a ver com o facto de ultimamente ter falado muito nos técnicos, nos técnicos, nos técnicos, mas eu acho que tem que encontrar dentro do município porque é que os técnicos abandonam o município.

Se não temos recursos e tínhamos recursos, porque é que não temos atualmente esses recursos, porque é que os técnicos saem? E é isso que se tem de perceber também e tentar encontrar cá dentro, não só apontar para fora. É evidente que falta-nos muitos técnicos a muitos níveis e falta-nos muito pessoal a muitos níveis e daqui a bocadinho, com certeza, que José Silvério falará do mapa de pessoal, agora temos que perceber porque é que há este êxodo de técnicos? O que é que nós não lhes proporcionamos? Na reunião de vinte e dois de outubro, que foi uma reunião da Comissão Permanente e da Comissão de Finanças, o Sr. Presidente disse e estou a citá-lo: *"…é humanamente impossível fazer tanta obra…"* e isto, diz-nos tudo, ou seja diz-nos a incapacidade que temos no município, dito por si e visto nos documentos, e, aliás, veremos com certeza na revisão orçamental no próximo dia seis aquilo que fica adiado, e nós temos dificuldade, às vezes, em perceber que obras efetivamente são feitas de toda aquela panóplia que é apresentada, o senhor falou, não interessa quanto tempo foi eu registei, mas eu acho que não falou demais na parte do Orçamento. Acho que o Orçamento é importante, a gente fala demais noutras coisas, eventualmente, mas não esta é uma versão em que eu penso que o Presidente de Câmara tem que mostrar claramente as características que estão aqui definidas para este Orçamento, não vou dizer quanto tempo foi, cada um viu. Naquilo que falou, falou em obras que já várias vezes têm sido aqui trabalhadas, se for buscar a ata do ano passado alguns desses quesitos que estão hoje aqui colocados já lá estavam claramente plasmados, foram prorrogados, empurrados por diversos fatores, as questões ligadas muitas vezes, também, aos programas europeus e a necessidade de as verbas não chegaram atempadamente, estamos de acordo em relação, o senhor está a fazer as obras genericamente com o apoio do "2020". Eu saúdo isso, não há problema, e saúdo, também, o facto das candidaturas serem aprovadas, é sinal que há técnicos capazes para fazerem as candidaturas para serem aprovadas, não é isso que está em causa o que está em causa é depois percebermos o que é conseguimos fazer em função disso.

Por exemplo, as GOP, as Grandes Opções do Plano, a trinta e um de outubro, de acordo com os números que nos mostraram hoje, têm cinquenta ponto três por cento do valor pago, é muito pouco, faltam-nos dois meses e isto tem que ser equacionado, penso eu.

O Orçamento tem, enfim, alguma marca do Partido Socialista, as questões das bolsas de estudo, as questões dos lanches dos pré-escolares, os dez euros dos alunos subsidiados, o alargamento dos dias da fruta escolar por todos os dias da semana, as reduções de IMI que já aqui falámos, tem aqui uma série de aspetos, o senhor dirá que não eu direi que sim e nós depois não nos entenderemos com certeza, mas quem viu e quem percebe a sessão e as sessões onde estas questões foram tratadas saberá isto.

Depois tem outra marca no Orçamento, tem uma marca que se chama ADREPAL e perdoem-me trazer durante três minutos este assunto aqui, mas aparece na página cento e cinquenta e um do documento que há suprimentos no valor de trezentos e trinta e quatro mil euros à ADREPAL. Ora eu, dos números todos que sempre tive sobre a ADREPAL, tenho a vinte e sete de agosto de dois mil e sete, há mais de onze anos, um primeiro suprimento de quarenta mil euros, a dezanove de novembro de dois mil e oito, cinquenta mil euros, a quatro de dezembro, setenta e cinco mil euros, quatro de fevereiro de dois mil e nove, setenta e cinco mil euros, um de julho de dois mil e nove, setenta mil euros, este era a prazo de um ano, dezoito de novembro de dois mil e nove, mais um prazo de um ano, setenta mil euros, mas eu só tenho trezentos e cinco mil euros, como é que arranjámos aqui mais vinte e nove mil euros? Eu não fui ver as atas todas, agora o que

está aí em termos dos suprimentos são, peço desculpa, estão aqui trezentos e cinco e aqui estão trezentos e trinta e quatro, há aqui vinte e nove mil euros de diferença. De onde vem essa diferença? Como é que essa diferença foi arranjada? Eventualmente houve outra data de suprimento, agora isso não é claramente, eu não conheço, portanto gostava de saber exatamente qual é a diferença, qual é a diferença que existe entre estes trezentos e trinta e quatro, que vêm na página cento e cinquenta e um do Orçamento e os trezentos e cinco mil das notas que eu tenho das diferentes atas e de reuniões em que participei.

A Palmela Desporto é mais um ano de indefinições, mas penso que isso foi tratado pelos vereadores e eu não abordaria essa questão aqui.

Relativamente ao turismo, além da intervenção do Godinho aqui hoje na sessão, interessante, pertinente e muito atual não se vislumbra nada de novo, não há nada de novo.

Fico muito satisfeito pelo tal programa de combate ao insucesso escolar "Eu Conquisto o meu Sucesso", mas eu não consigo ainda ver nada disso, eventualmente porque não estou informado, mas não consigo ver isso. Tenho boas referências, porque me foram mostradas, quer do Porto, quer da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Santarém, quer da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Coimbra quer da Comunidade Intermunicipal (CIM) de Portalegre, fazem projetos e candidaturas em conjunto, aqui optou-se por outra política, não tenho nada contra digamos em bom da verdade, mas é só para deixar esta nota.

A mobilidade interna que é deficiente no orçamento não tem grande visão, não se nota."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas o que é a mobilidade interna no seu ponto de vista?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"A mobilidade é a mobilidade interna do concelho, o que é que o senhor tem no Orçamento para privilegiar a mobilidade interna do concelho? Não tem nada, digo eu, se calhar o senhor dirá: *"não, tenho isto, isto, isto"* sim mas já tem hoje, mas o que é que tem de novo? O que é que preconiza? Está cansado? Eu também.

Não se notam aquisição de veículos a gás, quando é que Palmela aponta para aí, ilhas ecológicas falta aqui algum nível, alguma intervenção a este nível.

Disse há bocadinho que o que interessa é aplicar bem os impostos municipais, eu concordo em absoluto com isso, mas isso tem que se revelar nos documentos, também, e quando não conseguimos revelar isso nos documentos perdemo-nos no emaranhado dos números, e no emaranhado das palavras, e das letras, e das funções, e das formas e dos gráficos. O documento é um excelente documento, não é isso que está em causa, mas perdemos claramente nos gráficos e depois na leitura de cada um dos gráficos que, muitas vezes, não coincide exatamente com aquilo que as diferentes linhas das diferentes cores lá mencionam.

E era só, Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Outras intervenções por favor?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Com a intervenção anterior não fiquei a perceber se o voto é contra, mas irei perceber mais tarde, mas também não vou lançar essa pergunta porque vou ter o prazer de esperar.

Relativamente aqui às GOP, eu tinha aqui uma pequena dúvida no plano da promoção da participação infantil e juvenil há um total no ano em curso de dois mil duzentos e cinquenta, mas depois ele devia aparecer como definido, ou não?

Uma pergunta mais concreta, relativamente ao sistema de vigilância contra incêndios no Parque Natural da Arrábida, só vejo aqui previsão a partir de dois mil e vinte. Pretendíamos saber se há alguma justificação para isto.

Há aqui, também, uma rubrica na página cento e treze, que diz instalações temporárias eu pressuponho que isto seja aquelas instalações de Cabanas, da escola. Isto dividido por doze, dá três mil euros por mês. Como há pouco me falaram em quatro mil e tal, pergunto se os outros valores da eletricidade e essas coisas são levadas a outra rubrica ou se estão incluídos no contrato?

Outra questão, o Chafariz da D. Maria congratulamo-nos que isto vá finalmente ser feito mas, efetivamente, já esteve programado quase há dois ou três mandatos e tem vindo a ser protelado. Sr. Presidente, mas isso já o ano passado era para ter sido feito, é só isso que eu estou a dizer, congratulando, dois ou três anos, peço desculpa, não há dois ou três mandatos ele foi retocado, isso é verdade, ficou todo branquinho mas foi reabilitado.

A requalificação do espaço público por detrás do fontanário, está previsto para dois mil e vinte e um e verifiquei que, também, a requalificação do Edifício Pal está previsto para dois mil e dezanove. Não sei se haverá projetos diferentes, é que muitas vezes certas obras se forem feitas em continuado se calhar saem mais barato, deve haver uma explicação técnica que, com certeza, me irão fazer.

Eu relativamente aqui a muitos dos arruamentos, por acaso, estava-me aqui a lembrar de uma senhora que me ligou há pouco tempo e que estiveram numa reunião na freguesia de Quinta do Anjo e é uma rua de Cabanas, o que eu vejo aqui que é a rua Manuel Xavier de Carvalho, eu vejo aqui não definido cinquenta mil, em princípio, iniciar-se-á em dois mil e dezanove, mas depois vejo outra verba de cinquenta e cinco mil em dois mil e vinte, mas nós vamos demorar dois anos a fazer aquela obra, pergunto eu?

Por último, para não estar a maçar mais o Sr. Presidente com estas coisas, dois pequenos pormenores. No plano estratégico do turismo vejo aqui, também, só uma aplicação para dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, quer dizer que em dois mil e dezanove não vamos iniciar plano estratégico nenhum, pergunto eu?

Por último no Programa dos Mecenas, continuamos com os mil euros o que quer dizer que não conseguimos incentivar os Mecenas a darem um contributo maior para Palmela, é esta a nossa conclusão.

Congratulamo-nos com obras anunciadas já no anterior mandato e que estão agora a ser iniciadas, algumas aprovadas até ao tempo da PàF, que nos orgulhamos que tem sido dos partidos que mais têm investido no concelho de Palmela, ali, é para o meu colega do Bloco.

Em todo o caso não nos vamos permitir votar favoravelmente este Orçamento pelas razões já aduzidas, eu nem quero falar aqui também da ADREPAL porque na altura o PS até se absteve e nós votámos contra e, portanto, estamos de consciência tranquila pois achamos sempre que aquilo não era um bom negócio, pode ser que os convençam no futuro, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Na análise que fizemos a esta proposta de Orçamento para dois mil e dezanove e as GOP, dois mil e dezanove/dois mil e vinte e dois, nós consideramos que existem matérias onde o Bloco de Esquerda faria de forma diferente caso estivesse à frente da Câmara.

Ora não estando nós na Câmara nem de alguma forma comprometidos com este executivo, como já aqui se deu por parte do PS que há aqui algum comprometimento nas propostas que são feitas pela Câmara,

mesmo assim apresentámos hoje aqui a nossa Recomendação e essa Recomendação traduz bem um dos pontos dentro das opções do Orçamento que entendemos ser merecedor do maior investimento, por parte do município. Investimento, esse, nos nossos jovens estudantes a frequentar os estabelecimentos públicos de ensino mas também os nossos idosos. Não tivemos aqui nenhum comentário por parte da maioria, da CDU, nem do Sr. Presidente, acerca desta Recomendação que traduz uma proposta do Bloco de Esquerda, esperamos que ela seja acolhida pela Câmara e estamos disponíveis para trabalhar com a Câmara nesta proposta caso mereça essa atenção.

Apesar disso e de alguns aspetos com que não concordamos, dos quais eu destaco aqui a questão do ajuste direto, segundo aquilo que tem sido noticiado, por parte da obra da Vala da Salgueirinha. Nós não concordamos de todo com a opção do ajuste direto por considerarmos que ele traz mais custos ao erário da Câmara, na medida em que é sobrevalorizado em relação a um concurso público que leva a que haja uma oferta de valores mais reduzidos e, também, porque é um processo que é mais transparente e que traz mais confiança aos munícipes, uma vez que o ajuste direto já tem uma má fama por esse país fora.

Há outros aspetos que achamos que poderiam ser aprofundados e, também, algumas medidas que acompanhamos neste Orçamento. Mesmo assim este Orçamento não merece o nosso voto favorável, por isso a nossa posição será da abstenção.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra o PSD/CDS novamente."

O **Sr. Roberto Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vemos que este Orçamento não traz mais uma vez nada de novo ao concelho de Palmela, nem caminha na resolução dos principais problemas da população. Mantém a linha dos orçamentos anteriores, mantém velhas promessas e não ambiciona qualquer inovação ao progresso.

Aqui na parte do endividamento, tenho uma dúvida na página dez. Apesar da boa saúde financeira mas comparado com dois mil e dezassete na mesma altura, ou seja até ao terceiro trimestre de dois mil e dezassete, comparando agora dois mil e dezoito, aparecem cerca de mais quatrocentos e quarenta mil euros nas dívidas a fornecedores.

Depois nas GOP, muitas repetições e mais do mesmo. Por exemplo, volta a aparecer a recuperação dos Paços do Concelho, já de dois mil e dezassete/dois mil e dezoito, depois temos no saneamento a regularização da Ribeira da Salgueirinha, pelo menos há quatro orçamentos anteriores, dois mil e dezasseis, dezassete, dezoito e agora dezanove.

Temos depois nos resíduos sólidos e limpeza urbana, apesar de termos mais dinheiro planeado trezentos e oito mil euros, mas volta-se a dizer as mesmas coisas, recolha de porta-a-porta, recolha das ilhas ecológicas, recolha mais eficiente, coisas que não acontecem mas que vão aparecendo nos orçamentos todos. Aqui, por exemplo, poderia haver algo de novo que muitas câmaras têm adotado como por exemplo a Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da compostagem, por exemplo.

Há também mais dinheiro para a proteção do meio ambiente, mas desde dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, dois mil e dezoito, temos a reabilitação do espaço exterior da rua 25 de Abril no Pinhal Novo, da rua Infante Dom Henrique, da remodelação do Jardim José Maria dos Santos, o largo da Mitra, da praceta João Coelho Possante, isto tudo no Pinhal Novo. É repetir mais do mesmo, é mais um Orçamento que repete velhas promessas, que repete o imobilismo e pouco acrescenta em relação a anteriores documentos produzidos por esta maioria. Escusado será dizer que o voto é contra."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Intervenção do Partido Socialista, sim."

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Já vamos com muito tempo depois da meia-noite, vou tentar sintetizar o mais que consiga.

Basicamente o que é que eu tenho para partilhar? Uma reflexão que é, há efetivamente um reforço neste Orçamento nas questões das funções sociais de noventa e dois mil mas, tudo isto, parece muito positivo mas, para mim, há, de facto, muito pouco investimento concretamente na área social e poderia dizer que há aqui alguma vontade de fazer algumas alterações e algumas mudanças que são bastante positivas, nomeadamente em termos da juventude e de outros. Temos o ginásio que já foi falado, a questão do reforço, por exemplo, do "Março a Partir", são coisas pequeninas, mas que são interessantes para a comunidade e para as populações, temos a questão, também, dos manuais escolares. Há um conjunto de aspetos bastante positivos, no entanto quando olho aqui para este documento que nos foi partilhado, com o Orçamento e com as atividades, temos o parecer do Conselho Municipal de Juventude a dizer e a apresentar as linhas de orientação geral da política municipal para a juventude constantes no plano de atividades para dois mil e dezanove, e perdendo mais um bocadinho de tempo diz que a juventude é um pilar estratégico de grande prioridade para o desenvolvimento do Concelho de Palmela, as políticas municipais para a juventude assentam num trabalho específico de construção, parceria e promoção da democracia participativa estimulando o envolvimento dos jovens na vida local. Ora bem, o município de Palmela desenvolve projetos, medidas e ações inovadoras dirigidas à juventude, etc., e temos como primeira linha de orientação, o Plano Municipal de Juventude de Palmela. Eu não consigo perceber neste Orçamento, como é que nós o vamos pôr em prática, como é que vamos pensar, com que recursos, com quem? Efetivamente penso que as equipas atuais têm demasiadas solicitações e não conseguem responder a tudo o que é necessário e ainda por cima temos aqui questões como criar um ciclo de diálogo estruturado. Isto é tudo muito interessante e já houve experiências aqui neste concelho, mas não consigo perceber mesmo, mesmo, neste Orçamento e nestas Grande Opções do Plano como é que isto se vai concretizar.

Depois tenho aqui mais duas ou três dúvidas. A questão da página cento e dezoito, a animação do Centro Histórico, temos quarenta e sete mil euros exatamente para quê? Na página cento e vinte e nove, vinte e sete mil para a juventude interativa, que também não consigo perceber se é a plataforma, se é o site, o que é que é exatamente, também aparece aqui um concurso de música que não sei se é integrado ou não no "Março a Partir". Já aqui foi focada a questão do programa de Mecenas, num Orçamento de sessenta milhões que, se calhar, mil euros não é relevante, mas pronto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse? Terminou?"

A **Sra. Maria Dulce Marques do PS:**

"Também queria reforçar a importância há pouco tempo com um encontro em que estavam várias organizações a serem reconhecidas pelas suas práticas também de projetos de voluntariado e outros, percebemos que o concelho de Palmela tem muita dificuldade em estar representado, porquê? Porque não utiliza muitas das vezes os programas existentes a nível nacional e a nível internacional, estou a falar de coisas muito básicas como o voluntariado das florestas, por exemplo, nós podíamos ter interessantes e pertinentes atividades locais, não estamos a tirar esse valor mas, efetivamente, já há muita oferta, há imensos programas e as organizações, as associações, os grupos informais do concelho de Palmela não se candidatam e é uma pena, eu acho que é uma forma de podermos trazer mais recursos e mais respostas para a comunidade de Palmela.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra agora a CDU."

O **Sr. Joaquim Pires da CDU:**

"A CDU como não poderia deixar de ser, manifesta desde já que o seu sentido de voto é aprovação do documento apresentado.

Consideramos pela leitura que fizemos do documento, pela explicação dada pelo Sr. Presidente, das propostas que estão consignadas, do trabalho que se pretende realizar ou continuar a realizar ou reativar, o programa que está no nosso ponto de vista bem arrumado, é objetivo, é transparente e prima pela honestidade total das propostas que são apresentadas.

Não temos dúvidas que é, e estranhamos muito de algumas intervenções havidas sobre o documento que haja tantas, elas são legitimas e todos nós podemos colocar, mas algumas dúvidas são estranhas, porque os senhores estão por cá há muito tempo e não se percebe muito bem, a não ser por uma questão de estratégia de definição de estratégia política, as dúvidas que os que os senhores têm relativamente ao documento, independentemente de propostas ou reparos que têm de ser feitos, naturalmente, e devem de ser feitos.

Da nossa parte à exceção de dúvidas relativamente às propostas e aos projetos, às áreas de intervenção, as matérias estruturantes, diremos até que este Orçamento e estas GOP, estamos totalmente, não, até nem estamos totalmente de acordo com elas e porque é que não estamos? Porque queríamos fazer mais mas, apesar dos tais milhões e a crueza dos números tanto falados não sei quantos milhões, cinquenta e dois, cinquenta e cinco, sessenta e dois milhões, é muito dinheiro eu nem sei fazer essas contas, mas eu também não tenho formação de economia nem de finanças mas tive alguns mestres com quem trabalhei que por acaso tinham isso, mas essa crueza dos números em relação a um documento que nos é apresentado e que tem tanto para fazer e que se propõe fazer em várias áreas, na cultura, na educação, em projetos estruturantes, na mobilidade, etc., para nós é um documento, para terminar, transparente, rigoroso e objetivo e o nosso voto é favorável."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora palavra o MIM, para terminar."

O **Sr. Mário Baltazar do MIM:**

"Em relação a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano, dois mil e dezanove/dois mil e vinte e um, após reuniões que participámos, após as explicações que nos deram, após a reunião de Câmara de dia seis, ao fim de quatro horas, trinta e sete minutos e trinta e nove segundos, com todos os assuntos que estiveram em cima da mesa e todas as questões que foram levantadas pelos Srs. Vereadores das várias forças politicas, algumas dúvidas que nós tínhamos foram retiradas.

Nós sabemos que todos nós, e dentro destas sessões, trazemos e sabemos que existem muitas matérias que têm passado de uns anos para os outros, é verdade, mas o que nós esperamos, e o que o Movimento Independente espera, é que no ano de dois mil e dezanove essas obras sejam realizadas e que realmente consigamos fazer a obra que já deveria ter sido feita.

Iremos a seguir a votação que o Movimento decidiu iremos optar pela abstenção, é só derivado à hora já ir também muito adiantada penso que não valerá a pena estarmos aqui a adiantar muito mais.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então, Sr. Presidente quer responder a algumas questões ainda?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente, acho indispensável embora algumas sejam um pouco inteligíveis e possam ter revelado uma menor compreensão, alguma dificuldade de compreensão das questões.

De facto, nós estamos perante um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano que, ao contrário do que dizem, enfim, é o papel de alguma oposição que teima em ter uma visão de "Velhos do Restelo" e detratora, inova e tem de facto um conjunto de investimentos estratégicos para o concelho e revela, às vezes nas suas apreciações algum desconhecimento do *"modus faciendi"* da gestão autárquica e nomeadamente dos processos que levam à obtenção de fundos, de candidaturas, do seu faseamento e porque é que as obras estão vários anos dotadas. Estão dotadas para estudos prévios e projetos, que só podem ser candidatadas com um projeto base já feito, estão depois sujeitas a contingências dos concursos que convido, não vou repetir, os senhores a lerem o Jornal de Negócios ou o Jornal de Notícias em que alguém diz concursos desertos, porquê? Concursos públicos desertos obrigam Câmaras a pagar mais. Não obstante essa visão pessimista, as contas fazem-se quando, afinal, até aparecemos, nesses sim, nesses rankings que importa conhecer, como um dos municípios que tem o maior número de candidaturas já aprovadas e que tem também graus de execução bastante satisfatórios quando o país está em dificuldades, e nós estamos com execução acima da média do país.

Mas indo a algumas questões concretas, dizer-vos também que estas obras, são obras que a população anseia, deseja e que estão a ser concretizadas. Gostávamos todos de ter até algumas prontas antes das eleições do ano passado, mas isto tem os seus timings, estão sujeitos ao parecer de diversas entidades, nós temos com as Infraestruturas de Portugal guerras tremendas por causa de aprovação de projetos como foi do Largo José Maria dos Santos, como está a ser por causa dos arranjos exteriores do Fernando Pó ou como já referi a Ribeira da Salgueirinha. Sim, é verdade, a REN – Reserva Ecológica Nacional, a desafetação da REN, a CCDR-LVT Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, ainda não aprovou, mas perguntem à CCDR porquê, não tem técnicos? Também têm êxodo de técnicos, não é êxodo são opções políticas que metem as pessoas na rua, ou que não lhes pagam bem, mas disso também já falaremos, que não é o nosso caso. Há também a reprogramação dos avisos, nós, na eficiência energética fomos o primeiro município a apresentar uma candidatura para a iluminação pública e as restantes candidaturas só recentemente abriram os avisos e estamos agora a candidatar os projetos até vinte e dois de dezembro, não fomos nós que adiámos os prazos, os avisos, e que alterámos, há que ter estas questões em consideração e quem omitir isto está a fazê-lo por desonestidade política e por aproveitamento político ou partidário, isto faz parte do percurso e é assim em todas as autarquias.

Depois, ao contrário de outros tempos em que, por dificuldades financeiras, as obras iam sendo empurradas de ano para ano, de mandato para mandato, porque não havia recursos para as executar, neste momento são questões de outra natureza mas, ainda assim, veremos em abril quando aprovarmos a Conta de Gerência se voltámos, ou não voltámos, a aumentar o volume de investimento executado. Estes grandes investimentos estratégicos são aqueles que as pessoas mais têm reclamado.

Olhe, nós, para fazermos quatro obras que atingem seis milhões e meio de euros, que competia a governos que têm estado a governar o país desde as primeiras eleições livres do Portugal democrático, nós para fazermos essas obras em substituição dos governos nós ficamos extenuados, e muitas vezes com incapacidade para ter técnicos para todos os projetos, para todas as candidaturas, para todos os concursos públicos, mas, mesmo assim, fomos muito elogiados pelo número de concursos que metemos na rua e mesmo ontem, quando o Sr. Membro do Bloco de Esquerda vem aqui com esta questão ética dos ajustes diretos, os senhores não votaram o ajuste direto para o Hospital de São João, na Assembleia da República, esta semana? É interessante, se calhar percebermos isto. Porquê um ajuste direto naquele valor? O interesse público é ter aquela obra na rua o mais depressa possível, tendo sido esgotadas todas as outras hipóteses, e era bom os senhores terem ouvido ontem aquilo que esteve nos órgãos de comunicação social relativamente à qualidade da governação local em Portugal, um estudo da Fundação Francisco Manuel dos

Santos, em que Sines, Fundão, Palmela e Vidigueira estão entre os quatro municípios que mais recorrem ao método contratual, aos concursos públicos, com mais de oitenta por cento dos montantes disponíveis aplicados nessa metodologia de contratação. É bom ter isto em consideração, se calhar, ainda bem que são outros a dizê-lo.

Depois, de facto, porque eu já o disse, as nossas GOP são ambiciosas e algumas daquelas obras estão lá programadas e podem vir a ser reprogramadas, não por vontade do município mas se houver avisos que venham a ser reabertos. O Sr. Membro da Assembleia perguntava, nem percebo muito bem, então, mas a requalificação do espaço público atrás do fontanário, isto nem sequer está candidatado mas nós para candidatarmos temos que ter as verbas em Orçamento, estão em dois mil e vinte se houver uma candidatura em dois mil e dezanove nós fazemos uma alteração e antecipamos a verba para poder candidatar, é que não está candidatada esta obra mas estamos a trabalhar para isso, não estava previsto nas candidaturas na requalificação do Centro Histórico, está previsto é o Edifício Pal, mas darei aqui outros exemplos.

O plano é ambicioso, mas daquilo que depender de nós vai ter elevadíssimos níveis de execução no próximo ano. O conjunto de empreitadas que já estão a ser adjudicadas e que estão lançadas, nós nas últimas duas semanas, basta consultarem informação municipal e as notas de imprensa, estão em concurso público ou estão em adjudicação um conjunto de obras importantíssimas, que não puderam ser lançadas antes, tiveram submetidas a imensos pareceres de várias entidades, nós só vamos poder lançar, por exemplo, a obra do Largo José Maria dos Santos depois da próxima Assembleia Extraordinária por causa da revisão, porque depois tudo isto implica a reprogramação e não podemos adjudicar, nem pôr em concurso, sem as coisas estarem reprogramadas, eu não posso ter o dinheiro todo este ano e não ter dinheiro no ano seguinte. Só depois da revisão é que posso fazer essa adjudicação.

Não percebo a questão do Sr. Membro José Carlos Sousa, quando fala aqui em suprimentos, não são suprimentos isto é a participação do município, isto é assim nos vários relatórios há uma série de anos o valor tem sido sempre este, trezentos e trinta e quatro mil euros é o valor da participação do município no capital social da ADREPAL. Os suprimentos são outras coisas que nos dão direito depois a fazer a tal escritura para sermos donos do edificado, não tem nada que ver com a sociedade, alerto que há aqui um lapso.

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

(gravação não audível por não se ter dirigido ao microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Não, isso é público já discutimos isso no mandato anterior, em suprimentos ao longo de mais de uma dezena de anos está lá um milhão e pouco de euros que nos dá direito a ser donos de todo aquele património, independentemente da sociedade poder vir no futuro a ser extinta ou não. Não percebo a sua cara de espanto, o senhor é conhecedor desta matéria, ou pelo menos deveria ser, e os dados são estes e são rigorosos, transparentes, e é normal que assim seja.

Questão êxodo de técnicos, Sr. Membro da Assembleia todos os municípios hoje mais do que êxodo de técnicos, depois de terem estado anos impedidos de contratar, não conseguem hoje é contratar, essa é que é a questão. Nós temos uma série de procedimentos concursais semanalmente na bolsa de emprego público, arquitetos, mesmo hoje recebi uma arquiteta a chorar porque faz cento e vinte quilómetros para cada trajeto para trabalhar no concelho de Palmela e que, finalmente, conseguiu uma coisinha, do outro lado, mais perto de Alverca e que precisa que eu a deixe sair no dia um de dezembro. Estamos a negociar a ver só vai no dia trinta e um de janeiro, isto não tem que ver com êxodo, ouça as pessoas, as pessoas levam sempre Palmela no coração e gostam muito de cá trabalhar, apesar de todas as dificuldades e pressões. De facto o que acontece é que aquilo que têm feito às carreiras da Administração Pública, faz com que muita gente não queira concorrer para os quadros de informática de uma autarquia, não queira

concorrer para a certificação de instalações elétricas, porque não vêm para cá a ganhar mil e duzentos euros, Sr. Membro da Assembleia, a questão é essa e qualquer dia as autarquias nalgumas áreas têm que andar com compras de serviços e avenças a pagar duas ou três vezes mais. É importante é perceber que quem quer uma Administração Pública mais competente, mais eficiente, tem que a tratar bem, tem que torná-la atrativa, isto, infelizmente, não está nas mãos do município, está nas mãos de quem não tem revisto carreiras, de quem não resolveu os problemas dos fiscais municipais, dessa carreira, um conjunto de outras situações que se falarmos no mapa de pessoal teremos oportunidade de ver o que é que o município está a fazer nessa matéria.

Palmela Desporto indefinições, mas indefinições porquê? Porque temos previsto um reforço de sessenta e tal mil euros? É simples, ainda bem, então se há acordo da entidade empregadora, se há um novo a ACEP - Acordo Coletivo de Empregador Público, se há progressões, se há desbloqueamento de carreiras, porque lá também tem de haver como há na Câmara, então se nós aumentámos as despesas com pessoal aquilo que também aumenta as despesas com pessoal e por outra via, porque tem muito mais atividade e também está a ter mais receita.

O investimento no turismo, e noutras áreas, não se cifra sequer às verbas que os senhores aqui referiram, tal como na juventude, porque se considerarmos as ações que são dirigidas ao público específico da juventude em todas as áreas de atuação municipal, como está referido no plano de atividades e as linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, está estimado em quatro milhões de euros, porque os jovens são os principais destinatários de um conjunto de programas, de ações e de investimentos, na área da cultura, na área do desporto, na área dos tempos livres, ou isso não é trabalho para os jovens? Ou trabalho para os jovens na opinião da senhora é aqueles que têm um grupo formal ou informal que desenvolvem atividades? Não, é para a Sra. Membro da Assembleia Dulce Marques. De facto há aqui que ver estas questões de outra forma no Orçamento, assim como na nas prestações sociais. O aumento real das prestações sociais nas áreas social assim dizendo, são cento e cinquenta e sete por cento e não estou a contar com a parte social da educação, porque também é preciso é questionarmos quais são as competências dos municípios nessas áreas, entende? É porque nós investimos mais o apoio a uma associação que está a fazer obras do que o Estado Central que tem a responsabilidade de criar essas respostas para a comunidade e que ainda não abriu programa de candidatura nenhum para essas instituições.

Na área de eficiência energética, já referi.

Depois, mobilidade interna do concelho, se fizer a soma, Sr. Membro José Carlos Sousa, do conjunto de repavimentações e de novas pavimentações que estão previstas no concelho e algumas que vão também ser objeto de empréstimo a par das obras de saneamento porque, como lhe disse, o empréstimo não vai ser todo para obras para fundos comunitários, nós vamos pavimentar mais cerca de trinta quilómetros, de novos arruamentos, isto é um contributo para a mobilidade, tal como a questão dos transportes é um contributo para a mobilidade. Nós vamos ter novas carreiras no concelho, no âmbito da concessão, vamos ter experiências de transporte flexível no âmbito da concessão, fizemos o estudo de soluções de transporte flexível que foi aprovado, está pago numa candidatura e que foi entregue à AML - Área Metropolitana de Lisboa, que ficou felicíssima porque é um excelente instrumento de trabalho para introduzir no caderno de encargos da nova concessão, que ainda não está aprovado e que tem que ser aprovado por nós, validado, para ver se aquilo corresponde efetivamente às necessidades que temos no concelho.

Ilhas ecológicas, recolha porta-a-porta, etc., sabe porque é que continua aqui Srs. Membros da Assembleia? É porque, de facto, quando nós somos obrigados a estar num sistema multimunicipal que a maioria do capital é privado, só pode haver recolha porta-a-porta com a AMARSUL, não é o município sozinho que vai fazer recolha porta-a-porta e há financiamentos do novo PERSU, e eu estive a assistir à conferência há uma semana do Sr. Ministro do Ambiente e do Sr. Secretário de Estado sobre esta matéria para os sistemas multimunicipais chegarem à frente com isto, e enquanto nós pedimos e ilhas ecológicas eles querem-nos encher as ruas de contentores de mil e cem litros iguais aos de resíduos sólidos só que são coloridos, eu quero saber depois, nalgumas localidades, onde é que as pessoas vão estacionar porque eles ocupam o estacionamento todo com contentores e estamos nesta guerra, e um projeto deste só pode avançar, era um projeto-piloto que avançou no Seixal, e estamos em lista de espera para avançar com isto mas só podemos avançar com a AMARSUL. Tenho uma reunião ainda no mês de dezembro, fora da Assembleia Geral da

AMARSUL, para discutir com a Presidente do Conselho de Administração, que é nomeada pelo grupo privado, Suma/Mota Engil, qual é o investimento que eles fazem na modernização do sistema, porque não é só comprar contentores e espalhá-los aí pelo espaço público, é vir recolhê-los e é modernizar a questão das ilhas ecológicas. Mas, também devo anunciar aos senhores que na remodelação de alguns espaços públicos como, por exemplo, o Largo da Mitra vai ter uma ilha enterrada, mas essa é paga pelo município, não é pela AMARSUL que é quem tem que investir nestas matérias, porque é assim noutros sistemas multimunicipais noutras zonas do país que, por acaso, tiveram oitenta e cinco por cento e eles aqui não têm, só têm cinquenta, é por causa das comparações.

Há aqui um conjunto de outras obras como vos digo, estão fortemente dependente…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, precisávamos que abreviasse…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"… mas há aqui questões, por exemplo: sistema de vigilância contra incêndios só em dois mil e vinte, o sistema de vigilância contra incêndios é uma proposta do município de Palmela e do grupo intermunicipal da Arrábida, que nós lideramos com Sesimbra e Setúbal, para que a AML - Área Metropolitana de Lisboa faça a candidatura e a AML fez a candidatura para a zona norte, para o Parque Sintra/Cascais e para a Arrábida. A candidatura teve de ser abortada por causa de um problema no aviso, porque não foi alterado lá numa cláusula. Neste momento, a tecnologia que o aviso impõe é muito mais dispendiosa do que o dinheiro que a AML reservou para a candidatura e a verba dos municípios era apenas dez mil euros por ano para quando entrar em funcionamento, ao fim de três anos da garantia, os municípios passam a pagar a manutenção e compete a cada um pagar dez mil euros, mas pelo andar da carruagem ainda vamos ter que fazer investimento porque senão o sistema não é adjudicado nem avança o concurso, nem está instalada antes do próximo Verão. Mas como está a ver, nós somos alheios a isso, reprogramação se calhar os dez mil euros ainda vão mais para a frente, se calhar temos é que ter ali mais uns quarenta mil, já a definir, para que o concurso possa avançar.

Os arruamentos estarem em dois anos, eu quero aqui também dizer algo que não disse na apresentação do Orçamento, os senhores viram nós temos milhões a definir e porque é que estão milhões a definir? Porque estamos a contar com o saldo de gerência, porque mesmo obras que acabámos de adjudicar, nós adjudicámos agora os espaços exteriores na 25 de Abril e na Infante Dom Henrique, nos logradouros, e fomos logo para os dois em vez de fazer um de cada vez como estava prometido, fomos para os dois, sim, porque era para ser feito por fases, mas era para ser feito por fases, e o projeto é completamente novo porque um é muito mais complexo por causa das águas pluviais, fizemos o concurso conjuntamente, vai sair ao mesmo tempo, está adjudicado, só vai ter execução financeira para o ano. Estas reprogramações são perfeitamente normais.

Plano estratégico de turismo, ora se nós estamos a trabalhar com parceiros e estamos a procurar envolver uma universidade nisto, estamos na fase de diagnóstico só começamos a pagar quando o serviço começar a ser apresentado e o plano estratégico não significa que exista, o plano existe, nós estamos a trabalhar é num documento escrito que tem que ser uma prestação de serviços com uma entidade académica.

O valor das instalações temporárias é mais ou menos isso, eu disse aqui cerca de quatro mil euros, mas isso é flutuante, porque se precisarmos de mais meses vamos ter que reforçar e nem sei se nessa verba não estão ainda meses da Matos Fortuna, também.

O Chafariz D. Maria, não é verdade que estivesse para ser executado este ano e o ano passado e o que eu quero dizer é que quando começarmos a definir as verbas, nós em abril vamos ter, de facto, um Orçamento novo até na reprogramação, porque algumas coisas que estão previstas para dois mil e vinte podem vir a ser antecipadas e outras, eventualmente, a ser mexidas e serão apresentadas as razões para isso e tudo isso terá que ver com o ciclo de candidaturas de avisos que ainda nem sequer abriram, para algumas candidaturas ainda nem sequer abriram, nem nenhum município, a CCDR na semana passada escreveu aos

municípios para uma prioridade de investimento onde nenhum município apresentou, mas isso só vem dar razão às críticas dos municípios é que aquela prioridade de investimento não interessa à região, nem ao país, tem que ser revista.

O plano de promoção infantil ou juvenil, o que está definido, isso são *peanuts*, nós fazemos isto com pessoal, depois temos uma verba para a aquisição de materiais, oferecemos às escolas agora materiais didáticos, quando for necessário mais verba, porque é preciso mais cartazes, é preciso mais jogos didáticos, sobre isto, nós investimos.

Só aqui uma última nota sobre o Plano Mecenas, sobretudo por causa da natureza dos considerandos, porque se fizessem uma pergunta, era uma coisa, agora fazem considerandos erróneos, isto que aqui está são mil euros de despesa, sabe para quê Sra. Membro da Assembleia? Porque anualmente damos uma placa com uma distinção às empresas que colaboraram, agora se a senhora quer saber o valor que arrecadamos com o programa Mecenas, direta e indiretamente, diretamente em dinheiro e em bens, nós estamos a atingir anualmente cerca de cinquenta mil euros do programa Mecenas. Investimos mil euros, recebemos cinquenta mil eu acho que é este o caminho. É só para esclarecer que há aqui algumas coisas que, se calhar, mereciam mais tempo para explicar melhor e até, se calhar, os senhores para perceberem melhor alguns aspetos que estão no documento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia este, para já, é um Orçamento e Grandes Opções do Plano que honram compromissos que têm sido validados pelas populações e que acrescenta valor ao território, aumenta de novo nas áreas das funções sociais, reforça questões que têm estado na ordem do dia como reforço da limpeza, conservação e requalificação do espaço público, indo ao encontro de reparos justos de todos os munícipes, ainda há pouco o Sr. Membro da Assembleia falava *"…o que é aquilo de quatrocentos mil euros…"*

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, pedia-lhe que concluísse porque ainda há pedidos dos Srs. Membros da Assembleia e vou ter que lhes dar a palavra. Sr. Presidente, desculpe lá."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…Nós temos dívida zero a fornecedores, uma referência dessa natureza tem que ver nestas alturas nas faturas que estão em conferência nos serviços, nós chegamos ao final do ano chegam os documentos, todos e não se consegue processar nem pagar tudo, mas não à dívida a fornecedores. O senhor pode confirmar isso na DGAL e por aquilo que está publicado, no âmbito da lei dos compromissos de pagamentos em atraso que, felizmente, nesta lei do Orçamento parece que vai desaparecer também esse espartilho que para nós não é, mas é para outras autarquias.

Temos o aumento da capacidade de endividamento, aumenta o peso das aquisições de serviços porque temos, de facto, três pesos significativos. SIMARSUL, temos mais gente ligada nos esgotos ainda bem; AMARSUL, porque estamos a recolher e a produzir muito mais reduzidos; iluminação pública, apesar de todos os investimentos as coisas ainda não baixaram para os níveis que nós queríamos.

Há aqui, também, um dado importante que é o aumento das transferências financeiras para as Juntas de Freguesia, seja pela atualização por via dos acertos, mas seja, também, pela transferência de encargos que as freguesias têm com pessoal, etc., e que traremos em propostas específicas de revisão aos contratos interadministrativos e acordos de execução à próxima reunião da Assembleia.

Sra. Presidente sobre esta matéria, por hora, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O Bloco de Esquerda está a pedir a palavra, é para alguma interpelação ainda sobre o Plano e o Orçamento? "

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente, vou ser muito telegráfico.

O motivo desta intervenção é para defesa da honra desta Bancada e do Partido que eu represento, uma vez que o Sr. Presidente se dirigiu a esta Bancada em relação à questão do ajuste direto que foi aprovada na Assembleia da República ao Hospital de São João e não de Santo António como o senhor referiu. É o seguinte, eu acho curioso que o Sr. Presidente arranje como comparação, numa questão do ajuste direto, um assunto que tem a ver com obras da ala pediátrica do Serviço de Oncologia e a Vala da Salgueirinha ou a Ribeira da Salgueirinha como lhe quiser chamar é uma questão importante já há muitos anos neste concelho. Agora fazer uma comparação para tentar pôr em causa a ética ou aquilo que o Bloco de Esquerda defende em relação ao ajuste direto, em relação àquilo que o Bloco de Esquerda votou, acho que não tem comparação possível.

Sra. Presidente, disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Acho que não percebeu bem o sentido da intervenção do Sr. Presidente e, de qualquer modo, levar-nos-ia a uma conversa mais longa, de facto, sobre qual é a importância. Primeiro o ajuste direto eu, por acaso aqui tem uma opinião, folgo em ver Palmela citada, nomeadamente nesta informação última, como um dos municípios que mais recorre à figura do concurso público mas, já agora, diga-se em abono da verdade, que o ajuste direto é uma das possibilidades legal absolutamente definida, é uma das possibilidades de a contratação, não é outra coisa, não é nenhuma fuga a qualquer mecanismo legal, está lá previsto e pode ser desencadeado nas situações exatamente que a lei prevê.

O senhor acabou de dar o exemplo, é exatamente isso. Há um equipamento importantíssimo que precisa de ser feito, há um equipamento que sofreu diversas vicissitudes, há uma obra que ficou deserta, um concurso que ficou deserto, a figura do ajuste direto não é nenhum insulto, nem nós na Administração Pública…

Oh! Sr. Presidente, eu falo tão pouco nas Assembleias.

… não devemos, ficar encolhidos com esta figura de que estamos a gerir mal quando nos socorrermos da figura do ajuste direto, ela existe, está na lei por alguma razão é, e tem é que ser cumprido nos seus requisitos e nos seus pressupostos e isso é agir em conformidade com a lei.

Mas acho que não valia a pena a clarificação e muito menos a defesa da honra, porque ninguém pôs em causa a honra do Bloco de Esquerda.

Terminamos este ponto, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com quinze votos a favor da CDU, três votos contra do PPD/PSD.CDS-PP e treze abstenções (nove do PS, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora sobre o Quadro de Pessoal, Sr. Presidente eu pedia-lhe que fosse mesmo, mesmo, rápido, estamos todos exaustos, já com uma grande dificuldade em acompanhar. Eu sei que o seu ritmo é enérgico mas pedia-lhe consideração pelos outros todos."

PONTO SETE – Mapa de Pessoal para o ano de 2019

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta do Mapa de Pessoal para dois mil e dezanove inclui um total de mil e doze postos de trabalho mas, apenas, estão ocupados oitocentos e oitenta e três e cento e quinze vagos e ainda assim destes cento e quinze, quarenta e três têm que ser reservados porque destinam-se a salvaguardar as situações nas categorias de origem de trabalhadores que estão em regime de mobilidade intercarreiras ou que estão em comissão de serviço em cargos dirigentes.

Nós, durante dois mil e dezoito convém referir que efetivou-se a mobilidade interna na categoria de vinte e um trabalhadores/trabalhadoras em diversos serviços municipais, bem como mobilidade intercategorias, um encarregado operacional, duas mobilidades intercarreiras, técnico de informática e especialista de informática, que foram processos precedidos da concordância dos respetivos trabalhadores e tiveram subjacentes razões de conveniência para o interesse público e permitiram adequar as competências às exigências funcionais dos diversos postos de trabalho.

Depois, ainda acerca do mapa, os postos efetivamente vagos, em conjugação com os catorze postos de trabalho a criar, visam fazer face a necessidades prementes de recrutamento no âmbito de procedimentos concursais alguns deles a tramitar ou com recurso ao instrumento de mobilidade na categoria. O recurso ao mecanismo de mobilidade da categoria tem constituído, também, na autarquia um importante instrumento de política de racionalização e otimização de recursos humanos, permitindo atenuar carências ao nível da qualificação profissional decorrentes de sucessivas e abruptas saídas de pessoal por via da aposentação e outras, também, de mobilidade para outros serviços.

Realça-se que a restrição legal ao nível da contratação despesa com pessoal veio a ser atenuada por via das últimas leis do Orçamento do Estado, para os municípios em situação de equilíbrio financeiro, mas ainda assim isto inibiu a promoção da ajustada renovação de pessoal, fator que tem contribuído para o agravamento do défice de recursos humanos, sobretudo nas áreas operacionais mas hoje também nas áreas técnicas.

Para a elaboração do mapa de pessoal ouvimos as organizações representativas dos trabalhadores.

Permitia-me dar aqui duas ou três notas que ajudarão à compreensão do mapa, uma de extrema importância política é que todos os postos de trabalho previstos, isto quanto à natureza dos vínculos, revestem a natureza do vínculo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, não se encontrando assim ao serviço do município de Palmela qualquer trabalhador ou trabalhadora em regime de contratação a termo certo ou incerto.

Já disse dos postos vagos quantos é que estavam cativos, dos setenta e dois postos, efetivamente, vagos, acrescem catorze a criar por causa dos concursos que temos a decorrer, totalizando assim oitenta e seis.

Sobre os concursos a decorrer, não vou agora aqui referir nenhum aspeto assim tão peculiar apenas dizer que o mecanismo e o processo de concurso que vai permitir depois uma lista graduada, ficará válida por dezoito meses e, certamente, nós a partir de janeiro teremos mais aposentados, pessoas que não estão a conseguir sequer voltar ao serviço, embora, nalguns casos, as juntas médicas continuem a dá-las como aptas. Isto para terem uma ideia, possivelmente esta situação de carência de preenchimento de vagas vai agravar-se mas com estes procedimentos que temos em curso estimamos, não obstante a autorização que nos foi dada definir para já um limite de contratações nessas áreas, poder vir, depois, com essa lista válida a preencher outras necessidades que entretanto surjam.

Não vou falar também do quadro de saídas e admissões, para que não haja as tais referências ao êxodo é só para dizer que saíram vinte e quatro, mas que entraram vinte. Agora o problema foram os cento e qualquer coisa que saíram desde dois mil e dez para cá, essa perda é que foi significativa e saíram essencialmente por aposentação, porque ao contrário do que pretendia um determinado Governo não tivemos que despedir ninguém.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, então haverá questões, com certeza, a serem colocadas.

Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em relação a este mapa de pessoal que é um instrumento de previsão eu gostaria de, mais uma vez, tenho feito isto ao longo dos anos, dizer que, em nosso entender, o número de assistentes operacionais que para um território/população como o que tem o nosso concelho parece ser manifestamente insuficiente, sendo o total neste mapa de lugares ocupados de quarenta e seis por cento do total do pessoal que tem o mapa.

Se compararmos com outras autarquias idênticas à nossa em termos de habitantes e com menos território, bastante menos, verificamos sempre mais de cinquenta por cento de assistentes operacionais no mapa e não precisamos de ir muito longe, basta ir aqui ao lado à Moita com cinquenta e cinco por cento ou ao Montijo com cinquenta e nove por cento e até mesmo a Setúbal, apesar de ter uma população muito maior, não tem uma área é inferior a Palmela, tem também mais de cinquenta por cento. Mas o que vejo aqui é o seguinte: no mapa aprovado em novembro do ano passado, para dois mil e dezoito, a previsão era de quatrocentos e dezasseis lugares de assistentes operacionais ocupados e em trinta e um de março deste ano, tivemos a informação da Câmara aqui nesta Assembleia, a contagem de efetivos neste grupo profissional era de quatrocentos e trinta e sete trabalhadores.

E, então, eu pensei as coisas neste aspeto dos operacionais está a encaminhar-se para uma certa normalidade, mas vem agora este mapa previsional para dois mil e dezanove e diz que a previsão é de quatrocentos e dez ocupados e fico na expectativa. Nós sabemos que nesta categoria profissional é, na Função Pública e em particular nas autarquias, cada vez mais difícil proceder à substituição dos operários que se aposentam e nesta categoria a maior parte é tudo por aposentação, há pouca mobilidade, porque ao contrário do que dizem os comentadores e entendidos, aqueles nunca acertam em nada, que dizem que só os ordenados mais altos da função pública é que recebem menos que os trabalhadores que trabalham no privado, é mentira. Venham às autarquias onde há funcionários, isto é público, que levam menos que o ordenado mínimo para casa todos os meses, e eu tenho a obrigação de dizer e fazer o que for capaz, infelizmente é muito, muito, pouco, para que o Governo se possa sentar à mesa com a FESAP - Federação de Sindicatos da Administração Pública e corrigir esta situação aumentando estas remunerações, isto se o Governo…, com certeza que não ouviu mas se ouvisse hoje o Sr. Presidente não se sentaria para aumentar ordenados a ninguém, porque o Sr. Presidente hoje, ao que isto chegou, passou a noite a mencionar instituições, até trouxe o mapa, que todos os anos anunciam a vinda do diabo, e que o PCP tanto odeia, e farta-se de referir esse pasquim de direita que é o Jornal Económico, é incrível, ao que isto chegou… mas houve um aumento, mas se não houver um aumento nas remunerações haverá cada vez menos profissionais a querer vir trabalhar para as autarquias e mesmo com os argumentos que na função publica é um emprego que pode ser para a vida toda ou que quando estão de baixa os funcionários recebem o ordenado completo enquanto no privado só recebem uma parte do ordenado se não for por doença profissional, que são poucos os casos, apesar disso é que gente competente e profissional na faixa etária dos trinta e cinco aos cinquenta e cinco anos ganha muito mais no privado neste momento do que ganha nas autarquias, e por exemplo eu não estou a ver um maquinista, ou um motorista, vir ganhar metade do que pode ganhar neste momento no privado para uma autarquia.

Finalizando, a Bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente, acreditando ver a proporcionalidade dos assistentes operacionais vir a ser o maior neste mapa no futuro.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Então vamos votar."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente precisava só de aduzir aqui um esclarecimento.

Percebo a intervenção do Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério embora, em parte, paradoxal e contraditória, mas relativamente ao número que aqui referiu de assistentes operacionais o que está no mapa, os quatrocentos e dez é o que está ocupado e os quarenta e dois é aquilo que nós pretendemos vir a recuperar. O senhor disse outra coisa, utilizou o número de outra forma, é que, infelizmente, perdemos mais operacionais este ano relativamente ao ano passado.

Depois quem está de atestado, de facto, não recebe por inteiro há aí qualquer confusão, depende dos dias, e há também outra questão é que nós, de facto, na Assembleia da República, propusemos, e foi rejeitado pela Bancada do Partido Socialista, o aumento do salário mínimo nacional que teria grandes reflexos depois na tabela também da Administração Pública. E é, de facto, este grupo operacional que precisa de maiores incentivos e que precisa das carreiras revistas, porque motoristas de máquinas especiais e outras atividades, que são indispensáveis a áreas chave de intervenção da autarquia, a ganharem seiscentos euros é como o senhor diz, poucos vêm a concurso e tivemos essa experiência agora porque abrimos concurso para essa área e os concorrentes são muito poucos e para outras áreas até temos concorrentes a mais que vai obrigar-nos a fazer entrevistas e concursos até maio, em particular para os assistentes operacionais que pretendem trabalhar na área de auxiliar educativa.

Disse"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse, Sr. Presidente?

Muito bem. Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ponto oito, Contrato interadministrativo de delegação de competências na AML - Transportes."

PONTO OITO – Contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa, relativamente aos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"De uma maneira geral, o novo regime jurídico do serviço público de transportes de passageiros, e de acordo com este regime, as áreas metropolitanas são autoridades de transportes competentes para o serviço público de transporte de passageiros intermunicipais e os municípios são autoridades para o caso dos transportes municipais, transportes que intervêm exclusivamente dentro do seu território, mas, de acordo com o mesmo diploma, os municípios podem delegar estas competências total ou parcialmente, noutras autoridades de transportes, ou noutras entidades públicas, através de contratos interadministrativos.

Nós consideramos vantajoso delegar, na Área Metropolitana de Lisboa, as competências indicadas na cláusula quarta, e seguintes, da minuta de Contrato Interadministrativo que se anexa.

O exercício das competências que nos propomos delegar na Área Metropolitana implica, porém, informação periódica e a consulta prévia ao município e o parecer do município tem sempre um caráter vinculativo nos casos essenciais para a salvaguarda do serviço efetivo e adequação à realidade do território municipal. Este aspeto constitui uma garantia acrescida do cumprimento do princípio da aproximação das decisões aos cidadãos pelo qual o município pugna.

Subjacente a esta ideia de haver uma concessão para a generalidade dos territórios da Área Metropolitana e até porque também grande parte dos territórios serão servidos por carreiras intermunicipais, serão trajetos que percorrem vários concelhos, há também aqui uma perspetiva de uma economia de escala neste concurso de concessões pelo que consideramos de todo útil poder delegar na Área Metropolitana esta competência para tratar desta questão dos serviços públicos de transporte rodoviário de passageiros, convém que se recorde este aspeto."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, questões sobre esta proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Na reflexão que esta Bancada fez sobre este documento, temos a considerar que dos dezoito concelhos que constituem a AML a política seguida pela Câmara Municipal a par dos outros concelhos, exceto a Câmara de Cascais, tomou como opção a delegação completa de competências sem ter o cuidado de salvaguardar algumas das prerrogativas, capacidade de intervenção e decisões.

E a questão do relevo é que a Câmara ao colocar integralmente na AML a decisão sem mecanismos de controlo, cooperação ou intervenção, conforme a cláusula segunda, sendo demasiado abrangente pelo que a política e demais aspetos transporte é transferida para a AML de forma integral, sendo que a matéria fora do protocolo não tem importância substancial, contraria um pouco aquilo que o Sr. Presidente disse agora.

Esta questão coloca a Câmara de Palmela numa posição menos relevante em comparação com os concelhos limítrofes de Lisboa, obviamente traduzindo-se num menor interesse destes concelhos em resolver as questões de mobilidade dos munícipes de Palmela e não é, efetivamente, pela descrição, conforme a cláusula decima oitava, as unidades técnicas de gestão que sejam dotadas dessa capacidade.

Relativamente ao expresso na alínea g) do contrato, gostaríamos de questionar, enquanto Presidente, três questões:

- Tem efetivamente a Câmara Municipal de Palmela, um plano de mobilidade definido?

- Conhece a Câmara de Palmela o padrão de deslocamento de pessoas no concelho, do concelho e para o concelho?

- Existem ou não dados atuais dos sistemas de transportes públicos coletivos?

- Quais os dados existentes sobre mobilidade utilizando efetivamente o transporte individual?

E enquanto Membro do Conselho Metropolitano gostaríamos, e já foi referido pelo Sr. Presidente agora, que o presente contrato foca efetivamente o serviço público de transporte rodoviário de passageiros:

- Sendo o concelho de Palmela, ao sul do Tejo, o concelho com maior número de estações ferroviárias ativas (sete), existe a garantia que os passes sociais até quarenta euros a partir de abril, permitirá aos nossos munícipes, a utilização desse usufruto desse valor utilizando o sistema ferroviário?

Bem, e devido ao adiantado da hora, afirmo que a Bancada do Partido Socialista, apesar destas dúvidas, votará favoravelmente a proposta apresentada pela importância que a mobilidade tem para as pessoas em particular as residentes no nosso concelho.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Há mais alguma questão sobre esta proposta?

Tem a palavra, o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Um pouco céticos, mas vamos viabilizar esta proposta na condição, expressa, de que o dever da informação nos seja remetido atempadamente.

Em relação à cláusula vigésima primeira, em que as partes se comprometem reciprocamente a guardar sigilo sobre a informação e documentação que venham ter acesso, isso não abrangerá, com certeza, a informação à Assembleia Municipal pelo que aguardamos o que já tínhamos requerido, em reunião anterior, para saber o que está, efetivamente, proposto pela Câmara de Palmela uma vez que o Sr. Presidente disse que tinha um estudos, uns cálculos, quando andavam lá nessas ditas reuniões que ainda não nos fez chegar e agradecíamos que fosse enviada a informação, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão?

Então Sr. Presidente da Câmara, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza, Sra. Presidente.

Eu estranho algumas dúvidas aqui apresentadas, porquanto é claro, quer nas cláusulas do contrato, quer no corpo da proposta, que o exercício da delegação de competências tem a garantia de que o município não só têm informação periódica como é sempre consultado previamente relativamente às carreiras a suprimir, a alterar e a criar com base nas propostas que fizemos chegar. Isso está devidamente salvaguardado e aliás, nesta matéria, naquilo que é municipal, o caráter vinculativo do parecer do município está sempre salvaguardado.

Depois, não há aqui qualquer subalternização relativamente a relações com outros concelhos vizinhos, pelo contrário, a generalidade de algumas soluções de transporte rodoviário passam precisamente pela criação de sinergias entre os vários concelhos, sob pena de nenhum circuito regular, ou flexível, de transporte ter o mínimo de rentabilidade no sentido de sustentabilidade. E é por isso que não obstante nós termos entregue todas as nossas pretensões com base no estudo de soluções de transporte flexível em território peri urbano por uma equipa especialista nesta matéria, e que muito ajudou a AML a perceber também as especificidades do nosso território, é por isso que não obstante isto estar delegado na AML municípios que até têm sistemas próprios como o Barreiro, mesmo dentro do quadro da AML, estão a reunir connosco para que possam ser eles, não obstante isto ir depois a concurso vai por pacotes, também a resolver questões de mobilidade entre equipamentos intermodais nos dois concelhos, como aliá no passado já aqui trouxe esse assunto e chamei a colação em particular para a zona da Penalva, porque nas zonas limítrofes de alguns concelhos a solução não passa por cada concelho ter a sua carreira própria passa pelas sinergias entre os sistemas que existam em cada um dos concelhos.

Relativamente aos dados, o município tem dados que sempre obteve da anterior Autoridade Metropolitana de Transportes, mas os dados do INE - Instituto Nacional de Estatística, que vem na sequência desta assunção de competências e de um estudo à mobilidade feita há um ano, foram apresentados no dia vinte e sete, significa que foram apresentados ontem, também, sob enorme sigilo, mas eu tenho, tenho aqui, e os principais indicadores que posso partilhar consigo tem que ver com o facto de Palmela no que diz respeito ao transporte individual motorizado ter setenta virgula quatro por cento quando a média da AML é de cinquenta e nove vírgula oito, é perfeitamente entendível, porquê não é? De transporte público e/ou coletivo, Palmela ter uma cobertura de dez vírgulas sete e a AML, no seu todo, ter quinze vírgula oito.

Sabemos também quais são as principais origens e destinos intramunicipais, sessenta e dois vírgula três por cento e intermunicipais, trinta e sete vírgula sete por cento, temos os tempos, as distâncias, isto é um inquérito que é uma amostra e, de facto, nós ainda assim temos um esforço maior porque a nossa população move-se mais do que a média da população da AML que está em oitenta por cento e a nossa está e oitenta e três virgula seis por cento, ou seja, com menos oferta, temos mais gente a ter necessidades de mobilidade, daí que o desafio para Palmela estar integrado, e vir a beneficiar da integração e do passe intermodal, era inevitável que o caminho fosse este da delegação e da entrada neste processo.

Quando isto foi apresentado e eu estive, como deve calcular, em todos os Conselhos Metropolitanos, onde se debateu este assunto, para além da Sra. Vereadora e dos nossos serviços técnicos, na parte mais miúda da construção do caderno de encargos e das soluções, um dos exemplos que mais vinha na comunicação social onde havia maiores discussões, tinha de ver, de facto, com Palmela. Quem morar em Marateca, ou no Poceirão, e tenha que ir para a outra margem basta fazer as contas, ver quantos transportes toma, quantas coroas passava, e isso ainda é uma discussão antiga porque havia as zonas e as coroas quando se começou a discutir o passe social Intermodal, isto dá uma média de duzentos euros e tal euros e, portanto, nós vamos beneficiar em muito com esta integração.

Relativamente ao estudo, Sra. Membro da Assembleia, o estudo é um documento técnico que está praticamente aprovado e que foi entregue primeiramente à AML e nós nem sequer o partilhamos com os operadores se querem vir a concurso, e quando se fala aí em sigilo, etc., tem que ver com contratos, não tem que ver com sonegar dados de natureza política e informação que é importante para a discussão política, não tem nada que ver com isso. O estudo também já foi apresentado no Conselho Municipal de Mobilidade, nas suas várias fases, o que posso e devo garantir às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia é que todas as questões que ao longo de anos diagnosticámos, e que os senhores conhecem como insuficiências nas várias freguesias, têm respostas e soluções apontadas no estudo. Elas têm custos, vão ter que ser introduzidas no caderno de encargos e esperemos que aquilo que nós pagamos seja suficiente para indemnização compensatória às transportadoras. Teremos uma zona do concelho onde muitas soluções de mobilidade serão através de um transporte flexível, não é uma carreira regular, não faz sentido ter uma carreira a passar de hora a hora para transportar uma/duas pessoas por circuito e isso ninguém quererá fazer, mas temos, também, a garantia de em algumas zonas virmos a ter circuitos regulares e muitos deles ampliando até já numa fase, possivelmente, experimental e antes do concurso, integrando já transportes escolares e permitindo também nalguns transportes escolares a utilização por passageiros.

Esta delegação tem ainda a vantagem de podermos ter uma unidade técnica com conhecimento sobre esta matéria, a própria AML tem tido dificuldade em recrutar gente para este trabalho mas já conseguiu, que apoiados também no conhecimento do terreno que cada um dos municípios tem, das suas necessidades, dos estudos que cada um elaborou, possam fazer um excelente trabalho que venham ao encontro das nossas necessidades e o próprio caderno de encargos vai ser aprovado pelos serviços municipais e teremos ocasião depois de partilhar aqui alguma informação.

Queria só referir que quanto ao plano de mobilidade, o município tem o plano estratégico de desenvolvimento urbano e tem um plano de mobilidade que foi indispensável para a candidatura até para a elaboração deste estudo e para termos acesso a fundos comunitários para a área da mobilidade e transportes, para a área das ciclovias, etc., etc., isso é que é um plano de mobilidade integrado e temos esse plano e candidatamo-lo."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Pode fazer chegar esse documento aos Membros da Assembleia, por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O estudo depois de estar aprovado, farei chegar."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Quando refere um plano de mobilidade integrado, refere todos os sistemas de transporte e nós estamos aqui a discutir um documento e uma transferência de competências na área do transporte rodoviário coletivo."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, não lhe respondi a essa questão.

Isto é exclusivamente rodoviário, porque não está na competência da AML tomar conta da infraestrutura pesada da ferrovia, mas há a garantia de que nos passes todos os sistemas vão ser contemplados pelo passe seja qual for o operador, e é isso que já está a ser negociado com os operadores neste momento."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Mas há uma afirmação em Lisboa que não é ferrovia pesada, mas a própria Câmara de Lisboa garantiu a integração da rede do metropolitano no sistema."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Está tudo integrado no passe, não na concessão.

Isto é para se lançar um concurso público internacional por lotes para o transporte rodoviário, o que a AML foi mais longe foi, tomar conta do sistema de bilhética, que é indispensável, para se ter uma noção concreta de quem anda, em que operador e quantas vezes, porque deve ser com base nisso que se deve pagar aos operadores as indemnizações compensatórias que vão para além dos custos dos títulos que não são suficientes para pagar o sistema, e é a ideia da marca única uma questão de, não só da imagem, mas de coesão, que é também uma vantagem e esperemos que seja também uma vantagem ao nível da qualidade dos veículos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, havemos de ter oportunidade de falar mais neste assunto, ele só está a começar.

Podemos votar esta proposta?

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Última proposta, Sr. Presidente."

PONTO 9 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências do Município de Palmela na Área Metropolitana de Lisboa, no âmbito da atribuição da concessão destinada ao exercício, em exclusivo, da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"É uma proposta da mesma natureza, também, para delegar na AML a atribuição de competências para atribuição da concessão destinada ao exercício em exclusivo da atividade de exploração da rede municipal de distribuição de eletricidade em baixa tensão e quando o contrato de concessão de distribuição de energia tem associado o serviço de iluminação pública, como tem sido o caso do município de Palmela, isto tem enorme importância a gestão desta infraestrutura por questões que estão aqui aduzidas na proposta, não só por causa do conforto e qualidade do espaço público mas, sobretudo, porque isto é um peso importante no orçamento municipal. Considerando que a generalidade dos contratos de concessão estão prestes a terminar, penso que no caso aqui do município de Palmela como a generalidade dos municípios da península que fizeram há muitos anos em conjunto termina em vinte e um, está na altura de organizar estes procedimentos de concurso público.

Houve depois alguns estudos e uma proposta da entidade reguladora do setor a ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que esteve em consulta pública e neste procedimento a proposta da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos que quer ir além da área territorial dos municípios da AML, isto mereceu a rejeição por parte de todos os municípios da Área Metropolitana, porque os municípios da AML pronunciaram-se no sentido de lançar um procedimento concursal para a região, para toda a Área Metropolitana, porque acham que esta é a solução mais equilibrada e geradora de ganhos de escala e eficácia. Nós, também, consideramos que esta gestão integrada, e centralizada, e o lançamento de um único procedimento vai garantir maior eficácia e eficiência, vai permitir otimizar recursos humanos tecnológicos e sobretudo financeiros. A delegação implica a participação e a audição do município, de forma a garantir a perfeita adequação às necessidades e interesses locais específicos e tem a salvaguarda do não aumento da despesa pública global. Aliás, até é expectável uma maior eficiência na gestão de recursos, apesar de não ter sido ainda possível realizar uma análise mais aprofundada do impacto económico-financeiro da solução proposta.

As últimas notícias vindas a público, hoje, é que este processo, não da AML, mas o processo das concessões dado que a própria ERSE ainda não entregou os resultados da consulta pública e a generalidade das pronúncias são altamente desfavoráveis às soluções que a ERSE procurou implementar que passava pela divisão do país em três zonas ou cinco, e nenhuma delas corresponde esta realidade da AML sozinha. O Sr. Secretário de Estado acho que anunciou ontem, que isto só lá para o início do ano é que haverá novidades sobre esta matéria. De qualquer forma a AML já está a trabalhar com a garantia de que os contratos serão certamente mais benéficos para os municípios, sobretudo do ponto de vista da inovação, da tecnologia, da eficiência energética e obviamente da redução de custos.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Srs. Membros da Assembleia questões?

Diga Sr. Membro da Assembleia, Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Nos mesmos moldes do contrato anterior, só referir que a energia elétrica é, efetivamente, uma das formas de energia, mais utilizados pela humanidade. Graças à sua facilidade de transporte, distribuição e utilização, tendo um papel fundamental na importância do desenvolvimento das sociedades atuais.

Em particular e esta questão da gestão da rede de baixa tensão tem um papel de extrema importância para os municípios face à iluminação pública e à energia que utilizam no seu edificado.

Deste modo a bancada do Partido Socialista saúda a iniciativa dos municípios da AML, na pretensão de um lançamento de concurso para um contrato centralizado garantindo uma solução mais eficaz, equilibrada e económica para os municípios permitindo, também, que a Câmara de Palmela obtenha ganhos consideráveis e posição de exigências porque esse é um papel fundamental, ter a exigência na qualidade do serviço prestado pelos fornecedores.

Pelo exposto, declaro que a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem.

Mais alguma questão?

PSD/CDS, tem a palavra."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"O nosso voto será favorável, sendo que consideramos que a economia de escala reduzirá com certeza os valores.

Esta parte aqui, apesar de não ser possível realizar uma análise mais aprofundada do impacto económico/financeiro da solução proposta é que nos deixa aqui algumas dúvidas, vamos depois chegar a conclusões quando fizerem a análise."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Recordo que a nossa próxima sessão da Assembleia é já no dia seis, é uma reunião extraordinária.

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Sugeria que formássemos um modelo que já aqui aconteceu nas Assembleias Municipais, que era fazer a discussão do Orçamento numa sessão extraordinária Assembleia e não numa ordinária."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não é possível e nunca foi.

O Orçamento é sempre ordinária, a única coisa que se pode fazer é aquilo que temos vindo a conversar sempre, mas os senhores Membros da Assembleia não respeitam é não se trazer moções e saudações e gastar uma hora e meia nesse período, é a única coisa, o resto é de lei, e depois há propostas que estão associadas ao Orçamento, eu bato-me por isso todos os meses Sr. Membro da Assembleia."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"É que é um desrespeito para quem preparou intervenções chegar a esta hora."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É evidente, é evidente."

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas duas horas e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e nove de novembro de dois mil e dezoito.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete